



Eliane dos Santos Alcântara

Representações Sociais de meio ambiente, educação ambiental e gestão de áreas protegidas de gestores e técnicos de parques urbanos na cidade de Salvador, Bahia, Brasil.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Biomonitoramento como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre.

Área de Concentração: Ecologia

Orientadora: prof^a. Dr^a. Sueli Almuiña Holmer Silva.

SALVADOR
2008

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA

A347 Alcântara, Eliane dos Santos.

Representações sociais de meio ambiente, educação ambiental e gestão de áreas

protegidas de gestores e técnicos de parques urbanos na cidade de Salvador, Bahia, Brasil / Eliane dos Santos Alcântara. - 2008.

122 f. : il.

Inclui apêndice.

Orientadora : Profª. Drª. Sueli Almuíña Holmer Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Biologia, 2008.

1. Ecologia - Aspectos sociais - Salvador (BA). 2. Educação ambiental. 3. Parques urbanos - Salvador (BA). 4. Gestão ambiental. 5. Política ambiental. 6. Desenvolvimento

sustentável. I. Silva, Sueli Almuíña Holmer. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Biologia. III. Título.

CDD - 577098142

CDU - 504.03(813.8)

Ser empreendedor é executar os sonhos, mesmo que haja riscos. É enfrentar os problemas, mesmo não tendo forças. É caminhar por lugares desconhecidos, mesmo sem bússola. É tomar atitudes que ninguém tomou. É ter a consciência de que quem vence sem obstáculo triunfa sem glória. É não esperar uma herança, mas construir uma história...

Augusto Cury

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por sua fidelidade. Pois me proporcionou esta oportunidade de crescimento e esteve presente em todas as etapas desta conquista.

Ao meu esposo Augusto Fiaccone por ter sido um companheiro presente em todos os momentos.

À minha orientadora, Prof^a Dra. Sueli A. Holmer Silva, por toda confiança depositada em mim e por todo apoio, instrução e encorajamento na minha pesquisa. Espero que seja o começo de uma grande parceria e amizade.

À minha família pelo apoio e paciência.

Às amigas Maria Betânia Figueiredo, Michelle Borges, Dália Melissa, Ana Carolina Delfino, Roberta Sales, pelo material fornecido, pelo apoio e incentivo.

Ao Dr. Miguel Accioly (UFBA) e a Dra. Maria de Fátima Nunesmaia (UEFS), membros da banca examinadora, pela valiosa contribuição para meu crescimento profissional.

Aos meus colegas do mestrado, turma-2005, em especial (Lis, Alberto, Igor).

Obrigada pela união, pelo carinho e pela força nos momentos de dificuldade.

A Jussara Neves, secretária do mestrado, mais do que isso, uma grande amiga.

Ao coordenador do mestrado, Prof. Dr. Mauro Ramalho.

Aos gestores e técnicos dos parques Metropolitano das Lagoas e Dunas do Abaeté, Parque Joventino Silva, Metropolitano de Pituaçu, São Bartolomeu pela gentileza ao me receber, pelas entrevistas, e pelo material fornecido.

Ao Prof. Carlos Teles (UEFS), pela ajuda em estatística descritiva.

Aos funcionários do Instituto de Biologia e da Biblioteca Central da UFBA pelo carinho e gentileza em seu trabalho.

Aos funcionários das Bibliotecas da Fundação Mario Leal Ferreira e da Conder, pela cordialidade em me receber.

À Capes/CNPq, pelo incentivo por meio da bolsa de estudos concedida ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Biomonitoramento da Universidade Federal da Bahia.

ÍNDICE

1. Introdução Geral.....	10
2. Referencial Teórico.....	13
2.1 Representações Sociais.....	13
2.1.1 As representações sociais e abordagens metodológicas.....	14
2.2 Áreas Protegidas.....	15
2.2.1 O estabelecimento das áreas protegidas.....	16
2.2.2 Estratégias de conservação.....	18
2.2.3 Política da conservação.....	20
2.2.4 Conflito ambiental.....	25
2.3 Concepções de Meio Ambiente.....	28
2.4. Educação ambiental.....	30
2.4.1 Concepções de Educação Ambiental.....	30
2.4.1.1 Concepção Conservadora da Educação Ambiental.....	30
2.4.1.2 Concepção Emancipatória Educação Ambiental	31
2.4.2 A construção de uma concepção de Educação Ambiental ao longo da história.....	33
2.4.3 A práxis da educação ambiental.....	35
2.4.4 Objetivos da Educação Ambiental.....	36
2.5 Modelos alternativos ao desenvolvimento econômico.....	37
2.5.1 Ecodesenvolvimento.....	39
2.5.2 Desenvolvimento Sustentável.....	40
2.5.3 Sociedades sustentáveis.....	42
2.5.4 Educação para sociedades sustentáveis.....	43
2.6 Referências Bibliográficas.....	46

3. Representações Sociais de meio ambiente, educação ambiental e gestão de áreas protegidas de gestores e técnicos de parques urbanos na cidade de Salvador, Bahia, Brasil.....	50
3.1 Resumo.....	51
3.2 Abstract.....	52
3.3 Introdução.....	53
3.3.1 Os parques urbanos	56
3.3.2 Dificuldades na gestão dos parques urbanos.....	57
3.3.3 Parques urbanos e Representações sociais.....	59
3.4. Procedimentos Metodológicos.....	62
3.4.1 Caracterização geral da área de estudo:	62
3.4.1.1 Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté.....	64
3.4.1.2 Parque Joventino Silva.....	64
3.4.1.3 Parque Metropolitano de Pituaçu	65
3.4.1.4 Parque São Bartolomeu	65
3.4.2 Amostra.....	66
3.4.3 Coleta de dados.....	67
3.4.4 Análise de dados.....	68
3.4.5 Limitações	70
3.5. Resultados e discussões.....	71
3.5.1 Perfil dos entrevistados	71
3.5.2 Caracterização do parque e seu entorno	73
3.5.2.1 Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté (PMLDA).....	73
3.5.2.2 Parque da Cidade Joventino Silva (PCJS)	76
3.5.2.3 Parque Metropolitano de Pituaçu (PMP).....	78
3.5.2.4 Parque de São Bartolomeu (PSB).....	81

3.5.3 Relação da comunidade com o espaço do parque antes da sua criação.....	82
3.5.4 Gestão do conflito gerado pela desapropriação de imóveis pela administração do parque quando da sua implantação	83
3.5.5 Importância dos parques urbanos	84
3.5.6 Impactos ambientais positivos existentes no parque	85
3.5.7 Impactos ambientais negativos existentes no parque	85
3.5.8 Atividades realizadas no parque com a comunidade	90
3.5.9 Programa de Educação Ambiental (PEA)	93
3.5.10 Relação da comunidade do entorno com o parque	98
3.5.11 Conflitos ambientais presentes no parque	99
3.5.11.1 Razões para a existência de conflitos nos parques	100
3.5.11.2 Ações para negociar os conflitos no parque.....	100
3.5.12 Importância da educação ambiental no relacionamento da comunidade do entorno com o parque	103
3.5.13 Concepção de Meio Ambiente.....	104
3.5.14 Concepção de Educação Ambiental	108
3.6. ..Considerações finais e Recomendações	109
3.7.. Referências Bibliográficas	112
4. Lista de Figuras	117
5. Lista de Quadros.....	117
6. Lista de Tabelas.....	117
7.. Apêndice: Roteiro de entrevista semi-estruturada para o estudo das representações sociais de meio ambiente, educação ambiental e áreas protegidas de gestores, técnicos e conselho gestor de parques urbanos do município de Salvador/Bahia, Brasil.	118

1. Introdução Geral

A criação de parques e reservas tem sido uma das principais estratégias para a conservação da biodiversidade, em particular nos países em desenvolvimento, visando buscar equilíbrio entre o processo de urbanização contemporâneo e a preservação do meio ambiente. Os espaços verdes em áreas urbanizadas proporcionam diversos tipos de benefícios, tais como a proteção da qualidade da água, atenuação da poluição, conforto térmico, sonoro e lumínico, abrigo de fauna e conservação de flora. Elas desempenham um papel vital no bem estar da população amenizando o desconforto psicológico, sociológico e econômico causados pelo cotidiano das cidades (ROSSET 2005, BARBIN 1999, CHIESURA 2004, LOBODA e DE ANGELIS 2005).

Estes espaços competem com o ambiente urbano, estabelecido nas cidades ao longo da sua história, em que as questões ambientais foram consideradas distintas do desenvolvimento humano. No entanto, é necessário considerar o contexto sócio-histórico da sociedade na utilização do conhecimento como aliado na conservação dos recursos ambientais de uma cidade com alto índice de urbanização. Discutir as condições históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais, tem um papel tão importante quanto ao de simplesmente fornecer um conhecimento ecológico como uma solução nesta busca pela conservação de espaços urbanos. (TOZONI-REIS 2004 e BRUGGER 2004)

Por ser uma área protegida em espaço urbano com objetivos preliminares de recreação, os parques urbanos têm um papel muito especial no tocante às discussões acerca da importância do papel da comunidade na conservação do meio ambiente. Muitos aglomerados urbanos se formaram no entorno destes parques e, desde então, se instalaram conflitos por construções de classe média alta, por um lado, e construções de pessoas excluídas da sociedade, por outro lado. Esta expansão urbana tem gerado uma série de pressões sobre os parques, reduzindo de forma significativa sua área original.

Sendo assim, torna-se fundamental buscar soluções para esses problemas na relação dessas diferentes culturas e sociedades com o mundo natural (DIEGUES 2000b). A questão das áreas protegidas levanta inúmeros problemas de caráter político, social e econômico e não se reduz, a uma simples questão de conservação do mundo natural, e mesmo da proteção da biodiversidade.

O processo de formulação de políticas públicas num determinado contexto social e histórico, é grandemente influenciado pela percepção que os indivíduos têm da realidade. Independente da existência de representações simbólicas e, sobretudo, míticas contidas em diferentes culturas e formas de organização social, cada uma dessas últimas tem sua maneira própria de representar, interpretar e agir sobre o meio natural (CUNHA E COELHO 2005; DIEGUES 2000).

É neste cenário de diferentes representações que a história das sociedades têm sido construídas e, a partir destas representações têm surgido conflitos de diversas instâncias e diferentes esferas, principalmente quando se fala em gestão de áreas protegidas. Uma sociedade é composta de vários tipos de representação social de meio ambiente, que caracterizam as diferentes informações que os indivíduos têm sobre as relações sociais e sobre as relações entre sociedade e meio natural. Existe uma ampla diversidade de “conceitos”, por exemplo, sobre meio ambiente, planejamento e educação ambiental, de caráter difuso e variado (SANTOS *et al* 2002).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento de ações em educação ambiental, visando ao enfrentamento dos conflitos existentes nas áreas protegidas e a gestão das mesmas, devem tomar como ponto de partida as concepções meio ambiente, educação ambiental e gestão de áreas protegidas. (REIGOTA 2004).

Dessa forma, este trabalho tem como objetivos: analisar as representações sociais de meio ambiente, educação ambiental e gestão de áreas protegidas de gestores e técnicos de quatro parques urbanos da cidade de Salvador, Bahia, Brasil; caracterizar o processo de criação dos referidos parques numa perspectiva histórica.

A metodologia utilizada nessa pesquisa foi qualitativa, tomando como referência as representações sociais dos gestores e técnicos dos Parques Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté, Joventino Silva, Metropolitano de Pituacú e São Bartolomeu. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de entrevistas e pesquisa documental e a análise dos dados através da técnica de análise de conteúdos e de estatística descritiva.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos que se complementam. O capítulo 1 constitui a introdução geral que consiste na apresentação do estudo, incluindo os temas abordados, justificativa para a realização da pesquisa e considerações gerais referentes a todos os capítulos.

O capítulo 2 apresenta o referencial teórico que forneceu o aporte bibliográfico para a construção desse trabalho. Este capítulo descreve o estabelecimento das áreas protegidas e a evolução das estratégias de conservação, seguida da caracterização histórica da evolução da política de conservação, com ênfase no contexto nacional. Em seguida uma análise dos conflitos ambientais, que envolvem a conservação da biodiversidade, da concepção de meio ambiente e educação ambiental dos atores envolvidos, ressaltando aspectos dessa práxis educativa. Finalmente a discussão sobre a evolução de alternativas ao modelo de desenvolvimento econômico, considerando o ecodesenvolvimento, o desenvolvimento sustentável e as sociedades sustentáveis.

O capítulo 3 compreende o artigo para submissão em periódico científico especializado, o qual inclui os seguintes tópicos: o resumo e abstract; introdução,

contendo os objetivos da pesquisa realizada, incluindo aspectos teóricos relativos aos temas abordados; a metodologia, abrangendo área de estudo, amostra, caracterização da amostra, coleta de dados, análise dos dados; resultados e discussão, apresentando os dados qualitativos coletados, ilustrados com trechos das respostas dos participantes; e finalmente, as considerações finais e recomendações resultantes das análises realizadas.

2. Referencial Teórico

2.1 Representações Sociais

O conceito de representação social ou coletiva foi originado na sociologia e na antropologia, sendo Durkheim e Lévi-Bruhl seus precursores. A teoria das representações sociais é de certo modo o coração da psicologia social, pois procura renovar e confirmar a sua especificidade. Ela conduz um modo de olhar a psicologia social que exige a manutenção de um laço estreito entre as ciências psicológicas e as ciências sociais (MOSCOVICI, 1994).

As representações sociais foram conceituadas por Moscovici (1981) como um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (SÁ, 1996).

Abric (1998, p. 27 e 28), define representações sociais da seguinte:

“Não existe uma realidade objetiva a priori, mas sim que toda realidade é representada, quer dizer, reapropriada pelo indivíduo ou pelo grupo, reconstituída no seu sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores, dependente de sua história e do contexto social e ideológico que o cerca. Toda representação é, portanto, uma forma de visão global e unitária de um objeto, mas também de um sujeito. Ela reestrutura a realidade para permitir a integração das características objetivas do objeto, das experiências anteriores do sujeito e do seu sistema de atitudes e de normas. Isto permite ao indivíduo ou ao grupo dar um sentido às suas condutas e compreender a realidade através de seu próprio sistema de referências; permitindo assim ao indivíduo de se adaptar e de encontrar um lugar nesta realidade.”

Deste modo pode-se constatar que:

“... representação social funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas. A representação é um guia para a ação, ela orienta as ações e as relações sociais. Ela é um sistema de pré-decodificações da realidade porque ela determina um conjunto de antecipações e expectativas.” (ABRIC, 1998, p.28)

Enquanto forma de conhecimento, as representações sociais são estruturas cognitivo-afetivas e, desta monta, não podem ser reduzidas apenas ao seu conteúdo cognitivo. Precisam ser entendidas, assim, a partir do contexto em que são produzidas e a partir de sua funcionalidade nas interações sociais do cotidiano (SPINK, 1999).

Segundo Abric (op cit.) as representações sociais apresentam as seguintes funções:

1. Função de saber: elas permitem compreender e explicar a realidade, quando permitem que os atores sociais adquiram conhecimentos e os integrem em um

quadro assimilável e compreensível para eles próprios, em coerências com seu funcionamento cognitivo e os valores aos quais eles aderem.

2. Função identitária: Elas definem a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos. Esta função assegura para as representações sociais um lugar primordial nos processos de comparação social.
3. Função de orientação: elas guiam os comportamentos e as práticas.
4. Função justificadora: elas permitem, a posteriori, a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos. Intervém também na avaliação da ação, permitindo aos atores explicar e justificar suas condutas em uma situação ou face a seus parceiros. As representações sociais sempre refletem as condições do contexto ao qual, os sujeitos que as elaboram, estão inseridos, ou seja, suas condições socioeconômicas e culturais. Por isso, se faz necessário conhecer os emissores não somente em termos de suas condições de subsistência ou de sua situação educacional ou ocupacional. É preciso ampliar esse conhecimento pela compreensão de um ser histórico, inserido em uma determinada realidade familiar, com expectativas diferenciadas, dificuldades vivenciadas e diferentes níveis de apreensão crítica da realidade (FRANCO, 2004).

2.1.1 As representações sociais e abordagens metodológicas

As representações como forma de conhecimento prático, inserem-se mais especificamente entre as correntes que estudam o conhecimento do senso comum. Isso pressupõe uma ruptura com as vertentes clássicas das teorias do conhecimento anunciando importantes mudanças no posicionamento quanto ao estatuto da objetividade e da busca da verdade. As teorias das representações sociais trazem um novo papel ao contexto científico conferindo racionalidade as crenças coletivas e sua significação, isto é, às ideologias, aos saberes populares e ao senso comum.

Quanto à unidade amostral no estudo das representações sociais, Jodelet (1984 apud Spink (1999, p.120) faz a seguinte declaração: “Não é o indivíduo isolado que é tomado em consideração, mas sim as respostas individuais enquanto manifestações de tendências do grupo de pertença ou de afiliação na qual os indivíduos participam.”

Nesta perspectiva, o indivíduo é sempre uma entidade social e, conseqüentemente, um símbolo vivo do grupo que ele representa. Desta forma, o indivíduo no grupo – sujeito da abordagem epidemiológica do estudo das representações que busca a distribuição de conteúdos numa dada população, passa a ser abordado enquanto sujeito genérico – como o grupo no indivíduo – contanto que tenhamos uma compreensão adequada do contexto social por ele habitado: seu *habitus*

e a teia mais ampla de significados no qual o objeto de representação está localizado. Sendo assim, abrem-se duas perspectivas ricas para estudo das representações sociais enquanto processo: de um lado a perspectiva mais tradicional de estudar muitos casos para entender a diversidade; de outro, o estudo de casos únicos para buscar na relação representação-ação os mecanismos cognitivos e afetivos da elaboração das representações (SPINK,1999). Esta explicação demonstra o fato de que a pesquisa utilizando a teoria de representações sociais não tem a necessidade da utilização de um numero amostral muito grande, o que depende muito da pergunta de pesquisa que é feita pelo pesquisador.

“Os estudos centrados no processo de elaboração das representações tiveram por objetivo entender a construção de teorias na interface entre explicações cognitivas, investimentos afetivos e demandas concretas derivadas das ações do cotidiano... A coleta de dados exige longas entrevistas semi-estruturadas acopladas a levantamentos paralelos sobre o contexto social e sobre os conteúdos históricos que informam os indivíduos enquanto sujeitos sociais. A análise centrada na totalidade de do discurso, é demorada e conseqüentemente estes estudos têm utilizado poucos sujeitos. Trata-se, assim, de um exemplo do que chamamos sujeitos genéricos que, se devidamente contextualizados, tem o poder de representar o grupo no indivíduo.” (SPINK, op cit., p.129)

2.2 Áreas Protegidas

Embora muitos estudos tenham sido realizados no sentido de conhecer a biodiversidade, em termos globais, pouco se conhece sobre a diversidade de espécies que existem no mundo. Cerca de 1,8 milhões de espécies já foram descritas pelos cientistas, mas acredita-se que o numero real seja muito maior. Existem estimativas de que a riqueza de espécie no planeta varie de 3 a 30 milhões ou mais (TOWNSEND, 2006). Deste modo, o aumento na taxa de extinções decorrentes da influência humana tem si tornado um fator preocupante em termos de conservação da natureza, pois o conhecimento sobre a biodiversidade é ainda insuficiente, acredita-se que o numero de espécies extintas seja maior do que o estimado. Portanto, desde que corretamente delineadas, as áreas protegidas devem ter um papel muito importante, pois, neste caso, se traduz com forte aliado na prevenção de extinções e manutenção das espécies.

De modo a contribuir com o critério de escolha para áreas prioritárias para conservação, a proposta da teoria do Equilíbrio da Biogeografia de Ilhas formulada por MacArthur e Wilson (1967 apud Bensusan, 2006) e sua aplicação têm sido útil para o planejamento de reservas naturais, pois, deu início a um novo cenário de discussões sobre os critérios de alocação e desenho de reservas. Isto porque muitas unidades de conservação estão circundadas por um oceano de habitat impróprio e hostil que foi transformado pelo ser humano (BENSUSAN, 2006; TOWNSEND et al. 2006).

Em referência à teoria de Biogeografia de Ilhas, Diamond (1975) afirmou que um sistema de reservas naturais, cada um cercado por hábitat alterado, lembra um sistema de ilhas do ponto de vista das espécies restritas a habitats naturais. O autor ainda concluiu que, o número de espécies que uma reserva pode abrigar para manter o equilíbrio está em função da sua área e seu grau de isolamento, desta forma, foram apresentadas as seguintes premissas:

- Reservas grandes são preferíveis a reservas pequenas;
- Uma reserva é melhor do que várias de tamanho cumulativo equivalente;
- Reservas agrupadas em torno de um centro são maiores do que aquelas dispostas em linha;
- Reservas circulares são preferíveis a reservas não conectadas.

Outro conceito ecológico que auxilia no planejamento das áreas protegidas é o conceito de metapopulações. De acordo com Townsend et al. (op cit.), uma população pode ser descrita como uma metapopulação se ela puder abranger uma coleção de subpopulações, cada uma das quais com uma chance real de ser extinta, considerando a capacidade de recolonização da subpopulação através da dinâmica de dispersão entre os fragmentos. Este conceito contribui com o estudo dos habitats fragmentados, pois, muitos casos se tornam problemáticos devido ao grau de isolamento que resulta na dificuldade dispersão e conseqüente extinção das espécies. Uma solução para este problema seria o estabelecimento de corredores ecológicos para a dispersão destas populações.

2.2.1 O estabelecimento de áreas protegidas

O estabelecimento de áreas protegidas é, atualmente, o principal instrumento para a conservação da biodiversidade, em grande parte do mundo. A idéia original de se reservar espaços dessa natureza possuía pelo menos duas motivações: a preservação de lugares sagrados e a manutenção de estoques de recursos naturais como à criação de florestas sagradas na Rússia, onde o uso e mesmo a presença humana eram proibidos, e a manutenção de reservas reais de caça, registradas pelos assírios em 700 a. C., respectivamente (BENSUSAN, 2006).

No século XIX, as concepções sobre o valor do mundo natural eram baseadas na domesticação animal e campos de cultivo, ou seja, no retorno econômico. A partir do avanço da História Natural, nesta época, associado ao respeito que os naturalistas tinham por áreas selvagens não transformadas pelo ser humano, esta visão começa a ser mudada. Uma combinação de fatores explica esse aumento da preocupação mundial

em torno da criação de áreas protegidas: a rápida devastação das florestas e a perda da biodiversidade, a disponibilidade de fundos internacionais para a conservação e a possibilidade de geração de renda pelo turismo em parques (ecoturismo) (DIEGUES, 2000a).

Neste contexto, emergia a concepção dessas áreas protegidas criadas a fim de proteger a vida selvagem, ameaçada pela civilização – urbano – industrial (DIEGUES, op cit.). Dentro desta perspectiva, se insere o conceito de parque nacional como área natural e selvagem. A noção de vida selvagem, subjacente à criação dos parques, no final do século XIX, era a de grandes áreas não habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste dos Estados Unidos (DIEGUES, op. cit. e BENSUSAN, 2006).

A criação do 1º Parque Nacional do mundo, o de Yellowstone, em 1872 , foi o resultado dessas idéias preservacionistas que se tornaram importantes nos EUA desde o início daquele século. O objetivo de sua criação foi o de preservar as belas paisagens “virgens” para as gerações futuras. Em decorrência disso, fora determinado pelo Congresso dos Estados Unidos que esta área seria reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida, sendo a presença humana tolerada apenas como visitante e não como morador. Esta determinação, entretanto, resultou em uma situação de conflito, pois a área destinada para a implantação do Parque não era desabitada, criando um problema, comum até os dias atuais, em relação à transferência de populações tradicionais, freqüentemente de maneira forçada. Esse modelo foi adotado por muitos outros países do mundo e, em vários deles, vigora até os nossos dias (BENSUSAN, op cit.).

No entanto, natureza no estado puro não existe, e as regiões naturais apontadas pelos biogeógrafos usualmente correspondem a áreas extensivamente manipuladas. Inúmeras pesquisas antropológicas, culturais, históricas e ambientais realizadas nas últimas décadas vêm evidenciando que a “natureza” não é tão natural como parece (DIEGUES, op. cit. e BENSUSAN, op. cit.).

Essa problemática associada à criação de áreas protegidas levantou a necessidade de se construir modelos de proteção ambiental viáveis nos países em desenvolvimento, baseados nas especificidades ambientais e culturais de suas sociedades. Apesar de muitas conseqüências da degradação ambiental serem de ordem global, afetando a biosfera como um todo, os processos geradores desses desequilíbrios têm origem no interior de diversas sociedades, nas formas como estas constroem, representam e manipulam a natureza. Sendo assim, torna-se fundamental buscar

soluções para esses problemas na relação dessas diferentes culturas e sociedades com o mundo natural (DIEGUES, 2000b).

Uma das dificuldades de enfrentamento dessa questão está relacionado à concepção que as autoridades responsáveis pelas áreas protegidas têm sobre a população que habita nestas áreas ou no seu entorno. Algumas destas autoridades as consideram geradoras de impacto negativo sobre a vida selvagem, desprezando a oportunidade de incorporá-las no projeto de conservação. Em muitos casos, a chamada “participação” das populações tradicionais no estabelecimento dos parques e reservas, muitas vezes, não passa de uma cortina de fumaça para responder a certas demandas internacionais que consideram o envolvimento das mesmas um fator positivo para o êxito do empreendimento (DIEGUES, 2000a).

2.2.2 Estratégias de conservação

No campo de disputa pelas estratégias de conservação da biodiversidade, proteção de ecossistemas e de suas funções ecológicas são identificadas duas vertentes teóricas no interior do movimento ambientalista: o Preservacionismo e o Conservacionismo dos recursos naturais. A primeira é identificada como ações que cujo objetivo é a proteção da natureza em seu estado original, intocado, sem a interferência humana, também descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem. A segunda vertente fomenta a implementação de estratégias de uso sustentável dos recursos naturais adotando estratégias de manejo que evitem a degradação dos ecossistemas (CUNHA e COELHO, 2005 e DIEGUES, 2000a).

Baseadas na visão preservacionista, as políticas ambientais nas décadas de 1970 e 1980 visavam a criação de unidades de conservação com estratégias coercitiva e punitiva, de regulação e controle, para evitar a utilização dos recursos naturais a serem protegidos das atividades humanas. Nesta abordagem, os problemas ambientais deveriam ser enfrentados mediante a implementação de um conjunto de leis rigorosas sobre o uso e acesso a terra e da exclusão de grupos sociais de ecossistemas considerados frágeis e ameaçados (CUNHA e COELHO, op. cit.).

Para os preservacionistas, conservar a biodiversidade significa minimizar futuras extinções, preservando intactos os processos vitais que mantêm a diversidade biológica em ecossistemas livres de distúrbios. Desse modo, suas propostas insistem na delimitação de áreas em que a presença humana seja proibida e argumentam em favor da internacionalização da proteção da natureza, sob os cuidados de uma instituição

supranacional, com fundos dos países desenvolvidos e com força policial para evitar ataques externos às áreas protegidas (CUNHA e COELHO, 2005).

O conservacionismo, ainda na década de 1980, começa a ganhar força como um movimento de crítica ao preservacionismo e ao reduzido avanço obtido pelas políticas ambientais formuladas a partir da proteção estrita de espécies e de habitat (CUNHA e COELHO, op. cit.).

A definição clássica de conservação, proposta na Estratégia Global para a Conservação em 1980 foi a seguinte:

Conservação é o manejo do uso humano de organismos e ecossistemas, com o fim de garantir a sustentabilidade desse uso. Além do seu uso sustentável, a conservação inclui proteção, manutenção, reabilitação, restauração e melhoramento de populações (naturais e ecossistemas) (WRI/UICN/PNUMA).

Tal definição trata do uso humano dos outros organismos e dos ecossistemas abandonando a visão naturalista. A definição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é ainda mais abrangente, pois considera que a conservação deve ser feita em benefício das gerações atuais e futuras, inserindo aí o conceito de desenvolvimento sustentável (DIEGUES, 2000b).

Cunha e Coelho (op cit.) resumem aspectos centrais que diferenciam a abordagem conservacionista em relação ao paradigma preservacionista para a proteção ambiental, dos quais destacamos os seguintes: (1) as comunidades locais deixam de ser vistas como saqueadoras da natureza, passando a serem valorizadas pelas suas práticas e culturas enquanto atores sociais importantes para a conservação dos recursos naturais; (2) a natureza passa a ser concebida como recurso e as estratégias de conservação passam a se basear na noção de manejo sustentado; (3) os agentes da sociedade civil adquirem um papel de colaboradores das instâncias governamentais na elaboração das políticas e da gestão ambiental, clamando por estruturas mais participativas de tomada de decisão; (4) a distribuição de custos e benefícios entre grupos sociais distintos passa a ser uma preocupação do movimento ambientalista.

Como discutido anteriormente, grande parte das áreas protegidas no mundo ocidental, foi criada tendo como base o preservacionismo tradicional dos Estados Unidos. Portanto, o conflito gerado a partir de estratégias de conservação da natureza e com relação às populações humanas residentes nessas áreas, muitas vezes responsáveis pela manutenção de sua integridade biológica, nasceu com a criação das áreas protegidas e assumiu, ao longo do tempo, proporções significativas (BENSUSAN, 2006). Dessa forma, é importante analisar como a política da conservação tem evoluído ao longo da história e como tem se configurado o conflito que envolve a conservação da biodiversidade nos dias atuais.

2.2.3 Política da Conservação

Como afirmado anteriormente, a criação do Parque Nacional de Yellowstone, primeiro parque nacional do mundo, serviu de incentivo para a criação de muitas áreas dessa natureza em todo o mundo. Do final do século XIX até meados do século XX foram criados diversos parques nacionais (Canadá, em 1885; Nova Zelândia e México, em 1894; África do Sul e Austrália, Argentina, em 1903; Chile, em 1920; e o Brasil, em 1937, com o estabelecimento do Parque Nacional de Itatiaia), sem, no entanto, uma definição mundialmente aceita sobre os objetivos dessas áreas de proteção da natureza (DIEGUES, 2000a; BENSUSAN, 2006). Cada país criava sua área protegida de acordo com as suas conformidades.

Em 1933, durante a Convenção para a Preservação da Flora e da Fauna, em Londres, foram definidas três características dos parques naturais: áreas para a preservação da fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico e arqueológico, onde a caça é proibida, constituindo-se em áreas de visitação. A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) foi criada em 1948 e, em 1960, estabeleceu a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, com o intuito de promover, monitorar e orientar o manejo dos espaços (DIEGUES, op cit.; BENSUSAN, op cit.).

A partir da década de 1980, o modelo de exclusão da população chegou ao declínio, passando a vigorar, mesmo dentro das agências responsáveis pela criação e gestão de parques, a idéia de que o sucesso da conservação dependeria diretamente da criação de alternativas (FERREIRA, 2004). É o fim da era da hipotética condição primitiva que regia o pensamento dominante.

Devido aos avanços nas pesquisas e na política da conservação, e aos conflitos gerados pelo padrão tradicional de conservação da biodiversidade, surgiu a necessidade de substituição deste paradigma, compreendido como “ilhas de biodiversidade circundadas por paisagens alteradas pela ação humana predatória pelo novo paradigma biorregional” (FERREIRA, 2004, p.49). Tal paradigma prevê a criação e manutenção de redes de áreas protegidas integradas ao contexto regional onde se inserem, proposta surgida no *Protected Areas in the 21 Century Symposium*, organizado pela *World Commission on Protected Areas* (WCPA) na Austrália (1997). Isso induziu uma mudança de foco em direção às dinâmicas sociais no interior e no entorno das áreas consideradas prioritárias para a conservação (FERREIRA, op cit.).

No Brasil, o antigo Código Florestal (Decreto nº 23.793, de 1934) introduziu na legislação a figura da unidade de conservação, subdividindo-a em três categorias: duas

de natureza inalienável e conservação perene - as florestas protetoras, em domínios privados e as florestas remanescentes, em terras públicas; a terceira categoria referia-se às florestas de rendimento (BENSUSAN, 2006).

O artigo 225 da Constituição Federal Brasileira de 1988 que dispõe sobre o meio ambiente, assegura “a todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado”, e impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo (BRASIL, 1988). A concepção de equilíbrio ecológico para a conservação de espaços protegidos se traduz no desenvolvimento de ações de modo sustentável que devem ser efetivadas por políticas públicas. A origem do conceito tradicional de sustentabilidade está nas ciências biológicas, baseada nos princípios da ecologia de populações, associada ao conceito da capacidade de suporte. A capacidade de suporte é definida por Ricklefs (2003) e Odum (1988) como o número de indivíduos ou quantidade de biomassa numa população que os recursos de um habitat pode sustentar por tempo indefinido, permitindo oscilações necessárias nas regulações dependentes e independentes da densidade das populações que interagem no local. Para a compreensão deste conceito há de se entender que à medida que o tamanho da população e a complexidade do sistema aumentam, o custo energético tende a aumentar proporcionalmente a uma taxa maior. Por conseguinte, aumenta a proporção de produção bruta que deve ser consumida pela comunidade para sustentá-la e diminui a proporção que pode ser dedicada ao crescimento. Para se atingir o equilíbrio desta demanda, o tamanho da população não pode aumentar mais (ODUM, 1988). “Uma biosfera sustentável é improvável enquanto a população humana continuar a crescer” (RICKLEFS, 2003, p. 462).

Os níveis da *sustentabilidade ecológica* devem ser mantidos através de uma série de medidas que envolvem a utilização racional dos recursos naturais sob a perspectiva do longo prazo. A utilização sustentável dos recursos é aquela em que os recursos naturais renováveis são usados abaixo da sua capacidade natural de reposição, e os não renováveis de forma parcimoniosa e eficiente, aumentando sua vida útil. Em termos de energia, a sustentabilidade preconiza a substituição de combustíveis fósseis e energia nuclear por fontes renováveis, como a energia solar, a eólica, das marés, da biomassa, etc. (CARVALHO, 2002). Odum (1988) chama a atenção para o fato de que os seres humanos estão se aproximando cada vez mais dos níveis máximos da capacidade de suporte do ambiente, pois a população tende a aumentar limite após outro, sendo a alimentação e os combustíveis fósseis os motivos atuais de preocupação.

Neste sentido, para o cumprimento do preconizado na Constituição torna-se necessária a definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, ou seja, indica que o poder público deve criar áreas

protegidas e garantir que elas contribuam para o equilíbrio ambiental (art.225, inciso 3) (BRASIL, 1988; BENSUSAN, 2006).

Ainda em 1988, a organização não-governamental Fundação Pró-Natureza (Funatura), com sede em Brasília, foi convidada, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, a formular um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) consolidado. Uma das dificuldades da época era definir as categorias de manejo (MITTERMEIER et al, 2005, BENSUSAN, op cit.). A expressão “unidade de conservação”, provavelmente tem origem nesta época. Ela foi criada no Brasil e não apresenta correspondência com termos em outros idiomas. Para muitos conservacionistas as unidades de conservação são consideradas como um subconjunto das áreas protegidas (BENSUSAN, op cit.).

Após mais de dez anos da sua formulação, o SNUC (Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000) foi oficialmente instituído por lei, definindo e regulamentando as categorias das unidades de conservação em níveis federal, estadual e municipal, o que representou um momento histórico para a conservação da biodiversidade no Brasil. Segundo o SNUC, unidade de conservação é definida como:

“Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”

A novidade que esta lei traz é o reconhecimento de conservação da natureza como sendo o manejo do uso humano da natureza, compreendendo sua utilização sustentável, como citado anteriormente (SNUC, 2000). Tendo em vista esta abordagem sustentável da conservação e a insustentabilidade do modelo conservacionista tradicional, o SNUC divide as unidades de conservação em dois grupos distintos: Unidades de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável.

Em uma Unidade de Proteção Integral, o objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, isto é, o uso não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais. Este grupo de unidade preserva características do conservacionismo tradicional, sendo justificada por se tratar da preservação de espécies animais e vegetais raros e em risco de extinção. São Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e, Refúgio de Vida Silvestre.

O objetivo de uma Unidade de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, isto é, pode haver exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. Esta

é uma estratégia para tentar compatibilizar a presença humana nessas áreas, bem como o suprimento de suas necessidades de forma sustentável. São Unidades de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e, Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Como dito anteriormente, a conservação de espaços protegidos se traduz no desenvolvimento de ações de modo sustentável que devem ser efetivadas por políticas públicas, as quais podem ser definidas como ações planejadas do governo que visam, por meio de diversos processos, atingir alguma finalidade (VIANNA JR.,1994 apud AMARAL et al, 1999).

Embora muitos imaginem que o grande obstáculo na questão das áreas protegidas esteja na sua criação, muitos são os problemas relacionados à implementação e gestão das mesmas. Ocorre que grande parte das políticas públicas e conseqüentemente a alocação de recursos priorizam mais a criação de novas unidades de conservação do que o manejo das unidades de conservação existentes. As dificuldades relativas à implementação de alguns parques urbanos estão relacionadas principalmente aos seguintes fatores: problemas financeiros, e problemas relacionados às atividades de gestão, que vão desde o manejo de populações animais ou vegetais, até o relacionamento entre o parque e a comunidade do entorno (BENSUSAN, 2006).

Em referência às dificuldades financeiras, Bensusan (2006) aponta que no Brasil, os recursos para a implementação das unidades de conservação têm sido historicamente insignificantes, certamente pelo fato de que a abrangência dos efeitos/custos relativos ao emprego de uma determinada técnica ou política é normalmente muito maior que a abrangência dos benefícios visíveis decorrentes de tal decisão (AMARAL et al 1999). Isto se reflete no surgimento dos chamados parques de papel, e na dificuldade para a contratação de recursos humanos especializados para a gestão destas unidades.

De acordo com alguns autores (TOWSEND et al, 2006; VEIGA E EHLERS, 2003) visto que, as decisões políticas são baseadas na valoração econômica dos recursos, se torna importante mensurar o valor da biodiversidade para que os investimentos para a conservação da natureza aumentem. Neste contexto, se faz necessário pensar em uma nova economia ecológica, pois, segundo eles, a economia tradicional é incapaz de determinar o valor dos recursos ecológicos. Numa economia ecológica o valor das espécies, comunidades e ecossistemas passam a ser quantificados monetariamente, a fim de compará-lo com os ganhos decorrentes de projetos industriais e outros projetos que possam danificá-los (TOWSEND et al, 2006).

Dentro de uma abordagem de valoração da biodiversidade, Miller Jr. (2007, p.172) afirma que genes, espécies, ecossistemas e processo ecológicos apresentam dois tipos de valor. O primeiro deles é o valor intrínseco, “pois esses componentes da biodiversidade existem independentes da sua utilidade para nós”. E o valor instrumental, estimado em função da sua utilidade para nós. Este valor instrumental ainda é subdividido em dois tipos principais: o valor de uso, o qual se constitui nos benefícios utilizados pelos seres humanos, tais como bens econômicos e serviços, serviços ecológicos, recreação, informações científicas e opções de preservação para tais usos no futuro; e o valor de não-uso que é atribuído em função dos significados de existência, estética e o legado dos recursos como bens.

Dentro de uma perspectiva de economia ecológica, Veiga e Ehlers (2003, p.271) afirmam que a “estratégia convencional de conservação, baseada na manutenção e expansão de áreas protegidas, é insuficiente para manter a diversidade da vida”. Para estes autores, a saída é a ampliação das atividades econômicas que conservem ou mesmo ampliem a biodiversidade. Isto sugere que, para avançar nessa direção é necessário tributar muitas das atividades que contribuem para a degradação da natureza e investir os recursos assim arrecadados na promoção do empreendedorismo voltado à conservação da biodiversidade. Isso se tornará possível se as atividades direcionadas à conservação ou recuperação dos habitats das espécies forem mais vantajosas que as atividades que os degradam, o que requer a combinação de vários tipos de intervenção pública (em geral estatais) de estímulo e dissuasão. É neste ponto que se apresenta o problema relacionado a esta questão, pois as políticas públicas voltadas para unidades de conservação são limitadas à criação e manutenção, muitas vezes deficitária destas áreas protegidas (VEIGA E EHLERS, op cit.).

No sentido de mitigar os problemas relacionados à alocação de recursos, Spergel (2002 apud Bensusan 2006) sugere a combinação de três modalidades possíveis de financiamento de áreas protegidas: recursos orçamentários do governo, taxas de usuários e visitantes e outras taxas de conservação ambiental. Embora o SNUC preveja a cobrança de taxa de visitação em Unidades de Proteção Integral (art.35), entendemos que esta taxa no contexto dos municípios onde a maioria da população tem baixo poder aquisitivo, pode acarretar outros problemas de cunho social. Estes espaços são opções de lazer para as populações de diversas classes sociais, principalmente para as pessoas de baixo poder aquisitivo que necessitam de espaços públicos deste tipo.

2.2.4 Conflito ambiental

Desde o paradigma preservacionista ao paradigma da conservação “sustentável” dos dias de hoje, a presença humana em áreas protegidas tem sido motivo de conflitos e de uma série de discussões, conforme visto anteriormente. Atualmente, é possível conciliar a presença humana em áreas protegidas, principalmente as de uso sustentável; porém, o desafio deste século é retratado em duas perguntas: é possível conservar a biodiversidade com a presença humana? Como envolver as comunidades na conservação da natureza? A proposta de alguns projetos ou intenções de conservação é, muitas vezes, o foco destes conflitos.

Tanto na esfera local como global são observados inúmeros conflitos relacionados à percepção de valores e interesses ambientais. Mais comum do que os conflitos relativos aos danos à propriedade, são os conflitos gerados pela violação pessoal, desconfiança, os quais são negligenciados, pois demandam tempo e custo no processo de planejamento. Estes conflitos são significativos em números, mas são considerados de importância menor, quando comparados à cobertura florestal ou o dano à propriedade, na maioria dos casos. Os exemplos de tais conflitos mais frequentes podem ser encontrados nos projetos relacionados à construção de estradas, à gerência da água ou ao desenvolvimento urbano (PERSSON, 2006, p.606).

Os conflitos são vistos geralmente como indesejáveis, e ainda assim existe a dificuldade em imaginar uma sociedade livre dos conflitos ou das violações. Persson (op. cit, p.606) advoga que: “mesmo em um mundo perfeitamente construído, livre dos conflitos, como na novela de Ira Levin ‘*This Perfect Day*’ (Este dia perfeito), alguém pode questionar se é realmente desejável viver em tal sociedade. Hoje a pergunta principal não é se os conflitos podem conduzir a algo positivo, que podem fazer, mas, antes, como nós podemos evitar conflitos”.

O conflito pode ser concebido como uma percepção divergente de interesse, ou disputas entre grupos sociais, derivadas dos distintos tipos de relações por eles mantidas com seu meio natural (PERSSON, op cit.; CUNHA, 2003). Segundo Cunha (op. cit, p. 83):

“Há três dimensões básicas a serem consideradas no entendimento e na análise destes conflitos: o mundo biofísico e os ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico, interdependente entre estes dois mundos. Ocorrem conflitos pelo controle dos recursos naturais, conflitos derivados dos impactos ambientais e sociais decorrentes de determinados usos, e também aqueles ligados aos usos e apropriações dos conhecimentos ambientais.”

Com relação ao planejamento e à gestão ambientais, os conflitos podem ser percebidos como a oposição entre as partes interessadas a respeito dos valores, interesses, qualidades pessoais, o argumento profissional ou o papel (PERSSON, 2006).

Um conflito evidencia uma situação em que um ator social (individual ou coletivo) se confronta com outro ator, em oposição consciente, a partir do momento em que definem objetivos incompatíveis que conduzem ao enfrentamento. Segundo Loureiro (2005a) pode ser categorizado em explícito ou implícito. Um conflito implícito é aquele em que as comunidades são atingidas por um processo de degradação do qual não têm consciência. E o conflito explícito ocorre quando as comunidades estabelecem uma associação lógica imediata entre a degradação do ambiente e a ação de agentes sociais determinados.

No debate sobre o papel específico das populações que habitam o entorno de áreas protegidas na conservação de recursos naturais surgem duas abordagens: (1) o conflito como inerente a qualquer sistema social, gerando mudanças, mas sem resolução definitiva; e, (2) conflitos como distúrbios na ordem dos sistemas sociais que solicitam esforços para transformá-los e mitigá-los (FERREIRA, 2004). Para fins deste trabalho assumiremos a primeira abordagem, visto que o conflito, não deve ser concebido como ameaça, mas como uma possibilidade de crescimento e mudança. Além disso, não há democracia, nem educação para a cidadania sem a explicitação de conflitos.

Por outro lado, o reconhecimento de que a sociedade é constituída por conflitos não significa, em uma perspectiva democrática e dialógica, que seja impossível ocorrer negociações e busca de consensos que resultem na resolução de um problema identificado. Mas sim compreender que os acordos se dão em uma base conflitiva, na qual nos movemos e que a capacidade de buscar o diálogo, a aproximação, e o respeito define o amadurecimento da participação social e política existente em uma sociedade (LOUREIRO, 2005a).

Dentro desta abordagem, Loureiro (op.cit, p. 22) aponta seis passos para a transformação de um conflito:

“Identificação e definição do conflito; clarificação do que é constitutivo do problema e do conflito, segundo a perspectiva das partes envolvidas; geração de processo que resultem em idéias e alternativas; avaliação coletiva das alternativas criadas, a partir de critérios definidos e aceitos pelos atores sociais; negociação das bases que assegurem o cumprimento do que for acordado; realização de ações planejadas, reconhecendo o esforço das partes e estabelecendo os métodos de avaliação e monitoramento do processo”.

Deste modo, o enfrentamento do conflito, tendo por base as potencialidades locais e os pontos de aglutinação dos grupos sociais inseridos em uma determinada situação, gera processo social, econômico e de preservação ambiental, viáveis e adequados às necessidades dos atores envolvidos.

Baseado na Constituição Federal, Guimarães (2003) toma como pressuposto pensar que meio ambiente deve ser pensado como um bem comum ao se propor a gestão

ambiental. O autor salienta que o enfoque da gestão ambiental deve ser sistêmico, considerando as partes e o todo, entendendo que a visão mecanicista, reducionista, não é eficaz para a gestão de realidades que são sistêmicas, complexas, interativas e interdependentes. Desta forma, o que se concebe é a gestão ambiental como um processo de negociação entre forças convergentes e divergentes, que se manifesta no espaço da participação, e que atua na construção realidade sócio-ambiental.

A participação na negociação de conflitos representa e possibilita a ação interativa entre as forças que se complementam e se contrapõem numa realidade vista como totalidade. Portanto, é fundamental a conquista de mecanismos participativos para a gestão, que garanta a participação dos segmentos sociais mais fragilizados (movimentos populares) no processo de negociação (relações desiguais de poder), já que os setores públicos e privados têm maior capacidade de ocupar o espaço da participação no processo de gestão. Ou seja, significa a ampliação do espaço democrático em nossa sociedade (GUIMARÃES, op.cit).

De forma equivocada, a participação pública tem sido expressa em termos de sugestões feitas ou reclamações sobre planos que já tenham sido aprovados (PERSSON, 2006). No entanto, uma conservação sustentável, com todas as suas incertezas e complexidades, não pode ser considerada sem que todos os atores estejam envolvidos nos processos contínuos de aprendizado (PIMBERT e PRETTY, 2000). É nessa instância que se insere a Educação Ambiental, como um instrumento potencial de gestão por sua capacidade de intervir no processo de construção social da realidade (GUIMARÃES, op.cit).

De acordo com Guimarães (2003, p.190),

“a Educação Ambiental crítica das desigualdades sociais e dos desequilíbrios nas relações entre sociedade e natureza, percebe os problemas ambientais como decorrentes dos conflitos entre interesses privados e coletivos, mediados por relações desiguais de poder que estruturam a sociedade contemporânea. Essa Educação Ambiental crítica viabiliza-se como instrumento de gestão, na medida em que se volta para a construção de uma cidadania ativa, diferente da idéia de uma cidadania passiva (submissa aos deveres e pouco reivindicadora na conquista de novos direitos) ou do cidadão-consumidor. O exercício dessa cidadania ativa dá aos mediadores do processo de gestão, instrumentos (compreensão-ação sobre realidades complexas mediadas por relações desiguais de poder) para sua efetiva participação como atores sociais num movimento coletivo de transformações sócio-ambientais. Isso os potencializa como construtores de novos paradigmas que consolidem a constituição de uma nova sociedade, essa sim ambientalmente sustentável e socialmente justa.”

Assim sendo, as concepções de meio ambiente e educação ambiental devem ser considerada como peça chave no enfrentamento das discussões acerca do acesso de usuários de unidades de conservação. Esta proposta tem um efeito superior em relação ao princípio da exclusão, simplesmente.

2.3 Concepções de Meio ambiente

Segundo Diegues (2000b), o conceito de meio ambiente é um dos pontos críticos na discussão sobre conservação da biodiversidade, pois muitos o consideram como uma dimensão exclusivamente biológica ou natural. Como consequência dessa premissa, tudo o que se refere a meio ambiente é identificado como natural e biológico, particularmente pelos cientistas naturais e profissionais da conservação.

A biodiversidade de uma área constitui o produto da história da interação entre o uso humano e o ambiente. Uma combinação não apenas de alterações de fatores biofísicos, mas também de mudanças nas atividades humanas (BENSUSAN, 2006). Isso significa que, a questão das áreas protegidas levanta inúmeros problemas de caráter político, social e econômico e não se reduz, a uma simples questão de conservação do mundo natural, e mesmo da proteção da biodiversidade. No entanto, ainda hoje se confrontam duas visões distintas na análise da relação entre os seres humanos e a natureza: de um lado, o reducionismo sociológico, onde o ambiente torna-se compreensível somente por suas representações culturais; e por outro, o reducionismo biológico que parte do princípio de que todos os aspectos da vida humana podem ser explicados por fatores biológicos, hereditários.

Uma série de abordagens e concepções diferenciadas de ambiente e educação ambiental têm sido geradas nos diversos domínios do ensino como resultado do caráter inter e transdisciplinar da pesquisa ambiental. Segundo Jollivet & Pavê (1997,p.53),

“as pesquisas sobre o meio ambiente suscitam pela primeira vez um grande numero de indagações, extremamente diversas em seu conteúdo, e fazem por isso apelo à participação de múltiplas disciplinas pertencentes a quase todas as grandes áreas de investigação científicas”.

A dificuldade em se estabelecer uma noção consensual de ambiente existe pelo fato de que as características que as permeiam estarem vinculadas a interesses diversos de várias áreas do saber. A noção de ambiente é relativa a um objeto central, pois depende do ponto de vista, do centro de interesse do trabalho científico; ele difere em função das várias disciplinas especializadas (JOLLIVET & PAVÊ, 1997).

É polissêmica, por ser objeto de estudo de diferentes áreas do saber; possui varias definições e significados. É recente, pois o meio ambiente visto como objeto de investigação só foi identificado em decorrência dos problemas colocados pela atividade humana. É mutável no tempo e no espaço porquanto, os componentes do meio ambiente, sua estrutura, evoluem ao longo do tempo. E implica a emergência de fenômenos dotados de características difíceis de serem delimitadas, identificadas e avaliadas do ponto de vista científico e tecnológico (JOLLIVET & PAVÊ, 1997).

Diante da complexidade em adotar uma definição para ambiente seria ingênuo afirmar que meio ambiente é tudo aquilo que está em volta do ser humano, ou afirmar

que é uma interação dos fatores bióticos e abióticos da natureza. O entendimento de meio ambiente, pressupõe a intervenção humana, sendo este o seu principal agente de transformação.

De acordo com Reigota (2004a, p.14), meio ambiente é definido como:

“o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em reações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído.”

As concepções de ambiente influenciam diretamente a produção de técnicas, práticas e instrumentos científicos – tecnológicos, assim como todo o processo de conhecimento que leva ao desenvolvimento de valores e atitudes em relação ao mesmo.

Para Tozoni-Reis (2004), a relação do ser humano com o ambiente natural se enquadra em três categorias que correspondem à concepção de meio ambiente. A primeira é a concepção **natural**, que considera a igualdade entre todos os elementos da natureza para voltar ao equilíbrio natural. O ser humano tem a figura de um “vilão” que necessita reencontrar seu lugar, naturalmente determinado. Esta concepção é adotada pelos preservacionistas, cuja visão da integração ser humano- natureza é a volta do mesmo ao “paraíso perdido” (TOZONI-REIS, op cit., CUNHA E COELHO, 2005, DIEGUES, 2000a, BENSUSAN, 2006).

A segunda concepção é a **cognoscente**, onde o conhecimento é considerado como mediador da relação ser humano-natureza, de forma imediata, direta, automática e mecânica. Esta tendência revela um caráter utilitarista da relação dos indivíduos com o ambiente. A terceira concepção, a **sócio-histórica** (BRÜGGER,2004), indica a relação marcada pela intencionalidade dos sujeitos. Nesta concepção estão presentes as condições históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais (TOZONI-REIS, op cit.).

A terceira concepção de ambiente é pertinente nos estudos atuais de populações que vivem dentro ou no entorno de áreas protegidas e o impacto gerado pelos programas de conservação. Entendemos, neste estudo, que o sucesso da implementação de qualquer projeto relacionado à gestão ambiental de áreas protegidas está diretamente relacionado com o respeito aos aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais nos quais as populações estão inseridas.

Tendo em vista esta discussão, Brügger (op cit., p.56) faz a seguinte afirmativa:

“Embora a expressão “meio ambiente” seja amplamente confundida com a natureza, mesmo nos meios acadêmicos, a questão ambiental diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza – qualquer sociedade e qualquer natureza -, e isso inclui também as relações dos seres humanos entre si. Incluindo as relações dos seres humanos entre si e com a natureza.”

2.4 Educação Ambiental

2.4.1 Concepções de Educação Ambiental

Consoante à diversidade de representações de ambiente e de práticas de educação ambiental, distintas concepções de educação são formuladas por diversos autores. Loureiro (2005 a e b) distingue dois grandes blocos no interior dos quais se estabelecem inúmeras tendências da educação ambiental. De acordo com o autor, a educação ambiental pode ser concebida como **conservadora ou emancipatória**.

2.4.1.1 Concepção Conservadora da Educação Ambiental

A educação ambiental é caracterizada como **conservadora** pela sua abordagem superficial das relações sociais e de poder; pouca ênfase nos aspectos políticos e históricos; ausência de entendimento dialético da relação sociedade-natureza, de modo que os aspectos naturais e sociais são tratados como esferas distintas; baixa problematização da realidade; sobrevalorização das soluções tecnológicas e do conhecimento científico; e, ênfase na educação como processo comportamentalista e moral, baseada em vivências práticas ou alternativas de cunho místico (LOUREIRO, 2005 a e b).

A concepção conservadora também se caracteriza pela compreensão da crise ambiental de forma naturalista e conservacionista; o ser humano de modo geral é responsabilizado pela degradação ambiental, sem levar em consideração seu papel na história, nas esferas social e política (LOUREIRO, 2005 a e b). Esta abordagem é influenciada fortemente pela Teoria Geral dos Sistemas, Teoria dos Sistemas Vivos, pela Cibernética, pela visão holística e pela proposta de “alfabetização ambiental” norte americana (LOUREIRO, 2005b).

Considerando a educação como práxis social cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser aprendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura, de acordo com suas necessidades, é possível perceber que as formulações sistêmicas e a visão holística que permeiam a Educação Ambiental Conservadora não dão conta desta perspectiva. O principal problema é o modo como os fenômenos sociais são lidos. A abordagem sistêmica adota modelos ecológicos de alimentação e retroalimentação onde é ignorada a condição de ambiente como produto do trabalho e da práxis humana (LOUREIRO, 2005b). Esta é uma concepção de ambiente como

natureza (SAUVÉ, 1997). Esta abordagem não distingue as leis sociais das leis naturais; suas construções interdisciplinares são baseadas no conceito de autopoiese.

De acordo com Loureiro (op cit., p.1478), “formular um pensamento sistêmico com base em fluxos energéticos, materiais e termodinâmico, enfatiza adequadamente os organismos vivos, mas dissolve a existência da cultura e demais fenômenos tipicamente humanos.”

A visão holística na educação ambiental conservadora recai no perigo da certeza de ter alcançado um modelo unificador de todas as ciências e saberes, resumindo em matrizes sistêmicas os processos materiais e mentais das sociedades humanas e da vida. Tal modelo ignora a complexidade da sociedade, por não entender que não há apenas um método válido (LOUREIRO, op cit.). O que pode ser observado é que a proposta holística que visa a harmonia e a união acaba por estimular a domesticação e a acomodação

Diante destas afirmações, podemos construir uma concepção crítica de Educação Ambiental e que julgamos pertinente para a emancipação da sociedade. A seguir vamos demonstrar porque a educação ambiental emancipatória favorece a reflexão sobre o cotidiano, o questionamento e a transformação social.

2.4.1.2 Concepção Emancipatória Educação Ambiental

Uma concepção **emancipatória** educação ambiental, que também pode ser chamada de crítica ou transformadora, é caracterizada pela abordagem política na busca da realização da autonomia e liberdades humanas em sociedade, de modo a redefinir a relação do ser humano com as demais espécies e com o planeta. A educação ambiental emancipatória torna pública as questões ambientais, entendidas como inerentemente sociais e históricas Por meio da valorização da democracia e do diálogo na explicitação dos conflitos ambientais, busca alternativas que considerem o conhecimento científico, o conhecimento popular, as manifestações culturais e uma nova ética nas relações sociedade – natureza (LOUREIRO, 2005 a e b).

A ênfase na participação social e no exercício da cidadania e a preocupação concreta em estimular o debate e o diálogo entre ciências e cultura popular, redefinindo objetos de estudos e saberes são outras características da educação ambiental emancipatória. O entendimento de alguns processos se torna indissociado como: produção e consumo; ética, tecnologia e contexto sócio-histórico; interesses privados e interesses públicos. Há também uma busca de ruptura e transformação dos valores e

práticas sociais contrários ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade (LOUREIRO, 2005 a e b).

“O modo como se realizam a educação em sociedades complexas e as diferentes compreensões da relação sociedade-natureza não permite definir uma única educação ambiental, mas uma miríade constituída por sujeitos ecológicos distintos, com visões paradigmáticas de natureza e sociedade, numa rede de interesses e interpretações em permanente conflito e diálogo” (Carvalho, 2001 citado por Loureiro 2005 a, p.15).

A partir destas características pode-se definir a Educação Ambiental Emancipatória e Transformadora como aquela em que a forma dialética e o conteúdo se realizam de tal maneira que as alterações da atividade humana, vinculadas ao fazer educativo, impliquem mudanças individuais e coletivas. Dentro desta abordagem, pode se entender que educar é emancipar a humanidade, permitir a libertação do ser humano diante das condições que nos colocamos no processo histórico e propiciar alternativas para irmos além destas condições.

“A ação emancipatória é o meio reflexivo, crítico e autocrítico contínuo pelo qual podemos romper com a barbárie do padrão vigente de sociedade e de civilização, em um processo que parte do contexto societário em que nos movimentamos, do “lugar” ocupado por cada sujeito, estabelecendo experiências formativas, escolares ou não, em que a reflexão problematizadora da totalidade, apoiada numa ação política, propicia a construção de sua dinâmica. Emancipar não é estabelecer o caminho único para a salvação, mas sim a possibilidade de construirmos os caminhos que julgamos mais adequados à vida social e planetária, diante da compreensão que temos destes em cada cultura e momento histórico, produzindo patamares diferenciados de existência” (Loureiro, 2005b, p.1484).

No que diz respeito ao papel da dialética fica evidente que esta postula uma concepção da realidade como fundamentalmente contraditória e em constante transformação. Marx em sua dialética materialista-histórica, defende o movimento de transformação social, salientando que o que importa não é apenas interpretar e especular, mas agir e transformar. A transformação da história humana se dá pelos próprios humanos, enquanto seres concretos, e não seres abstratos. O ser humano concreto é definido pelas relações estabelecidas entre as esferas da vida social (política, cultural, filosófica, econômica etc.) (LOUREIRO, 2005b).

Referente às implicações políticas da Educação Ambiental, adotar a perspectiva dialética significa reconhecer os sujeitos do processo educativo, ou seja, entender que os atores capazes de transformação social se definem vinculados ao modo de produção, à vida cotidiana particular e coletiva, ao Estado, e que estes devem participar com suas especificidades no trabalho pedagógico dialógico e comunicativo. No sentido de superar os paradigmas simplificadores que operam a disjunção ser humano/natureza ou que reduzem o ser humano à natureza de modo indistinto emerge o pensamento complexo (MORIN, 2000a). Nessa perspectiva, a realização da natureza humana é aquilo que nos distingue como seres naturais das demais espécies: produzirmos nossa história e os

meios de vida, numa ação que pressupõe a capacidade de definir objetivos com consciência e o uso da cultura, da linguagem e da cooperação (LOUREIRO, 2005b).

Neste contexto, a compreensão da complexidade do meio ambiente só será possível através de um enfoque interdisciplinar que possibilite estabelecer nexos e vínculos existentes entre as várias disciplinas, de modo a privilegiar todos os aspectos — históricos, políticos, econômicos, socioculturais, na compreensão da dinâmica ser humano-natureza. Nesse sentido, a interdisciplinaridade estaria mais próxima da noção de conhecimento complexo. Deste modo, “é preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto.” (MORIN, 2000b, p. 89)

Quanto a esta temática Morin (2000 a , p.40 e 41) explica que:

“... as mentes formadas pelas disciplinas perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes, do mesmo modo que para integrá-los em seus conjuntos naturais. O enfraquecimento da percepção do global conduz ao enfraquecimento da responsabilidade (cada qual tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada), assim como ao enfraquecimento da solidariedade (cada qual não mais sente os vínculos com seus concidadãos).”

Em decorrência disto, Morin (2000b) propõe uma visão de mundo que considera as implicações mútuas entre os fenômenos físicos, biológicos e antropossocial, superando a perspectiva fragmentada e reducionista e propondo uma leitura complexa e multidimensional da realidade. A religação dos saberes, das ciências naturais e sociais é indispensável para a compreensão e superação da crise planetária.

A concepção de educação ambiental tem sido construída ao longo do seu processo histórico, como pode se observar no tópico a seguir.

2.4.2 A construção de uma concepção de Educação Ambiental ao longo da história

Desde a década de 60 quando a educação ambiental foi mencionada pela primeira vez, as definições têm passado por um processo de evolução, que está diretamente relacionada à evolução do conceito de meio ambiente e ao modo este era percebido. (DIAS, 2003).

A educação ambiental foi inicialmente utilizada, em 1965, pela Real Sociedade de Londres, com uma definição associada ao preservacionismo dos sistemas vivos (SANTOS, 2000).

De acordo com a IUCN – Internacional Union for Conservation of Nature (1970) – a educação ambiental é “um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, voltado para o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à compreensão e apreciação das inter-relações entre o homem, sua cultura e seu entorno

biofísico”. Esta primeira definição internacional de Educação Ambiental, adotada pela IUCN, enfatiza a questão conservacionista da manutenção da biodiversidade e dos sistemas de vida. Na Conferência de Tbilisi (1977) o conceito de educação ambiental assume uma perspectiva ampla, enfatizando o seu enfoque interdisciplinar, sendo definida como dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, baseada em um completo e sensível entendimento das relações ser humano e natureza.

Na percepção de Dias (2003) a educação ambiental pretende desenvolver conhecimento, compreensão, habilidades e motivação para adquirir valores, mentalidades e atitudes necessários para lidar com questões ou problemas ambientais e encontrar soluções sustentáveis. Nesse sentido, constitui:

“ um processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa, a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado” (MININI, 2000, apud Dias, op cit. p.100).

De acordo com Madureira e Tagliani (1997), a redução da questão ambiental apenas ao seu aspecto natural está muito distante do significado real e, em decorrência disto, a educação ambiental, baseada neste entendimento, é fragmentada e trabalhada num enfoque eminentemente técnico. Não passa assim, de uma forma de adestramento que, segundo Brügger (2004), é um tipo de instrução meramente técnica e que reduz a questão ambiental a uma única dimensão.

Atualmente a educação ambiental é definida como uma educação política, pois ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza. Como educação política, a educação ambiental enfatiza antes a questão por que fazer do que como fazer (REIGOTA, 2004a), questiona as tendências mais gerais da educação contemporânea, que se baseia : na transmissão de conteúdos científicos (originados na ciência clássica e no positivismo); nos métodos ditos modernos e sem reflexão crítica, nos meios tecnológicos (do computador ao vídeo); no populismo cultural que sempre válido todo conhecimento originado nas camadas sociais mais pobres (REIGOTA,2004b).

Desse modo, a Educação Ambiental crítica volta-se para uma práxis de transformação da sociedade, em busca de uma sustentabilidade, calcada em novos paradigmas (GUIMARÃES, 2002). De acordo com Reigota (2004b) o desafio da educação ambiental é sair da ingenuidade e do conservadorismo (biológico e político) a que se viu confinada e propor alternativas sociais, considerando a complexidade das

relações humanas e ambientais. Considerando o exposto podemos concluir que a educação ambiental tem uma característica emancipatória, que leva os indivíduos a se apropriarem do seu papel como cidadãos e da sua relação responsável com o meio ambiente.

No que tange à educação ambiental em unidades de conservação, temos o seguinte entendimento:

“Educar para a cidadania é criar mecanismos educativos que façam com que a sociedade civil se mantenha em constante processo de mobilização, de construção de conhecimentos pertinentes às realidades vividas, de negociação de conflitos, definição de prioridades e planejamento de ações, tendo em vista o bem comum, em todos os espaços”(PÁDUA,2002, p.73).

A Educação Ambiental torna-se chave, pois chama a atenção para a importância da contribuição de cada um para a construção de um mundo mais ético e para a responsabilidade de se engajar em processos que visem a um bem maior, onde o respeito à vida seja prioridade. Baseada na participação, com o fortalecimento de indivíduos e grupos, acaba influenciando políticas públicas condizentes com os novos valores, principalmente as relacionadas às unidades de conservação que, muitas vezes, dependem de apoio local para sua sobrevivência.

Finalmente, dentro de uma perspectiva emancipatória concordamos com Loureiro (2005b, p.1490):

“Educar para transformar é agir em processos que se constituem dialogicamente e conflitivamente por atores sociais que possuem projetos distintos de sociedade, que se apropriam material e simbolicamente da natureza de modo desigual. Educar para emancipar é reconhecer os sujeitos sociais e trabalhar com estes em suas especificidades. A práxis educativa transformadora é, portanto, aquela que fornece ao processo educativo as condições para a ação modificadora e simultânea dos indivíduos e dos grupos sociais; que trabalha a partir da realidade cotidiana visando à superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade capitalista globalizada.”

2.4.3 A práxis da educação ambiental

O conceito de práxis deve ser resgatado na educação como um elemento central ao se propor uma educação ambiental crítica e emancipatória direcionada à gestão participativa e ao exercício da cidadania em unidades de conservação. Para Loureiro (2004), “a práxis é uma atividade relativa à liberdade e às escolhas conscientes, feitas pela interação dialógica e pelas mediações que estabelecemos com o outro, a sociedade e o mundo”.

A práxis de educação ambiental pode ser realizada a partir das três perspectivas distintas discutidas por HUCKLE (1993). Primeiro, a educação para a gestão e controle ambiental, a qual está em coerência com a noção de educação **sobre** o ambiente. Esta

perspectiva estabelece o sujeito ecológico como fundamental (SANTOS et al, 2000). Baseada nas ciências empíricas-analíticas, de acordo com Sato (1997, p.186), “é a concepção positivista que favorece a aquisição de experiências e conhecimentos na área natural e seus problemas correlatos (ênfase no domínio cognitivo)”. Esta noção de educação ambiental demonstra claramente a base de certas práticas cujo maior interesse é transmitir conhecimentos como forma de conservação das espécies. Um “jargão” bastante conhecido deste tipo de práxis é o do “conhecer para preservar”.

Uma segunda práxis baseada na ciências hermenêuticas-interpretativas constitui na educação para a conscientização e a interpretação ambiental; é a educação **no** ambiente. Esta abordagem desenvolve práticas de ecoturismo, visitaçã o a parques e áreas protegidas. Os envolvidos obtêm principalmente conscientização, mas nem sempre são levados a desenvolver conhecimento, competência, responsabilidade e ação. Dentro de uma perspectiva construtivista, esta abordagem “desperta valores e motivações que considerem um ambiente mais adequado e com utilização de atividades no ambiente imediato (afetivo)” (HUCKLE, 1993; SANTOS et al, op cit.; SATO, op cit.).

A terceira abordagem está relacionada à educação para a sustentabilidade. Neste caso, práxis de educação ambiental utilizada é a educação **para** o ambiente. Isto pressupõe, que a Educação Ambiental deve ser crítica, intencional e deve permitir a participação para o ambiente. As práticas derivadas desta perspectiva estimulam o posicionamento político dos envolvidos, vistos como cidadãos e construtores da sua realidade. A partir da associação das ciências empíricas, hermenêuticas e críticas, propicia a conscientização dos indivíduos envolvidos os quais adquirem conhecimento, competência, responsabilidade e capacidade de ação, podendo se tornar multiplicadores do processo. Para Sato (op cit.) é a vertente reconstrutivista que promove a aquisição de habilidades e competências para agir e resolver os problemas ambientais (ênfase na participação).

2.4.4 Objetivos da Educação Ambiental

No sentido de possibilitar o alcance dos objetivos da Educação Ambiental propostos na Conferência de Tbilisi, os programas de Educação Ambiental devem buscar manter o equilíbrio entre as três perspectivas discutidas no tópico anterior. Estes objetivos são: ajudar os grupos sociais a adquirirem **consciência** e sensibilidade sobre o ambiente total e seus problemas; fornecer **conhecimentos** que possibilitem uma maior compreensão sobre o ambiente e seus problemas associados; promover meios de mudanças de **atitudes e valores** que gerem no indivíduo sentimentos de preocupação

com o ambiente e motivem ações que o melhorem e o protejam; desenvolver **capacidades** que ajudem os grupos e indivíduos a identificarem e resolverem problemas ambientais; e, estimular a **participação** de todos os setores da sociedade, envolvimento ativo em todos os níveis, de proteção ambiental (REIGOTA, 2004b).

2.5 Modelos alternativos ao desenvolvimento econômico

A expressão desenvolvimento sustentável tem sido utilizada em discursos governamentais e não governamentais, muitas vezes na forma de projetos que buscam propor “alternativas sustentáveis” (DIEGUES, 2001). No entanto, a polêmica em torno deste conceito é crescente, fazendo com que o debate seja ampliado a cada dia. Essa discussão implica a percepção do mesmo enquanto processo histórico e dinâmico, que acompanha e sofre modificações através do tempo (CARVALHO, 2002).

A concepção de desenvolvimento como sinônimo de progresso constitui o enfoque da visão tradicional de “desenvolvimento” existente no mundo moderno. Segundo esta perspectiva, as sociedades podem progredir indefinidamente para atingir níveis de riquezas materiais cada vez mais elevados (DIEGUES, op cit.). Este tipo de progresso, baseado no crescimento econômico, aumenta a desigualdade social, tanto em nível nacional quanto mundial. Deste modo, esse desenvolvimento é produtor de subdesenvolvimento. (GUIMARÃES, 2005, CARVALHO, 2002). Segundo Diegues, (op cit. p.41) :

“O conceito de progresso, essencial para se entender os modelos clássicos de desenvolvimento, tem como base a crença na razão, no conhecimento técnico-científico como instrumento essencial para se conhecer a natureza e colocá-la a serviço do ser humano, na convicção de que a civilização ocidental é superior às demais, entre outras razões, pelo domínio da natureza, na aceitação do valor de crescimento econômico e no avanço tecnológico.”

Associada a esta perspectiva a visão de mundo predominante na sociedade de consumo é a da qualidade de vida associada à idéia da capacidade de consumo do indivíduo. É a cultura do **ter** se sobrepondo ao **ser**, incentivada pela mídia que contribui para perpetuar:

“o binômio produção-consumo (crescente) que estrutura a sociedade contemporânea em sua relação de exploração do meio ambiente, tornando essa relação necessária para a manutenção da boa qualidade de vida projetada” (GUIMARÃES, op cit., p.85).

Essa racionalidade expressa através da ruptura na relação sociedade – natureza está pautada em uma postura antropocêntrica e individualista de dominação do ser humano sobre a natureza, que justifica as desigualdades sociais em níveis nacional e internacional, sustentada por posturas individualistas e competitivas que têm origem no liberalismo.

Em meados do século XX alguns intelectuais começaram a denunciar as conseqüências do paradigma capitalista, o qual leva a humanidade a uma insustentabilidade econômica, cultural, social e ecológica. Várias correntes teóricas começaram a indicar os limites ecológicos e sociais das chamadas “sociedades da afluência”, aumentando a preocupação com a relação ser humano-natureza nas sociedades modernas (DIEGUES, 2001).

A partir de então, o conceito de desenvolvimento sustentável começou a ser formulado, com vistas ao enfrentamento da crise ecológica. Contribuíram neste processo, três importantes documentos: o relatório *Limites do Crescimento* publicado pelo Clube de Roma; a Declaração sobre o Ambiente Humano, elaborado na Conferência de Estocolmo, ambos em 1972, e posteriormente, o Relatório de Brundtland, em 1987.

O livro clássico do Clube de Roma consiste em uma denuncia aos efeitos do paradigma baseado no crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento (BRÜSEKE, 1995, DIEGUES, op cit., CAMARGO, 2002). Teses deste livro concluem que:

“Se as atuais tendências de crescimento da população mundial continuarem imutáveis, os limites do crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial... E que é possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto.” (BRÜSEKE, 1995, p. 30)

Para que a estabilidade ecológica e econômica fosse alcançada, os pesquisadores do Clube de Roma propuseram o congelamento do crescimento populacional e econômico, demonstrando a realidade dos recursos limitados e rediscutindo a antiga tese de Malthus sobre o perigo do aumento desenfreado da população (BRÜSEKE, op cit.). Países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, temeram esta proposta de controle dos efeitos do capitalismo exacerbado, por considerarem este posicionamento contrário ao desenvolvimento, tão almejado pelos países mais pobres (DIEGUES, op cit.).

Três meses depois da publicação do relatório do clube de Roma realiza-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia, com a participação de 113 países. Neste evento a questão ambiental ganhou visibilidade pública. A conferência estava relacionada com a crítica ambientalista ao modo de vida contemporâneo. Também destacou os problemas da pobreza e do crescimento da população e elaborou metas ambientais e sociais, centrando sua atenção nos países em desenvolvimento. Desde então, a idéia de desenvolvimento sustentável adquiriu

relevância, assumindo um caráter diretivo nos debates sobre os rumos do desenvolvimento (JACOBI, 1999, CAMARGO, 2002).

Tendo em vista o próprio nome da Conferência – Ambiente Humano observou-se que uma das suas características mais marcantes foi a visão antropocêntrica conservadora, que reforçava a dominação do ser humano sobre o meio natural, através da percepção de recursos existiam para a subserviência da humanidade (CARVALHO, 2002).

2.5.1 Ecodesenvolvimento

O ecodesenvolvimento (1973 – 1979) é um movimento que se deu após as repercussões do relatório do Clube de Roma. É certo que não foi a única resposta dada às previsões do documento de 1972, conforme visto anteriormente, pois houve também certa contestação daqueles que desejavam o crescimento econômico a qualquer preço, como indispensável ao progresso. Não obstante, o ecodesenvolvimento conduziu a uma reflexão sobre o desenvolvimento dos países pobres fomentando a concepção de estratégias que permitissem inserir a proteção do ambiente e os recursos naturais num movimento que combina reafirmação do objetivo do desenvolvimento e reorientação profunda das suas prioridades, o seu conteúdo e as suas modalidades (NICOL, 2007).

O então secretário geral do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Maurice Strong, teve boa parte de seu trabalho inspirado pelo conceito de ecodesenvolvimento - também chamado de Desenvolvimento Eco-tecnológico. Esse modelo alternativo visava direcionar ações em zonas rurais dos países em desenvolvimento com vistas a sensibilizá-los com relação à problemática ambiental. A idéia de ecodesenvolvimento desejava uma mutação das relações econômicas internacionais. Uma das condições de sucessos era estabilizar os cursos das matérias primas exportadas pelos países em desenvolvimento no âmbito de contratos de abastecimento longos. Uma outra condição supunha cooperações científicas e técnicas com base em economia dos bens públicos (NICOL, 2007; BRÜSEKE, 1995; CARVALHO, 2002).

Ignacy Sachs, em 1974, ampliou o conceito de ecodesenvolvimento, repensando-o em termos práticos. Sua proposta incentiva ações que explicitam a necessidade de tornar compatível a melhoria dos níveis de qualidade de vida e a preservação ambiental. Segundo a sua percepção

“a degradação ambiental decorrente da pobreza tem sua correlação com a riqueza da sociedade contemporânea, causada por um desenvolvimentismo produtor de desigualdades sócioambientais. Tendo em vista o alcance de seus

objetivos, o ecodesenvolvimento procura enfatizar as principais políticas desenvolvimentistas ambientais, intentando sempre valorizar o apoio ao setor informal, incentivar a participação comunitária, e defender a concessão de maiores poderes às organizações populares, de modo que a administração de seus recursos seja mais descentralizada e democrática” (BRÜSEKE, 1995, p. 31, CARVALHO, 2002, p. 126-127, GUIMARÃES, 2005, p.92).

No final da década de 1970, esse conceito foi abandonado sob a influência dos lobbys industriais que temiam que a atenção dada aos problemas causados pela poluição viesse a travar suas atividades (NICOL, 2007).

2.5.2 Desenvolvimento Sustentável

A expressão desenvolvimento sustentável, aparentemente, foi utilizada pela primeira vez, em 1980, no documento World Conservation Strategy (Estratégia Mundial para a Conservação) produzido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), juntamente com o PNUMA e o Fundo para a Vida Selvagem (WWF). Esse documento afirma que a conservação da natureza não poderia ser alcançada sem o desenvolvimento necessário para aliviar a pobreza e a miséria (CAMARGO, 2002). De acordo com esse documento, uma estratégia mundial para a conservação da natureza deve contemplar os seguintes objetivos: (1) manter os processos ecológicos essenciais e os sistemas naturais vitais necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento do ser humano; (2) preservar a diversidade genética e biológica, entendidas como o número de espécies vegetais e animais que hoje compõe a vida; (3) assegurar o aproveitamento sustentável das espécies e dos ecossistemas que constituem a base da vida humana (BARBIERI, 1997, DIEGUES, 2001).

No entanto, o conceito mais conhecido de desenvolvimento sustentável foi formulado em 1987, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, quando a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) apresentou o Relatório “Our Common Future” (Nosso Futuro Comum) (CARVALHO, 2002, DIEGUES, op cit., CAMARGO, 2002). Tal documento ficou conhecido como Relatório de Brundtland, por ter sido elaborado sob a coordenação da primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

Segundo a CMMAD (1991, p.46), desenvolvimento sustentável “é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. Esta definição contém dois conceitos-chaves: as necessidades, sobretudo a dos pobres do mundo, que devem constituir a prioridade; e a noção das limitações que a tecnologia e a organização social

impõem ao meio ambiente, impedindo o atendimento das necessidades presentes e futuras.

De acordo com o relatório *Nosso Futuro Comum* (p.46), satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Tais necessidades são determinadas social e culturalmente, e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro do limite das possibilidades ecológicas. A satisfação das necessidades essenciais depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno, exigindo claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas. A idéia de pobreza, deterioração do meio ambiente e o crescimento populacional estão indissoluvelmente ligados e não podem ser sanados isoladamente (p.48). Dessa forma, o desenvolvimento sustentável só será possível se a evolução demográfica se harmonizar com o potencial produtivo cambiante do ecossistema.

A partir desta proposta alternativa ao modelo de desenvolvimento vigente, Sachs (2002, p.85) propõe oito critérios de sustentabilidade:

(a) Sustentabilidade social – prevê o alcance de uma sociedade homogênea, com distribuição de renda justa e emprego pleno e/ou autônomo, com qualidade de vida decente, bem como igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

(b) Sustentabilidade cultural – mudanças no interior da continuidade cultural (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para o mundo.

(c) Sustentabilidade ecológica - preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis; limitar o uso dos recursos não-renováveis.

(d) Sustentabilidade ambiental – respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

(e) Sustentabilidade territorial – configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).

(f) Sustentabilidade econômica – desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.

(g) Sustentabilidade política nacional – democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social.

(h) Sustentabilidade política internacional – eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, garantia de paz e da promoção da cooperação internacional; controle efetivo do sistema financeiro e de negócios; controle efetivo da aplicação do princípio de precaução na gestão do meio ambiente e dos

recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); gestão patrimonial global, como herança comum da humanidade.

2.5.3 Sociedades sustentáveis

A concepção de desenvolvimento sustentável, cuja idéia é uma tentativa de remediar os efeitos do crescimento econômico sem freá-lo, pode ser comparada à experiência de um indivíduo que busca remediar os problemas relacionados ao pulmão sem desejar necessariamente, deixar de fumar. No sentido de superar essa perspectiva equilibrada com relação aos princípios do desenvolvimento sustentável proposto no relatório de Brundtland, emerge o conceito de sociedades sustentáveis, o qual consideramos ser o mais adequado na busca da sustentabilidade ecológica e social.

O termo sociedades sustentáveis constituiu uma proposta do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS), elaborado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio 92. Para Diegues (2001) e Meira e Sato (2005), o conceito de sociedades sustentáveis parece ser mais adequado que o de desenvolvimento sustentável na medida em que possibilita a cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem estar, a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu meio natural. Segundo Jacobi (1999) uma política de desenvolvimento na direção de uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais nem as relações de poder existentes, nem tampouco pode deixar de considerar as limitações do ambiente, sob pena de manter um padrão predatório de desenvolvimento

Ferreira (2005) define sociedade sustentável como aquela que mantém o estoque de recursos naturais ou desenvolve meios tecnológicos para garantir uma mínima redução dos recursos, tendo em vista o desenvolvimento das gerações futuras. Numa sociedade sustentável o progresso é medido pela qualidade de vida (saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo) ao contrário da sociedade de consumo.

No entanto, o que se observa é a existência de obstáculos relativos ao avanço de uma sociedade sustentável, devido à restrita consciência da sociedade a respeito das implicações do modelo econômico vigente. A responsabilidade pelos danos ecológicos é atribuída às instituições sociais, aos sistemas de informação e comunicação e aos valores adotados pela sociedade, numa percepção ingênua e romantizada da questão ambiental.

Essa consciência será desenvolvida a partir do momento em que as necessidades da sociedade forem devidamente reconhecidas. Princípios como a valorização da cultura e investimento em uma educação para sociedades sustentáveis podem ser o ponto de partida de um processo de gestão que visa uma revolução paradigmática no cenário ambiental mundial. Tornou-se evidente que não mais funciona o estabelecimento de uma fórmula pronta para o alcance da sustentabilidade do planeta, mas há de se entender que devem ser respeitadas as individualidades culturais de cada sociedade, para que se mantenha a sustentabilidade ecológica e social da mesma.

Isso implica principalmente na necessidade de estimular uma participação mais ativa da sociedade no debate dos seus destinos (JACOBI, 1999). Sorretino e Tassara (1999, p.185) afirmam que:

É necessário que o indivíduo deseje e conheça as possibilidades de contribuir na construção de sociedades sustentáveis, para que ele e os coletivos dos quais participam possam atuar nessa direção. Para isso, são necessárias políticas públicas, leis, recursos financeiros e humanos, pesquisas, tecnologias, facilidade de acesso a informações e diversas outras condições, objetiva e subjetiva fomentadas pelo sistema das Nações Unidas, pelos Bancos de Desenvolvimento, por convenções e tratados internacionais, pelos países ricos, estados de todos os tipos e níveis, empresas, organizações da sociedade civil, meios de comunicação etc.

Daqui em diante, vamos discutir a importância da educação ambiental para a construção de sociedades sustentáveis, como ferramenta para a gestão ambiental e mediação de conflitos ambientais, no que diz respeito à conservação da natureza.

2.5.4 Educação para sociedades sustentáveis

Para alcançar a meta da sustentabilidade é fundamental modificar radicalmente as atitudes e o comportamento dos seres humanos, por meio da instrução e da sensibilização dos cidadãos.

A educação deve ser compreendida, não apenas como a escolaridade ou o ensino formal, mas também como todos os modos de instrução não-formais ou informais, incluído o aprendizado tradicional que se adquire no lar ou no seio da comunidade. A educação serve à sociedade de diversas maneiras e sua meta é formar pessoas possuidoras de mais conhecimentos, bem informadas, éticas, responsáveis, críticas e capazes de continuar aprendendo. A educação é também o meio de desenvolver talentos para introduzir as mudanças desejadas nas condutas, valores e estilos de vida e de suscitar o apoio público às mudanças contínuas e fundamentais para que a humanidade possa reorientar sua trajetória em direção a um futuro sustentável. A

educação é, em síntese, a melhor esperança e o meio mais eficaz que a humanidade possui para alcançar uma sociedade sustentável (UNESCO, 1999).

A Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, realizada em Tessalônica, na Grécia, em 1997, teve como objetivos destacar a função da educação e da sensibilização dos cidadãos em prol da sustentabilidade, analisar a contribuição da educação ambiental nesse contexto e mobilizar meios de ação para sua efetivação. (UNESCO, 1999). Conforme declaração do diretor-geral da UNESCO, na Sessão Extraordinária da Assembléia Geral, em julho de 1997:

A chave do desenvolvimento sustentável (i.e.Sociedades Sustentáveis) e autônomo é a educação; uma educação que alcance todos os membros da sociedade, em novas modalidades e por intermédio de novas tecnologias para proporcionar a todos, verdadeiras oportunidades de aprender ao longo de toda vida (...). Devemos estar preparados, em todos os países, para dar à educação novas formas, a fim de promover atitudes e condutas propícias à cultura da sustentabilidade. (UNESCO, op cit., p. 5)

Para caminharmos em direção a uma sociedade sustentável será necessário que a educação não apenas dure por toda a vida, mas que, além disso, seja ampla como a própria vida (UNESCO,op cit.). O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, considera que:

a educação ambiental para uma sustentabilidade igualitária é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário.

A educação ambiental é uma educação política (Reigota, 2004b e Tozoni-Reis, 2001), portanto a conservação ambiental está atrelada à noção de cidadania, à busca de igualdade social, melhores condições de saúde e capacidade crítica dos atores sociais, em decisões referentes à sua emancipação. A educação visando uma sociedade sustentável “se fundamenta, principalmente nos aspectos sócio-éticos e não nos produtivos e econômicos, sendo que estes dois últimos são subordinados aos dois primeiros” (REIGOTA, op cit.). A educação ambiental não pode ser vista como aquisição imediata e transmissão de conhecimentos sobre os processos ecológicos da natureza pelos indivíduos; é a reflexão filosófica e política, carregada de escolhas históricas que podem resultar numa sociedade sustentável (TOZONI-REIS, op cit.).

Sorrentino e Tassara (1999, p.188) propõem que:

os atores locais, interessados em promover processos educacionais que contribuam para a sociedade sustentável, tem na elaboração participativa da Agenda 21 uma estratégia para a mobilização da comunidade e inserção do seu pedaço/ município/região em um movimento cada vez mais planetário.

Durante a Rio-92, os representantes de vários países reunidos criaram a Agenda para o Século XXI, popularmente conhecida como Agenda 21. Este documento se destaca como o mais importante compromisso sócio-ambiental em prol da sustentabilidade firmado naquela conferência. Com mais de 2,5 mil recomendações práticas, a Agenda 21 estabeleceu o desafio do próximo milênio como um instrumento de planejamento estratégico que visa implementar um novo modelo de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental, construído verticalmente, orientado a melhorar e assegurar a qualidade de vidas das gerações futuras (MMA, sd:4).

No cerne das propostas da Agenda 21 a participação é definida como instrumento pedagógico que promove envolvimento, e sentimento de pertencimento e importância de cada um no projeto coletivo; como uma estratégia de planejamento, que possibilite aproveitar os conhecimentos e contribuições de cada um, bem como a divisão de tarefas e avaliações entre todos; e, como filosofia e ética, em que o bem estar, felicidade de todos e os direitos da minoria têm maior valor. Essa participação, que também é um dos objetivos da Educação Ambiental, é entendida como inclusão social (através do acesso à alimentação, à saúde, à moradia, à educação e ao trabalho) e não se limita ao voto nas urnas, delegando o poder de decidir, nem a consulta por questionários para optarmos entre duas ou três alternativas definidas pelos técnicos como as mais viáveis; e, nem mesmo, se limitando à presença em conselhos consultivos ou deliberativos, onde a falta de tempo e de recursos acabam nos tornando coadjuvantes e legitimadores da decisão tomada por poucos (SORRENTINO E TASSARA, 1999: 186, MMA, sd:4).

São inúmeras as iniciativas educacionais voltadas à temática ambiental em todo o Brasil. No âmbito local, grande parte delas constitui ações pontuais voltadas ao envolvimento das pessoas na solução de problemas, como o do lixo e da arborização urbana; ações de capacitação de professores ou de outros setores da população para realizarem determinadas atividades; ou, ainda, datas comemorativas, campanhas e alternativas de lazer e educacionais em áreas públicas como praças, parques e zoológicos. Todas essas ações encontram seus limites na ausência de políticas voltadas à continuidade e multiplicação no espaço e no tempo (SORRENTINO E TASSARA, 1999: 185-186).

Concluindo, ao fomentar a construção de sociedades sustentáveis em áreas destinadas à conservação da natureza (áreas protegidas) é importante pensar que sem envolvimento local, as propostas conservacionistas estarão fortemente ameaçadas.

2.6 Referências Bibliográficas:

- AMARAL, Weber A. N. et al. Políticas Públicas em Biodiversidade: conservação e uso sustentado no país da megadiversidade. **International Studies on Law and Education**, nº1, 1999. Disponível em: http://www.hottopos.com/harvard1/politicas_publicas_em_biodiversi.htm. Acesso em 23 de dezembro de 2007.
- BARBIN, Henrique S. **Estudos das transformações na conformação dos maciços arbóreo-arbustivos do parque da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – Universidade de São Paulo, através de fotografias aéreas verticais e levantamento florístico de épocas distintas**. 1999. 94p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1999
- BARBIERE, José C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. Petrópolis, ed. Vozes, 1997
- BENSUSAN, Nurit. **Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 176p.
- BRASIL. Lei No 9.985, de 18 de Julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Disponível na internet: <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>
- BRÜGGER, Paula. **Educação ou adiestramento ambiental**. 3 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, 200p.
- BRÜSEKE, Frans J. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In. CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1994.
- CAMARGO, Ana L. B. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana**. 2002. 198p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- CARVALHO, Vilson S. **Educação ambiental e Desenvolvimento Comunitário**. Rio de Janeiro: Ed. WAK, 2002, 224p.
- CHIESURA, Anna. The role of urban for the sustainable city. **Landscape and Urban Planning**, n. 68, 129-138, 2004,
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CUNHA, Ícaro. Conflito ambiental em águas costeiras: Relação porto – cidade no Canal de São Sebastião. **Ambiente & Sociedade** – v. 6, nº. 2, 84-97, jul./dez, 2003
- CUNHA, Luís, H. e COELHO, Mª Cecília N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, Sandra B. e GUERRA, Antonio J. T. (org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p.43-79
- DIAMOND, Jared M. The island dilemma: Lessons of modern biogeographic studies for the design of natural reserves. **Biological Conservation**. vol. 7, cap. 2, 129-146, 1975
- DIAS, Genebaldo F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 8 ed. São Paulo: Gaia, 2003, 551p.
- DIEGUES, Antonio Carlos, **O Mito da Natureza Intocada**. 3 ed, São Paulo: HUCITEC/NUPAUB – USP, 2000a. p.161
- _____. Etnoconservação da Natureza: Enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antonio C(org.) **Etnoconservação: Novos Rumos para a Conservação da Natureza**. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB – USP, 2000b.p. 1- 44
- _____. **Ecologia Humana e Planejamento Costeiro**, São Paulo: Ed. NUPAUB, 2001, 225p.

FERREIRA, Leila da C. Sustentabilidade: Uma abordagem histórica da sustentabilidade. In, FERRARO Jr., Luiz A.(org.) **Encontros e caminhos**: Formação de educadoras (es) e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005, 358p.

FERREIRA, Lúcia C. Dimensões Humanas da Biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no vale do Ribeira, SP, Brasil. In: **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v.. 7 nº1, 47-66, Jan/jun 2004

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e Educação Ambiental. In. CUNHA, Sandra B. e GUERRA, Antonio J. T. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 81-105, 2005, p. 81-105

_____. Educação Ambiental e a Gestão para a Sustentabilidade. In. SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michèle - **A Contribuição a Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. 2 ed. São Carlos: RiMa Editora, 2003, p. 183-195

HUCKLE, John. Environmental education and sustainability: A view from critical theory. In: FIEN, John (ed). **Environmental Education: a pathway to sustainability**. Disponível em: <<http://john.huckle.org.uk/download/2406/Huckle93Oz.doc>> Acesso em: 20/09/2006

JACOBI, Pedro. Meio ambiente e Sustentabilidade. In. Fundação Prefeito Faria Lima – **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. Ed. Especial, São Paulo: CEPAM, 1999, p.185-190

JOLLIVET, Marcel; PAVÉ, Alain. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: VIEIRA, Paulo F.; WEBER, Jacques (org.) **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997

LOBODA, Carlos R.; DE ANGELIS, Bruno L.D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência - Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**, Guarapava, v. 1 nº 1, 125-139 Jan/Jun. 2005 Disponível em: <[www.unicentro.br/editora/revistas/ambiencia/v1n1/artigo%20125-139 .pdf](http://www.unicentro.br/editora/revistas/ambiencia/v1n1/artigo%20125-139.pdf) > Acesso em 9 novembro 2007

LOUREIRO, Carlos F. B. (org.) **Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação**. 2ª ed, Rio de Janeiro: Ibama, 2005a 60p.

_____. Complexidade e Dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, 1473-1494, Set./Dez. 2005b, Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 8 maio 2007

_____. Educação Ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. In: **Gestão em Ação**, Salvador, v.7, n.1, jan/abr. 2004

MADUREIRA, Marta S.P.; TAGLIANI, Paulo R.A. Educação Ambiental não-formal em unidades de conservação federais na zona costeira brasileira: uma análise crítica. Brasília: Ed. IBAMA, 1997, 116p. (Série meio ambiente em debate: 16)

MEIRA, Pablo; SATO, Michèle. Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza. **Revista de Educação Pública**, v.14, n.25, 17-31, 2005.

Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 e a sustentabilidade das cidades. In: Ministério de Meio Ambiente/ Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. **Caderno de debates: agenda 21 e sustentabilidade**, Brasília, 8p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=6172> Acesso em 26 de novembro de 2006

MITTERMEIER, Russel A. et al. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, nº1, julho de 2005, p. 14 – 21 Disponível em: < [www.conservacao.org/publicacoes/files/04 Mittermeier et al.pdf](http://www.conservacao.org/publicacoes/files/04_Mittermeier_et_al.pdf)> Acesso em 10 de agosto de 2005

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000. 117p.

_____. A Cabeça Bem Feita: Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NICOL, Jean-Pierre. Naissance et formation du concept de développement durable: une approche historique. **l'Encyclopédie du Développement Durable**, Nº 50, 1-7, 2007

NIEMELÄ, Jari. Ecology and urban planning. **Biodiversity and Conservation**, nº 8, 119-131, 1999a

_____. Is there a need for a theory of urban ecology? **Urban Ecosystems**, nº3, 57-65, 1999b.

NILON, Charles H. et al. Editorial: Understanding urban ecosystems: A new frontier for science and education. **Urban Ecosystems**, nº3, 3-4, 1999.

ODUM, Eugene. Ecologia. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1988. 434p.

PERSSON, Jesper. Theoretical reflections on the connection between environmental assessment methods and conflict. **Environmental Impact Assessment Review**, nº. 26, 605-613, 2006

PÁDUA, Suzana M. e SÁ, Laís M. O Papel da Educação Ambiental nas Mudanças Paradigmáticas da Atualidade. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº. 102, p.71-83, jan./jun. 2002

PIMBERT, Michel P. e PRETTY, Jules N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo "participação" no manejo de áreas protegidas. In. DIEGUES, Antonio C(org.) **Etnoconservação: Novos Rumos para a Conservação da Natureza**. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB – USP, 2000. p. 183 - 223

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social**. 6 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2004, 87p. (Questões da nossa época, vol. 41)

_____. **O que é Educação Ambiental**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, 63p. (Coleção primeiros passos)

RICKLEFS, Robert E. A Economia da Natureza 5ª ed, Rio de Janeiro, ed. Guanabara Koogan, 2003, 552p.

ROSSET, Franciele. **Procedimentos Metodológicos para estimativa do Índice de Áreas Verdes Públicas**. Estudo de Caso: Erichim, RS, 2005. 60p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, 96p.

SANTOS, José E. et al. Environmental education praxis toward a natural conservation area. **Revista Brasileira de Biologia**, Rio de Janeiro, V 60, nº 3, 361-372, 2000

SANTOS, Rosely F. et al. Educação e Planejamento Ambiental: Uma relação conceitual. In. SANTOS, José Eduardo dos; Sato, Michèle - **A Contribuição a Educação Ambiental à Esperança de Pandora**, São Carlos: RiMa Editora, 2002, 624 p.225-242

SATO, Michèle. **Educação para o ambiente amazônico**. 1997. 246p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1997

SAUVÉ, Lucie. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**, São Paulo, v. 10, p. 15-21 jul/dez, 1997. Disponível em <www.cecae.usp.br/recicla/Lucie_Sauve.pdf> Acesso em: 10 agosto 2005

SCALISE, Walnyce. Parques Urbanos - Evolução, Projeto, Funções e Usos. **Revista Assentamentos Humanos**, Marília, v. 4, n. 1, p17-24, 2002. Disponível em: <<http://aprender.unb.br/mod/resource/view.php?id=26770>>. Acesso em 9 novembro 2007

SILVA, Luciene J. M; EGLER, Ione. O estudo da percepção em espaços urbanos preservados. In: **I ENCONTRO da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE** nº1, 2002 Indaiatuba Disponível na internet : <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/index.html#9> Acesso em 15 setembro 2007

SOLECKI, William D.; WELCH, Joan M. Urban parks: green spaces or green walls? **Landscape and Urban Planning**, nº 32, 93-106, 1995

SORRENTINO, Marcos e TASSARA, Eda T. O. Educando para o desenvolvimento sustentável. In. Fundação Prefeito Faria Lima. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. Ed. Especial, São Paulo: CEPAM, 185-190, 1999

TOZONI-REIS, Marília F. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: Autores Associados, 2004. 171p.

TOZONI-REIS, Marília F.. Educação Ambiental e sustentabilidade. In: **Encontro Internacional de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável na FCA – UNESP**, Botucatu , 2001. Disponível na internet: www.fca.unesp.br/.../1encontro/EncontroInternacional/Palestras/Palestra%20Mar%EDia%20Freitas.pdf> Acesso em 30 janeiro 2007

TOWNSEND, Colin R, et al. **Fundamentos em Ecologia**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, 592 p.

UNESCO, Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. In. **Conferência Internacional sobre meio ambiente e sociedade: educação e conscientização pública para a sustentabilidade**. Brasília: Ed. IBAMA, 1999, 118p.

VEIGA, José E. e EHLERS, Eduardo. Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural. In: MAY, Peter H. et al.(org.) **Economia e Meio Ambiente: Teoria e prática**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

WRI,UICN,PNUMA. **Estratégia global da diversidade: diretrizes para estudar, salvar e usar de maneira justa a riqueza biótica da Terra**. Fundação o Boticário de Proteção à Natureza, 1992, 232 p.

3. Representações Sociais de meio ambiente, educação ambiental e gestão de áreas protegidas de gestores e técnicos de parques urbanos na cidade de Salvador, Bahia, Brasil.

E. S. Alcântara¹; S.A.H.Silva²

O artigo apresentado, a seguir, se encontra no formato original da apresentação, atendendo as exigências da banca examinadora. O mesmo deverá ser posteriormente ajustado e desmembrado de acordo com as normas de submissão nos seguintes periódicos:

- Revista Ambiente & Sociedade
- Revista da FACED
- Revista Pesquisa em Educação Ambiental.

¹ Mestranda em Ecologia e Biomonitoramento, Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Biomonitoramento/ Instituto de Biologia/ UFBA

E-mail: anealcantara@gmail.com

² Orientadora, Professora Adjunta pelo Instituto de Biologia e o Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Biomonitoramento/ Instituto de Biologia/ UFBA

E-mail: sueliahs@gmail.com

3.1 Resumo

Este trabalho tem como objetivos: analisar as representações sociais de meio ambiente, educação ambiental e gestão de áreas protegidas de gestores e técnicos de quatro parques urbanos da cidade de Salvador, Bahia, Brasil; caracterizar o processo de criação dos referidos parques numa perspectiva histórica. A metodologia utilizada nessa pesquisa foi a qualitativa, tomando como referência as representações sociais dos gestores e técnicos dos Parques Metropolitanos Lagoas e Dunas do Abaeté, Joventino Silva, Metropolitanos de Pituaçu e São Bartolomeu. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de entrevistas e pesquisa documental e a análise dos dados através da técnica de análise de conteúdos e de estatística descritiva. A análise das informações coletadas permitiu caracterizar o processo de criação dos parques estudados, o qual foi pautado no paradigma preservacionista, visando conservar áreas remanescentes da mata atlântica, dunas e restingas, afetadas pelos impactos ambientais negativos decorrentes da urbanização da cidade de Salvador. A ausência de formação em educação ambiental por parte dos gestores e técnicos influenciou a estruturação de representações sociais de meio ambiente baseadas na concepção natural e cognoscente, e, de educação ambiental na perspectiva conservadora, as quais, associadas ao paradigma que orientou o processo de criação desses parques, se expressam numa abordagem preservacionista na gestão destas unidades de conservação. A existência de imóveis em situação irregular e a retirada de recursos têm se constituído historicamente nos principais impactos ambientais negativos nos parques, estabelecendo uma situação de conflito com a comunidade do entorno. Apesar da falta de educação, da expansão urbana e das condições econômicas terem sido indicadas como as causas desses impactos, os entrevistados elegeram as ações de fiscalização, repressão e recuperação como as mais eficientes para solucioná-los, ratificando a predominância da concepção preservacionista na gestão de unidades de conservação. A realização de atividades com a comunidade do entorno, visando a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura, a geração de renda e a oferta de serviços de saúde e lazer têm contribuído para o desenvolvimento do sentido de confiança e pertencimento por parte da mesma em relação ao parque. Embora os gestores e técnicos apontem a educação ambiental como a principal ação a ser implementada na resolução dos conflitos nos parques, nenhum deles desenvolve um Programa de Educação Ambiental. Os dados analisados indicam a necessidade de realização de um curso de formação em educação ambiental dirigido aos gestores e técnicos, instrumentalizando-os para o desenvolvimento de ações educativas junto à comunidade do entorno, numa perspectiva emancipatória, visando construir coletivamente um processo de gestão territorial ambiental participativa nas unidades de conservação. Além disso, a constituição de um fórum de gestores seria uma iniciativa importante no sentido de oportunizar o compartilhamento de experiências e fomentar a construção de uma gestão participativa com os diversos atores envolvidos com os parques.

Palavras-chaves: Representação social, meio ambiente, educação ambiental, parques urbanos, gestão ambiental.

3.2 Abstract

This work has as objective: to analyze the social representations of environment, environmental education and management of protecting areas of managers and technician of four urban parks of the city of Salvador, Bahia, Brazil; to characterize the process of creation of the related parks in a historical perspective. The methodology used in this research was the qualitative, taking as reference the social representations of the managers and technician of the Parks Metropolitan Lagoons and Dunes of the Abaete, Joventino Silva, Metropolitan of Pituaçu and San Bartolomeu. The collection of data was carried through by means of the application of interviews and documentary research and the analysis of the data through the technique of analysis of contents and descriptive statistics. The analysis of the collected information allowed to characterize the process of creation of the studied parks, which it was based in the preservation paradigm, aiming at to conserve remaining areas of the Atlantic bush, dunes and restingas, affected for the decurrent negative environmental impacts of the urbanization of the city of Salvador. The absence of formation in environmental education on the part of the managers and technician influenced the structure of social representations of environment based in the natural conception and cognitive, and, of environmental education in the perspective conservative, which, associates to the paradigm that guided the process of creation of these parks, if express in a preservation boarding in the management of these units of conservation. The existence of property in irregular situation and the withdrawal of resources if have constituted historically in the main negative environmental impacts in the parks, establishing a situation of conflict with the community of boundary. Although the lack of education, the urban expansion and the economic conditions to have been indicated as the causes of these impacts, the interviewed ones had chosen the most efficient actions of fiscalization, repression and recovery as to solve them, ratifying the predominance of the preservation conception in the management of units of conservation. The accomplishment of activities with the community of boundary, aiming at the conservation of the natural resources, the valuation of the culture, the generation of income and offers of health services and leisure has contributing for the development of the reliable direction and belonging on the part of the same one in relation to the park. Although the managers and technician point the environmental education as the main action to be implemented in the resolution of the conflicts in the parks, none of them develops a Program of Environmental Education. The analyzed data indicate the necessity of accomplishment of a course of formation in environmental education directed to the managers and technician, implementing them for the development of educative actions next to the community of boundary, in a emancipation perspective, aiming at collectively to construct to a process of territory management environmental participatory in the units of conservation. Moreover, the one constitution forum of managers would be an important initiative in the direction of offer the sharing of experiences and fomenting the construction of a participatory management with the diverse involved actors with the parks.

Word-keys: Social representation, environment, environmental education, urban parks, environmental management.

3.3 Introdução

O aumento da proporção da população humana que habita em áreas urbanas em virtude da migração de pessoas das zonas rurais em busca de melhores condições de vida no sentido econômico tem aumentado a cada ano. Em decorrência disto, a demanda pelos recursos naturais existentes nas cidades tem passado por uma série de transformação e as paisagens naturais têm sido amplamente modificadas.

De acordo com Miller Jr.(2007, p.154),

Metade da população mundial vive em áreas urbanas densamente povoadas. Os habitantes rurais são levados às áreas urbanas em busca de empregos, alimentos, moradia, melhores condições de vida... Alguns também migram de áreas rurais para urbanas em razão de fatores como pobreza, falta de terra para cultivar alimentos, declínio da oferta de trabalho na agricultura, fome e guerra.

Estes fatores aliados às altas taxas de crescimento populacional versus modelo de desenvolvimento atual têm contribuído para configurar o cenário atual das cidades, caracterizado por elevada perda de biodiversidade, violência e pobreza. Neste contexto, a gestão de áreas verdes nas cidades constitui uma temática cada vez mais importante.

As áreas urbanas abrigam a natureza diversa que varia desde habitat semi-natural às áreas desertas, aos parques e a outros biótopos altamente alterado pela ação humana. (NIEMELÄ,1999a). O valor dado à biodiversidade está vinculado à especulação imobiliária e às áreas recreacionais (NIEMELÄ, 1999a; SOLECKI E WELCH, 1994). Por exemplo, condomínios de luxo vizinhos às áreas verdes têm um valor alto, em relação a outros espaços da cidade. Isto tem a ver com a concepção dos benefícios associados a tais áreas, consideradas como sinônimo de qualidade de vida.

As cidades abrigam um ecossistema diverso das zonas rurais, apesar de serem governado pelas mesmas leis ecológicas. Em um ambiente urbano, devido ao resultado da influência humana sobre a paisagem, o habitat apresenta-se fragmentado gerando perda de biodiversidade, esta destruição dos habitats das espécies é caracterizada pelo desmatamento, resultante da urbanização. Além disso, nas áreas verdes também são encontrados outros problemas ecológicos, a exemplo de exploração de espécies selvagens, introdução de espécies exóticas, diversos tipos de poluição (VEIGA e EHLERS, 2003; NIEMELÄ,1999a; TOWNSEND et al, 2006).

Deste modo, o estudo das áreas verdes urbanas vem sendo conduzido por profissionais da área ambiental, com o intuito de contribuir com a qualidade ambiental e de vida da população. Nas cidades, a biodiversidade encontrada nestas áreas, facilita o funcionamento dos ecossistemas, através da troca de carbono, manutenção das fontes de água superficial e subterrânea, proteção e fertilização dos solos, regulação da temperatura e do clima local, dentre outras funções, permitindo que as mesmas se

tornem mais habitável. Além disso, oferece também outros benefícios, tais como, a promoção de valores estéticos e culturais que desempenha um papel vital no bem estar da população amenizando o desconforto psicológico, sociológico e econômico causados pelo cotidiano das cidades (VEIGA e EHLERS, 2003; ROSSET, 2005; BARBIN, 1999; CHIESURA, 2004; LOBODA e DE ANGELIS, 2005).

Nas cidades, os habitats fragmentados são freqüentemente pequenos e isolados uns dos outros por uma matriz de ambiente construído. As teorias ecológicas específicas que podem ser usadas como um suporte para examinar os padrões ecológicos e os processos em tais “arquipélagos urbanos” incluem a teoria da biogeografia de ilhas, e a teoria do metapopulações. Neste sentido, a fragmentação de áreas verdes urbanas torna a dispersão, um tema central da teoria da metapopulação, principalmente para espécies com pouca habilidade de dispersão. Conseqüentemente, a extensão de áreas verdes e sua conectividade são um fator importante que afeta a ocorrência da espécie em paisagens urbanas. Uma solução interessante para este problema seria a manutenção de corredores ecológicos nestas áreas (NIEMELÄ, 1999b).

Para conter os efeitos adversos da urbanização sobre o ambiente e assegurar que a expansão urbana siga de modo sustentável, Niemelä, (op cit.) sugere que o conhecimento ecológico seja considerado no planejamento urbano. Para o autor esta falta de conhecimento ecológico tem duas conseqüências: a biodiversidade de habitats urbanos é mal documentada em muitas cidades, e a possibilidade de aplicar o conhecimento ecológico no planejamento urbano é limitada.

No entanto é necessário considerar o contexto sócio-histórico da sociedade na utilização do conhecimento como aliado na conservação dos recursos ambientais de uma cidade com alto índice de urbanização. Discutir as condições históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais, tem um papel tão importante quanto o de simplesmente fornecer um conhecimento ecológico como uma solução para a conservação de espaços verdes urbanos. Estes espaços competem com o ambiente urbano, estabelecido nas cidades ao longo da sua história, em que as questões ambientais foram consideradas distintas do desenvolvimento humano (TOZONI-REIS, 2002 e BRUGGER, 2004). Nesta perspectiva, devido à forte influência dos seres humanos sobre os ecossistemas urbanos, Niemelä (op cit.) e Nilon et al (1999), sugerem que a integração dos conceitos e das abordagens utilizadas pelas ciências naturais e sociais na gestão destas áreas.

A busca pela conservação de tais espaços, não só nas cidades, mas em todo o território onde haja uma área com riquezas naturais relevantes ou simplesmente ameaçada, deu origem a uma série de políticas, implementadas através de leis, decretos

e resoluções. Historicamente uma solução encontrada para a conservação dos recursos naturais de uma cidade, tendo em vista o enfoque contemplativo, foi a criação dos parques urbanos no final do século XVII, na Inglaterra. Estes parques tiveram origem no modelo paisagístico dos jardins ingleses e foram inspirados nas idéias românticas de volta a natureza (SILVA E EGLER, 2002 e SCALISE 2002).

A criação de parques e reservas tem sido uma das principais estratégias para a conservação da natureza, em particular nos países em desenvolvimento. A concepção dessas áreas protegidas criadas a fim de proteger a vida selvagem, ameaçada pela civilização – urbano – industrial, provém do século passado. Essa idéia é baseada na manutenção hipotética da condição primitiva resultante do *Naturalismo reativo*, descrito por Moscovici, em 1974, como uma reação contra o culturalismo. (DIEGUES, 2000a e BENSUSAN, 2006)

A criação do 1º Parque Nacional do mundo, o de Yellowstone, em meados do século XIX, foi o resultado de idéias preservacionistas que se tornaram importantes nos EUA desde o início daquele século. Naquele período as concepções sobre o valor do mundo natural eram baseados na domesticação animal e campos de cultivo, ou seja, no retorno econômico. O objetivo da sua criação, em 1872, foi o de preservar as belas paisagens “virgens” para as gerações futuras (DIEGUES op cit. e BENSUSAN op cit.).

No ato de sua criação foi determinado pelo Congresso dos Estados Unidos que esta área seria reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida, sendo a presença humana tolerada apenas como visitante e não como morador. Esta determinação, entretanto, resultou em uma situação de conflito, pois a área destinada para a implantação do Parque não era desabitada, criando um problema, comum até os dias atuais, em relação à transferência de populações tradicionais, freqüentemente de maneira forçada. Esse modelo foi adotado por muitos outros países do mundo e, em vários deles, vigora até os nossos dias (BENSUSAN, op cit.).

Em 1933, durante a Convenção para a Preservação da Flora e da Fauna, em Londres, foram estabelecidas três características definidoras dos parques naturais: áreas para a preservação da fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico e arqueológico, onde a caça é proibida, constituindo-se em áreas de visitação. E, em 1960, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), criada em 1948, estabeleceu a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, com o intuito de promover, monitorar e orientar o manejo dos espaços (DIEGUES, op cit; BENSUSAN, op cit.).

O aumento da preocupação mundial pelas unidades de conservação deveu-se a uma combinação de fatores: a rápida devastação das florestas e a perda da

biodiversidade, a disponibilidade de fundos internacionais para a conservação e a possibilidade de geração de renda pelo turismo em parques (ecoturismo) (DIEGUES 2000a).

3.3.1 Os parques urbanos

Os parques urbanos são áreas naturais protegidas de elevada vulnerabilidade. Como espaço público, estas áreas são unidades administrativas de gestão complexa diante dos desafios enfrentados, entre os quais se incluem a pressão antrópica contínua sobre seus limites e os quadros freqüentes de violência e exclusão social no entorno, em especial nas áreas de alta ocorrência de habitações de baixa renda. Por isso, é emergencial o desenvolvimento de iniciativas e estratégias visando à construção da cidadania e inclusão social, consolidando uma nova forma de agir que objetive a proteção dos recursos renováveis (IBASE, 2006).

Embora sua importância para a conservação de habitats de espécies no ambiente urbano, seja importante, os parques urbanos ainda não foram categorizados pelo SNUC como uma unidade de conservação. No âmbito legislativo, um parque urbano se inclui em diferentes classificações, dentro das suas competências estaduais e municipais. O Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Estado da Bahia, apresentado pela Lei nº 10. 431/ 06, artigo 74, cujo objetivo é,

contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território estadual, promovendo a observância dos princípios e a adoção de práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico do Estado.

Inserir os parques urbanos na categoria de Unidades de Uso Sustentável, que tem o objetivo básico de:

compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos ambientais, juntamente com as seguintes categorias: a) Área de Proteção Ambiental; b) Área de Relevante Interesse Ecológico; c) Floresta Estadual; d) Reserva Extrativista; e) Reserva de Fauna; f) Reserva de Desenvolvimento Sustentável; g) Reserva Particular do Patrimônio Natural; h) Horto Florestal e Jardins Botânico, Zoológico e Zoobotânico; i) Reserva Particular de Proteção da Biodiversidade.

De acordo com esta lei, artigo 74, parágrafo 1, os parques urbanos, “são espaços abertos destinados ao lazer, educação, saúde da população e à conservação dos recursos ambientais, considerando-se, para sua criação, os atributos naturais, culturais, sociais, históricos, paisagísticos e cênicos.” Como unidades de conservação, foram criadas com a proposta de harmonizar a conservação dos remanescentes naturais nos ambientes urbanos com as pressões da urbanização.

No âmbito municipal, o Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural – SAVAM do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, Lei N.º6586/2004 , em seu Subsistema de Áreas de Conservação, inclui os quatro parques que serão abordados neste artigo em duas categorias diferentes, os Parques da Natureza e os Parques Urbanos, os quais são assim descritos:

Os parques da natureza são especificados como espaços dotados de ecossistemas naturais excepcionais e beleza cênica, que possuem um ou mais ecossistemas totalmente inalterados ou parcialmente alterados pela ação do homem, que se destinam prioritariamente à preservação da natureza.

E os parques urbanos, áreas, em geral, com pouca ou nenhuma ocupação humana, que guardam características naturais extraordinárias ou que abrigam exemplares raros da biota regional e tem como objetivo manter amostras dos ecossistemas naturais de importância regional ou local e ainda regular o uso admissível, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. (SALVADOR, 2004, anexo 69)

3.3.2 Dificuldades na gestão dos parques urbanos

Como dito anteriormente, a conservação de espaços protegidos se traduz no desenvolvimento de ações de modo sustentável que devem ser efetivadas por políticas públicas, as quais podem ser definidas como ações planejadas do governo que visam, por meio de diversos processos, atingir alguma finalidade (VIANNA JR.,1994 apud AMARAL et al, 1999).

Embora muitos imaginem que o grande obstáculo na questão das áreas protegidas esteja na sua criação, muitos são os problemas relacionados à implementação e gestão das mesmas. Ocorre que grande parte das políticas públicas e conseqüentemente a alocação de recursos priorizam mais a criação de novas unidades de conservação do que o manejo das unidades de conservação existentes. As dificuldades relativas à implementação de alguns parques urbanos estão relacionadas principalmente aos seguintes fatores: problemas financeiros, e problemas relacionados às atividades de gestão, que vão desde o manejo de populações animais ou vegetais, até o relacionamento entre o parque e a comunidade do entorno (BENSUSAN, 2006).

Em referência às dificuldades financeiras, Bensusan (op cit.) aponta que no Brasil, os recursos para a implementação das unidades de conservação têm sido historicamente insignificantes, certamente pelo fato de que a abrangência dos efeitos/custos relativos ao emprego de uma determinada técnica ou política é normalmente muito maior que a abrangência dos benefícios visíveis decorrentes de tal decisão (AMARAL et al, 1999). Isto se reflete no surgimento dos chamados parques de papel, e na dificuldade para a contratação de recursos humanos especializados para a gestão destas unidades.

De acordo com alguns autores (TOWSEND et al, 2006; VEIGA e EHLERS, 2003) visto que, as decisões políticas são baseadas na valoração econômica dos recursos, se torna importante mensurar o valor da biodiversidade para que os investimentos para a conservação da natureza aumentem. Neste contexto, se faz necessário pensar em uma nova economia ecológica, pois, segundo eles, a economia tradicional é incapaz de determinar o valor dos recursos ecológicos. Numa economia ecológica o valor das espécies, comunidades e ecossistemas passam a ser quantificados monetariamente, a fim de compará-lo com os ganhos decorrentes de projetos industriais e outros projetos que possam danificá-los (TOWSEND et al, 2006).

Dentro de uma abordagem de valoração da biodiversidade, Miller Jr. (2007, p.172) afirma que genes, espécies, ecossistemas e processo ecológicos apresentam dois tipos de valor. O primeiro deles é o valor intrínseco, “pois esses componentes da biodiversidade existem independentes da sua utilidade para nós”. E o valor instrumental, estimado em função da sua utilidade para nós. Este valor instrumental ainda é subdividido em dois tipos principais: o valor de uso, o qual se constitui nos benefícios utilizados pelos seres humanos, tais como bens econômicos e serviços, serviços ecológicos, recreação, informações científicas e opções de preservação para tais usos no futuro; e o valor de não-uso que é atribuído em função dos significados de existência, estética e o legado dos recursos como bens.

Dentro de uma perspectiva de economia ecológica, Veiga e Ehlers (2003, p.271) afirmam que a “estratégia convencional de conservação, baseada na manutenção e expansão de áreas protegidas, é insuficiente para manter a diversidade da vida”. Para estes autores, a saída é a ampliação das atividades econômicas que conservem ou mesmo ampliem a biodiversidade. Isto sugere que, para avançar nessa direção é necessário tributar muitas das atividades que contribuem para a degradação da natureza e investir os recursos assim arrecadados na promoção do empreendedorismo voltado à conservação da biodiversidade. Isso se tornará possível se as atividades direcionadas à conservação ou recuperação dos habitats das espécies forem mais vantajosas que as atividades que os degradam, o que requer a combinação de vários tipos de intervenção pública (em geral estatais) de estímulo e dissuasão. É neste ponto que se apresenta o problema relacionado a esta questão, pois as políticas públicas voltadas para unidades de conservação são limitadas à criação e manutenção, muitas vezes deficitária destas áreas protegidas (VEIGA E EHLERS, 2003).

No sentido de mitigar os problemas relacionados à alocação de recursos, Spergel (2002 apud Bensusan 2006) sugere a combinação de três modalidades possíveis de financiamento de áreas protegidas: recursos orçamentários do governo, taxas de

usuários e visitantes e outras taxas de conservação ambiental. Embora o SNUC preveja a cobrança de taxa de visitação em Unidades de Proteção Integral (art.35), entendemos que esta taxa no contexto do município de Salvador pode acarretar outros problemas de cunho social. Estes espaços são opções de lazer para as populações de diversas classes sociais, principalmente para as pessoas de baixo poder aquisitivo que necessitam de espaços públicos deste tipo.

3.3.3 Parques urbanos e Representações sociais

Por ser uma área protegida em espaço urbano com objetivos preliminares de recreação, os parques urbanos têm um papel muito especial no tocante às discussões acerca da importância do papel da comunidade na conservação do meio ambiente. Muitos aglomerados urbanos se formaram no entorno destes parques e, desde então, se instalaram conflitos por construções de classe média alta, por um lado, e construções de pessoas excluídas da sociedade, por outro lado. Esta expansão urbana tem gerado uma série de pressões sobre os parques, reduzindo de forma significativa sua área original.

A problemática dessas áreas protegidas levantou a necessidade de se construir modelos de proteção ambiental viáveis nos países em desenvolvimento, baseados nas especificidades ambientais e culturais de suas sociedades. Apesar de muitas consequências da degradação ambiental serem de ordem global, afetando a biosfera como um todo, os processos geradores desses desequilíbrios têm origem no interior de diversas sociedades, nas formas como estas constroem, representam e manipulam a natureza. Sendo assim, torna-se fundamental buscar soluções para esses problemas na relação dessas diferentes culturas e sociedades com o mundo natural (DIEGUES, 2000b). A questão das áreas protegidas levanta inúmeros problemas de caráter político, social e econômico e não se reduz, a uma simples questão de conservação do mundo natural, e mesmo da proteção da biodiversidade.

O processo de formulação de políticas públicas num determinado contexto social e histórico, é grandemente influenciado pela percepção que os indivíduos têm da realidade. Independente da existência de representações simbólicas e, sobretudo, míticas contidas em diferentes culturas e formas de organização social, cada uma dessas últimas tem sua maneira própria de representar, interpretar e agir sobre o meio natural (CUNHA e COELHO, 2005; DIEGUES, 2000).

No centro das relações materiais do homem com a natureza aparece a figura do ideal, não material, onde se exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e deles com a

natureza. Torna-se, assim, necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem do seu ambiente, pois é com base nelas que eles agem sobre o ambiente. Essas diferentes representações demonstram tipos de organização social e econômica diferentes; da mesma forma que a percepção social do ambiente não é feita somente de representações mais ou menos exatas das limitações materiais ao funcionamento da economia, mas igualmente de juízos de valor e crenças (DIEGUES, 2000).

É neste cenário de diferentes representações que a história das sociedades têm sido construídas e, a partir destas representações têm surgido conflitos de diversas instâncias e diferentes esferas, principalmente quando se fala em gestão de áreas protegidas. Uma sociedade é composta de vários tipos de representação social de meio ambiente, que caracterizam as diferentes informações que os indivíduos têm sobre as relações sociais e sobre as relações entre sociedade e meio natural. Existe uma ampla diversidade de “conceitos”, por exemplo, sobre meio ambiente, planejamento e educação ambiental, de caráter difuso e variado (SANTOS *et al*, 2002).

O desenvolvimento de ações em educação ambiental voltadas à gestão de áreas protegidas, deve tomar como ponto de partida a concepção que se tem de meio ambiente (REIGOTA, 2004). Concordamos com Reigota (2004, p.14) quando afirma que, meio ambiente é definido como “o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em reações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído.”

Relativas às representações de ambiente são formuladas diversas concepções e práticas de educação ambiental. Loureiro (2005) distingue dois grandes blocos no interior dos quais se estabelecem inúmeras tendências da educação ambiental. De acordo com o autor, a educação ambiental pode ter concepção **conservadora ou emancipatória**.

Uma concepção **conservadora** educação ambiental é caracterizada pela abordagem superficial das relações sociais e de poder; pouca ênfase nos aspectos políticos e históricos; ausência de entendimento dialético da relação sociedade-natureza, de modo que os aspectos naturais e sociais são tratados como esferas distintas; baixa problematização da realidade; sobrevalorização das soluções tecnológicas e do conhecimento científico; e, ênfase na educação como processo comportamentalista e moral, baseada em vivências práticas ou alternativas de cunho místico (LOUREIRO, 2005 a e b).

A educação ambiental de concepção **emancipatória**, que também pode ser chamada crítica ou transformadora, é caracterizada pela abordagem política na busca da realização da autonomia e liberdades humanas em sociedade, de modo a redefinir a relação do ser humano com as demais espécies e com o planeta. A educação ambiental emancipatória torna pública as questões ambientais, entendidas como inerentemente sociais e históricas. Por meio da valorização da democracia e do diálogo na explicitação dos conflitos ambientais, busca alternativas que considerem o conhecimento científico, o conhecimento popular, as manifestações culturais e uma nova ética nas relações sociedade – natureza (LOUREIRO, 2005 a e b).

No que tange à educação ambiental em unidades de conservação, temos o seguinte entendimento:

“Educar para a cidadania é criar mecanismos educativos que façam com que a sociedade civil se mantenha em constante processo de mobilização, de construção de conhecimentos pertinentes às realidades vividas, de negociação de conflitos, definição de prioridades e planejamento de ações, tendo em vista o bem comum, em todos os espaços” (Pádua, 2002 p.73).

A Educação Ambiental torna-se chave, pois chama a atenção para a importância da contribuição de cada um para a construção de um mundo mais ético e para a responsabilidade de se engajar em processos que visem a um bem maior, onde o respeito à vida seja prioridade. Baseada na participação, com o fortalecimento de indivíduos e grupos, acaba influenciando políticas públicas condizentes com os novos valores, principalmente as relacionadas às unidades de conservação que, muitas vezes, dependem de apoio local para sua sobrevivência.

Dentro de uma perspectiva emancipatória concordamos com as afirmativas de Loureiro (2005b, p.1490), quando afirma que:

“Educar para transformar é agir em processos que se constituem dialogicamente e conflitivamente por atores sociais que possuem projetos distintos de sociedade, que se apropriam material e simbolicamente da natureza de modo desigual ...Educar para emancipar é reconhecer os sujeitos sociais e trabalhar com estes em suas especificidades. A práxis educativa transformadora é, portanto, aquela que fornece ao processo educativo as condições para a ação modificadora e simultânea dos indivíduos e dos grupos sociais; que trabalha a partir da realidade cotidiana visando à superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade capitalista globalizada.”

Isso leva a reflexão de que o desafio da educação ambiental é sair da ingenuidade e do conservadorismo (biológico e político) a que se viu confinada e propor alternativas sociais, considerando a complexidade das relações humanas e ambientais (Reigota, 2004b). Diante disto, entendemos que a educação ambiental crítica e emancipatória é uma ferramenta eficaz no processo de enfrentamento dos conflitos existentes nas áreas protegidas, e que a partir da resolução dos mesmos o processo de conservação pode se dar de forma mais eficaz.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivos: analisar as representações sociais de meio ambiente, educação ambiental e gestão de áreas protegidas de gestores e técnicos de quatro parques urbanos da cidade de Salvador, Bahia, Brasil; caracterizar o processo de criação dos referidos parques numa perspectiva histórica; fornecer subsídios para a prática de educação ambiental em áreas protegidas dentro do espaço urbano, contribuindo para a gestão ambiental participativa.

3.4. Procedimentos Metodológicos:

A abordagem metodológica neste trabalho foi qualitativa, tomando como referência as representações sociais (MINAYO *et al*, 2002.) de gestores públicos e técnicos de quatro parques urbanos do município de Salvador. Desta forma, a realização desse estudo levou em consideração a perspectiva metodológica proposta para o desenvolvimento da pesquisa em representações sociais:

“Os estudos centrados no processo de elaboração das representações tiveram por objetivo entender a construção de teorias na interface entre explicações cognitivas, investimentos afetivos e demandas concretas derivadas das ações do cotidiano... A coleta de dados exige longas entrevistas semi-estruturadas acopladas a levantamentos paralelos sobre o contexto social e sobre os conteúdos históricos que informam os indivíduos enquanto sujeitos sociais. A análise centrada na totalidade do discurso é demorada e conseqüentemente estes estudos têm utilizado poucos sujeitos. Trata-se, assim, de um exemplo do que chamamos sujeitos genéricos que, se devidamente contextualizados, tem o poder de representar o grupo no indivíduo.” (SPINK 1999, p. 129)

3.4.1 Caracterização geral da área de estudo:

O município de Salvador (fig. 1), Bahia, Brasil localizado em torno das coordenadas 12°58'16" S 38°30'39" apresenta uma área de total de 31.300 ha. A vegetação predominante no município é caracterizado pela cobertura vegetal do domínio da mata atlântica contendo floresta ombrófila densa, formações pioneiras, com influência marinha (restinga), esta formação corresponde a 31, 82% (9.961,56 ha) da área total do município (SEI, 2000 e SALVADOR, 2004). No sentido de contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território estadual e de conservar o bioma de mata atlântica existente na mesma, foram criados até o momento, segundo o Sistema Estadual de Informações Ambientais, 3 parques estaduais, 5 parques municipais, 4 áreas de proteção ambiental e 2 reservas ecológicas (uma estadual e uma municipal).

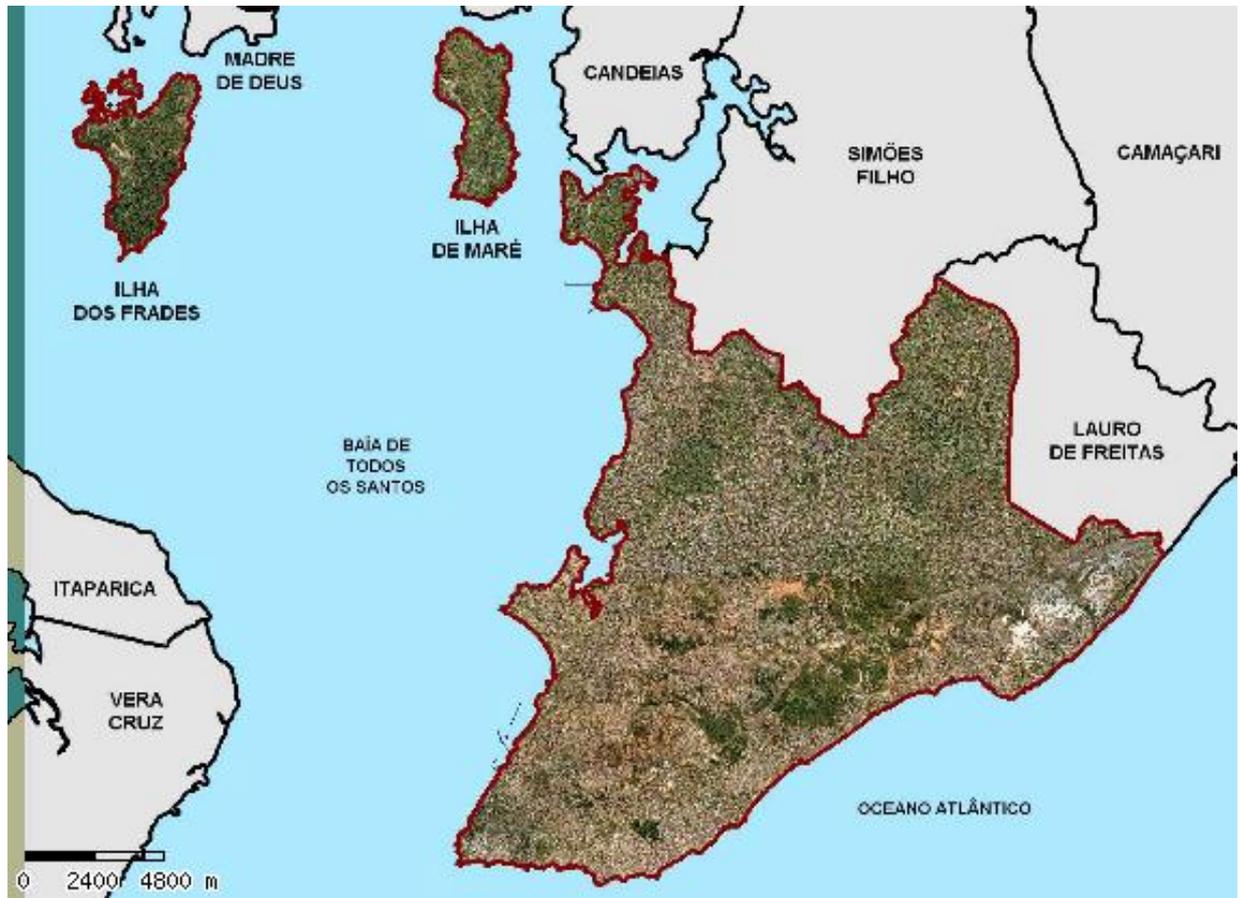


Figura 1 Fotografia aérea da cidade de Salvador, Bahia, Brasil. 2007
Fonte: www.mapadigital.salvador.ba.gov.br.

Este estudo foi realizado em quatro parques dentro do perímetro urbano do município de Salvador. Estes parques foram criados com o objetivo de conservar áreas com remanescentes da Mata Atlântica, principal bioma encontrado em Salvador, bem como dunas e restingas e que vinham sendo intensamente afetados com a crescente urbanização da cidade de Salvador e o avanço da população para essas áreas.

Embora todos tenham sido criados por decretos municipais, dois destes parques urbanos: Parque Metropolitano de Pituaçu, e Parque Metropolitano das Lagoas e Dunas do Abaeté são administrados pelo Governo Estadual, através da Diretoria de Biodiversidade pertencente à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Este órgão tem como missão “cuidar do meio ambiente para presentes e futuras gerações, com políticas públicas socioambientais integradas, garantindo a expressão da vida em todas as suas formas” (SEMARH, sd).

Os parques Joventino Silva e São Bartolomeu são geridos pela administração Municipal através Superintendência de Parques e Jardins, a qual faz parte da Secretaria Municipal dos Transportes e Infra-estrutura que tem por finalidade “planejar, coordenar e executar as políticas de infra-estrutura, saneamento, transportes, tráfego urbano, urbanização e a administração dos parques e jardins” (PMS/SETIN).

3. 4.1.1 Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté



Figura 1 Fotografia aérea da Lagoa do Abaeté, inserida no Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté, Salvador, Bahia, Brasil, 2007.

Fonte: www.mapadigital.salvador.gov.br

O Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté (fig.2) está situado em torno das coordenadas 12°56'38.55" latitude S e 38°21'21.23" longitude O, marcado pela presença de ecossistemas singulares na área, possui uma área de 1.410 ha (SEIA, sd), constituindo-se no último remanescente de sistemas de dunas, lagoas e restingas ainda conservados no perímetro do município do Salvador. O parque foi criado pelo Decreto Municipal N° 5.969, de 06 de agosto de

1980, está localizado na porção extremo nordeste (NE) do município de Salvador, trecho compreendido pelos bairros de Itapoã, Stella Maris e Praias do Flamengo, até o limite com o município de Lauro de Freitas, tendo como limites ao Norte (N), o município de Lauro de Freitas e o Rio Ipitanga; ao Sul (S) o Oceano Atlântico e a Baía de Todos os Santos; a Leste (E) o Oceano Atlântico e a Oeste (W) as Represas de Ipitanga I e II e o município de Lauro de Freitas (CEPRAM, 1988).

3.4.1.2 Parque Joventino Silva

Localizado no bairro da Pituba, está localizado em torno das coordenadas 12°59'56.22" latitude S e 38°28'19.07" longitude O. O Parque Joventino Silva (Fig.3) foi criado pelo Decreto Municipal N° 4.522, de 31 de outubro de 1973, com uma área de 125 ha, desmembrada da fazenda da Pituba, cujo proprietário tinha o mesmo nome. Também conhecido como Parque da Cidade, está inserido na área urbana de



Figura 1 Fotografia aérea do Parque Municipal Joventino Silva, Salvador, Bahia, Brasil, 2007.

Fonte: www.mapadigital.salvador.ba.gov.br

Salvador, no extremo Sul da Península Soteropolitana, no bairro da Pituba, distante 1500 m da praia de Amaralina, ao sul; 2.100 m da Praia da Pituba a leste (ECOPLAM, 1999). Atualmente possui uma área de 70 ha (SEIA, sd) que abriga um importante

remanescente florestal de Mata Atlântica, onde são encontradas várias espécies frutíferas e ornamentais, além de apresentar uma pequena área de dunas colonizada por algumas espécies típicas de restinga (ECOPLAM 1999).

3.4.1.3 Parque Metropolitano de Pituacú

O Parque Metropolitano de Pituacú (fig. 4) está localizado em torno das coordenadas 12° 57' 25.57" latitude S e 38° 28'19.07". Atualmente é considerado um dos maiores fragmentos de Mata Atlântica dentro da área urbana da região Metropolitana do Salvador, com 430 ha (SEIA) de área conservada, com vegetação ombrófila densa e formações vegetais de restinga. (OLIVEIRA-ALVES et al, 2005; ARAÚJO et al,



Figura 1 Fotografia aérea do Parque Metropolitano de Pituacú, Salvador, Bahia, Brasil, 2007.

Fonte: www.mapadigital.salvador.ba.gov.br

2003). O Parque foi criado pelo Decreto Estadual Nº 23.666, de 04 de setembro de 1973; seus limites são a margem da Avenida Luiz Viana Filho – Paralela ao Noroeste, ao Leste com a Avenida Otávio Mangabeira - Oceano Atlântico, ao Norte com a Avenida Pinto de Aguiar e ao Sul com a Avenida Jorge Amado (SOUSA e MOTA 2006)

3.4.1.4 Parque São Bartolomeu

Localizado em torno das coordenadas 12°53'42.73" latitude S e 38°28'11.74" longitude O, o Parque Municipal São Bartolomeu (Fig. 5), com 75 hectares (SEIA, sd), está inserido num espaço conhecido como Parque Metropolitano de Pirajá que ocupa uma

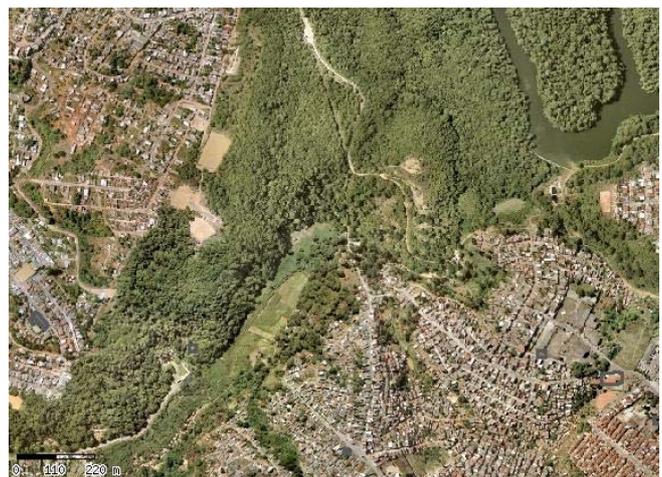


Figura 1 Fotografia aérea do Parque de São Bartolomeu, Salvador, Bahia, Brasil, 2007.

Fonte: www.mapadigital.salvador.ba.gov.br

área de 1550 ha, uma das últimas grandes áreas verdes da cidade de Salvador, é caracterizado por possuir um elevado valor ecológico. Situado no Subúrbio Ferroviário, foi criado pelo Decreto Municipal Nº 5.363, de 28 de abril de 1978; apresenta uma grande diversidade de ambientes: floresta ombrófila densa (Mata Atlântica), ambientes

fluviais e marinhos, pântanos e manguezais. Além das suas belezas naturais, é considerado um Parque Sagrado para o Candomblé por seus praticantes (ANGEOLETTO 1998).

Os primeiros contatos com os gestores e técnicos dos parques foram feitos nos meses de agosto e setembro de 2007, os quais demonstraram interesse em participar do estudo. Foram realizadas conversas informais, quando se obteve informações preliminares, necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, e entregue a cada gestor um ofício explicitando os objetivos da mesma.

3.4.2 Amostra

Como explicitado anteriormente, a abordagem metodológica neste trabalho foi qualitativa, tomando como referência as representações sociais (MINAYO, 2002) de gestores públicos e técnicos de quatro parques urbanos do município de Salvador. Por ser uma abordagem metodológica qualitativa, os dados levantados não foram delimitados em função do critério de representatividade estatística. São dados significativos da realidade da educação ambiental que possibilitam, sobretudo, uma análise qualitativa da problemática estudada, bem como sua expressão numérica dentro das áreas pesquisadas, sem que constituam uma amostra, tal como se define este conceito nas análises estatísticas (CARVALHO, 2005).

A escolha dos quatro parques urbanos, neste estudo, se deu devido ao seu caráter de conservação da biodiversidade - de modo que não são admitidas habitações dentro de seus limites, e também pela popularidade e reconhecimento dos mesmos pela população como área verde e de uso público. Estes parques, em geral, estão inseridos em tecidos urbanos bastante populosos e são alvo da especulação imobiliária e invasões habitacionais, que vêm reduzindo a área do mesmo e, conseqüentemente, ameaçando a conservação da fauna e flora local.

A amostragem utilizada para a consecução dos objetivos da pesquisa foi do tipo não-probabilística, intencional ou por julgamento (BABBIE, 2005), pois a meta da pesquisa foi entrevistar as pessoas envolvidas no processo, não sendo possível a realização de amostragem aleatória. Desse modo, no sentido de obter informações relevantes para a pesquisa, foram realizadas 9 entrevistas com a seguinte distribuição: 3 no Parque Metropolitano de Pituacú; 3 no Parque Joventino Silva; 2 no Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté; e, 1 no Parque São Bartolomeu. Deve-se registrar que os Parques Joventino Silva e São Bartolomeu possuem o mesmo gestor, o qual foi entrevistado sobre cada um dos dois parques, respondendo às questões

relativas aos mesmos. Em decorrência desse fato, apesar de terem sido realizadas nove entrevistas o n amostral, considerado na análise de dados referentes ao perfil dos entrevistados e às representações sociais será de $n = 8$.

3.4.3 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de entrevistas e pesquisa documental. A aplicação de entrevista semi-estruturada foi a principal técnica de coleta de dados nesta pesquisa, pois segue um roteiro ou esquema básico; no entanto, é mais flexível que uma entrevista estruturada, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações (LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

O roteiro de entrevista foi elaborado considerando-se os objetivos propostos. Este instrumento de coleta de dados foi dividido em quatro partes: a primeira, visava estabelecer o perfil do entrevistado. A segunda buscou caracterizar o parque, bem como reconstruir o histórico de sua criação. A terceira consistia no levantamento das representações sociais dos entrevistados e a quarta, versou sobre as ações e projetos em educação ambiental desenvolvidos.

No sentido de testar a aplicabilidade do instrumento de coleta de dados foi realizado um piloto, o que permitiu verificar a adequação das questões formuladas e a conseqüente reestruturação do mesmo. O registro dos dados obtidos foi realizado através de gravação digital das entrevistas aplicadas com posterior transcrição das mesmas. Cada entrevista foi identificada pela letra E, seguida por um número de ordem, correspondente à seqüência de realização.

Construindo uma visão contextualizada da realidade dos parques urbanos, a análise documental foi utilizada com o objetivo de complementar as informações obtidas a partir da aplicação das entrevistas, bem como, evidenciar aspectos novos do tema em questão (LÜDKE e ANDRÉ, 1986). Os documentos analisados foram os decretos de criação dos parques, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU, 2004).

3.4.4 Análise de dados

Para a análise dos dados levantados por meio de entrevistas e da análise documental foi utilizada a técnica de análise de conteúdos. De acordo com Franco (2005, p.13), esta técnica consiste em analisar “a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”.

Com base no referencial teórico que orientou o estudo, foram estabelecidas categorias visando analisar os dados relativos às representações sociais dos entrevistados e as ações e projetos em educação ambiental desenvolvidos no âmbito dos parques. A análise dos dados levou à reformulação de algumas conforme explicitado no quadro a seguir, o qual resume as categorias que orientaram esta etapa do processo de pesquisa:

Quadro 1. Variáveis e categorias definidas a partir das entrevistas.

Variáveis	Categorias
Utilização da área do parque pela comunidade antes da sua criação	Sim: Moradias irregulares, Fazendas e sítios, Trabalho Não Não sei responder
Resistência da comunidade do entorno quando da desapropriação de imóveis para a implantação do parque	Sim Não Não sei
Gestão da situação e/ou conflito pela administração do parque	Desapropriação e Indenização Não sei Não houve resistência
Importância das áreas protegidas no espaço urbano	Preservar para as futuras gerações Qualidade ambiental da cidade Benefício para a natureza Sem resposta
Impactos ambientais positivos existentes no parque urbano	Preservação da área apesar do número de visitantes Envolvimento da comunidade na gestão do parque Não existem
Causas dos impactos ambientais positivos	Existência do parque Diálogo com a comunidade Maior grau de instrução e de sensibilização Não existem impactos positivos
Impactos ambientais negativos existentes no parque	Imóveis em situação irregular Geração de resíduos Redução dos recursos naturais Falta de segurança Poluição

	Depredação dos equipamentos
Causas dos impactos ambientais negativos	Expansão urbana Questões sócio-econômicas Elevado número de visitantes Falta de diálogo Falta de educação Introdução de espécies exóticas Concessões de terras do parque Outros
Ações para solucionar os impactos ambientais negativos	Fiscalização e repressão Educação ambiental Formação de um conselho gestor Ações de recuperação Estabelecimento de parcerias Diálogo com a comunidade
Atividades realizadas	Sim: Programas, Projetos, Campanhas Cursos e seminários, Pesquisas, Outras atividades Não
Existência de um Programa de Educação Ambiental (PEA)	Sim Não
Dificuldades para a implantação do PEA	Questões financeiras Carência de recursos humanos Sem dificuldades Sem resposta
Relação da comunidade do entorno com o parque	Conflituosa Confiança e pertencimento Influenciada pelo nível socioeconômico
Conflitos ambientais existentes no parque	Pelo uso do espaço Ação de ambientalistas Violência Não sabe informar
Razões para a existência de conflitos ambientais	Falta de conhecimento Radicalismo de ambientalistas Capitalismo/pobreza Não sabe
Ações para resolver os conflitos ambientais do parque	Educação Regularização da situação fundiária Formação do conselho gestor

	Delimitação e fiscalização ostensiva Não sabe
Importância da Educação Ambiental no relacionamento da comunidade do entorno com o parque	Aquisição de conhecimento/mudança de comportamento Integração entre a comunidade e o parque Alternativa para a sustentabilidade Não sabe
Concepção de meio ambiente	Natural Cognoscente Sócio-histórica
Concepção de educação ambiental	Conservadora Emancipatória

Considerando o contexto situacional específico de cada parque optou-se pela caracterização dos mesmos a partir da fala dos sujeitos, sem o uso de categorias descritivas. Foi utilizada a estatística descritiva com vistas a complementar a análise de dados qualitativos obtidos no estudo e consolidar a argumentação.

3.4.5 Limitações

Problemas de natureza política [instrumentais], relativos ao projeto de pesquisa definido originalmente, quando do ingresso no curso de PPGE/CBIO, motivou a mudança da proposta de pesquisa, determinando a necessidade de redimensionamento do estudo, a apenas quatro meses do prazo estipulado para a defesa da dissertação. Nesse sentido, o trabalho foi reorientado de forma a possibilitar a sua conclusão dentro do curto tempo disponível para a sua finalização.

Considerando os objetivos da dissertação aqui apresentada entendemos a importância de serem entrevistados todos os envolvidos no processo de gestão ambiental destas unidades de conservação, tais como gestores, técnicos, ambientalistas, e comunidades do entorno e visitantes. Contudo, em face dos problemas citados anteriormente, a amostra do estudo teve que se restringir aos gestores e técnicos dos parques.

Outra limitação é que, embora o município de Salvador possua oficialmente 8 parques, apenas quatro constituíram a área de estudo deste trabalho, pois, alguns destes não foram implementados, ou não têm atualmente uma administração funcional. Estas áreas são conhecidas como “parques de papel”, pois, embora sejam contadas oficialmente como áreas protegidas, nem sempre contribuem efetivamente para a

conservação da biodiversidade, até mesmo podendo diminuir o apelo para a criação de novas áreas (BENSUSAN, 2006).

3.5. Resultados e discussão

A análise dos dados obtidos a partir da aplicação da metodologia explicitada anteriormente nos permitiu alcançar os seguintes resultados:

3.5.1 Perfil dos entrevistados

Foram oito entrevistados entre gestores e técnicos dos parques³. Estes profissionais foram selecionados através de concursos públicos, para áreas afins, e os cargos foram comissionados de acordo com o perfil do funcionário, levando em consideração a experiência do sujeito quanto à conservação de biodiversidade envolvendo políticas públicas voltadas para a participação da comunidade na gestão do parque. Dentre estes 3 pertencem ao sexo feminino e 5 pertencem ao sexo masculino. Todos possuem nível superior, sendo que um dos entrevistados ainda está completando a graduação e outro possui um curso de pós-graduação. Quanto às profissões representadas pelos entrevistados foram encontrados: um gestor ambiental, dois administradores, um escultor, uma bióloga, um engenheiro agrimensor, uma secretária executiva e um estatístico.

Em que pese o critério político-administrativo adotado na distribuição de cargos, observados nas esferas estaduais e municipais, a diversidade de formação profissional deveria ser um elemento fundamental na constituição de equipes técnicas na gestão de unidades de conservação. Dessa forma, o fato de serem encontrados profissionais com formações em diferentes áreas do saber tornaria possível uma abordagem interdisciplinar. Isto é importante no processo de gestão ambiental, pois a compreensão da complexidade do meio ambiente só será possível através de um enfoque interdisciplinar que possibilite estabelecer nexos e vínculos existentes entre as várias disciplinas, de modo a privilegiar todos os aspectos — históricos, políticos, econômicos, socioculturais —, na compreensão da dinâmica ser humano-natureza.

Como argumentam Jollivet e Pavê (1997, p.53), “as pesquisas sobre o meio ambiente suscitam pela primeira vez um grande número de indagações, extremamente

³ Deve-se ressaltar que os Parques Joventino Silva e São Bartolomeu possuem o mesmo gestor, o qual foi entrevistado sobre cada um dos dois parques, respondendo às questões relativas aos mesmos. Em decorrência desse fato, apesar de terem sido realizadas nove entrevistas o n amostral, considerado na análise de dados referentes ao perfil dos entrevistados e às representações sociais será de n = 8.

diversas em seu conteúdo, e fazem por isso apelo à participação de múltiplas disciplinas pertencentes à quase todas as grandes áreas de investigação científicas”. No entanto, muitas universidades não têm propiciado uma formação profissional numa perspectiva interdisciplinar que contribua para uma visão mais contextualizada da questão ambiental.

No que tange à formação em educação ambiental foi observado que entre os gestores e técnicos, 88,9 % não participaram de cursos nesta área e um dos entrevistados fez a seguinte afirmativa sobre esses cursos:

“sem desmerecer os cursos, dificilmente eu estou me surpreendendo com os cursos que eu estou vendo aí, quero coisa nova e coisa mais profunda, coisas mais adequadas, porque estes cursinhos rápidos sem substância pra mim já não funciona mais. Eu tenho carência de uma coisa mais aperfeiçoada, mais profunda, de pessoas que tenham mais conhecimento do que o meu. Porque pelo menos eu penso assim, se eu for para um local que eu vejo que o meu conhecimento é igual ou até maior de quem está passando aquela informação, fico desmotivado, o que eu menos quero é entrar em conflito, discordar, a idéia não é essa.”(E-01)

Este comentário remete a uma reflexão de que, os cursos de formação em educação ambiental, de um modo geral, têm tido uma abordagem superficial, porque apesar de seu caráter interdisciplinar têm insistido em apresentar soluções técnicas ou naturais para os problemas ambientais, esquecendo-se da dimensão social desta problemática (BRÜGGER, 2004). Além disso, nos últimos 25 anos, muitas pessoas têm afirmado fazer educação ambiental, mas, muitas vezes, sem ter um preparo adequado para tal prática, a qual se traduz numa abordagem reducionista da questão ambiental. Tomando como exemplo a questão dos resíduos sólidos, uma abordagem socialmente compromissada de educação ambiental, exige discutir, além de temas como coleta seletiva, reciclagem e reutilização de materiais descartados, questões como desigualdade nos serviços de coleta domiciliar, ou até mesmo a desigualdade social que levou a sociedade a criar o segmento dos catadores de lixo, bem como a temática do consumismo. (GUIMARÃES, 2006; SAITO, 2002).

Esta discussão evidencia a necessidade de avaliação crítica dos cursos, pois:

“De fato, grande parte dos cursos de especialização, formação ou capacitação ambiental têm como base filosófica uma visão instrumental de mundo. Prova disso é a presença, junto aos temas ecológico-naturais, de verbos ou substantivos do tipo “gestão”, “manejo”, “administração”, etc, os quais se referem a um universo essencialmente utilitário-racional de pensamento e ação. Dessa forma, o termo “recurso humano” fica reduzido também a uma perspectiva utilitário-racional: o ser humano se torna um mero agente monitorador de outros recursos, no caso “naturais”. (BRÜGGER, 2004, p. 44)

O que desejamos propor através deste trabalho, é que os cursos de formação em educação ambiental, desde os cursos de curta duração aos de pós-graduação discutam as questões ambientais de forma crítica e dialógica, levando em consideração a

complexidade do meio ambiente. Acreditamos que dessa forma a educação ambiental possa contribuir com ações relacionadas à gestão ambiental participativa em áreas urbanas, de modo a obter resultados mais satisfatório no que diz respeito ao envolvimento da comunidade com estes espaços.

3.5.2 Caracterização do parque e seu entorno

No sentido de reconhecer os problemas que afetam os quatro parques urbanos de Salvador abordados na pesquisa, iremos fazer uma caracterização sócio-histórica dos mesmos, mediante a análise de informações obtidas a partir da aplicação das entrevistas e dos dados secundários coletados na pesquisa documental.

3.5.2.1 Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté (PMLDA)

O Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté está sob a área de influência da Região Administrativa de Itapuã (RA X). O entorno do parque é marcado por apresentar dois públicos sócio-economicamente distintos. Por um lado, são encontradas comunidades de baixa renda, caracterizadas tipicamente pelo reassentamento de antigas invasões que se formavam em torno da lagoa, por parte de lavadeiras e antigos pescadores, que foram relocados durante a implantação do parque no local; por outro lado, são encontrados condomínios e hotéis que atendem a populações de classes média e alta, que foram atraídos pela beleza cênica do local.

Segundo informações do PDDU/2004 a população da RA X (Itapuã) teve a seguinte evolução no período de 1970 a 1996 (tabela 1):

Décadas/RAs	1970	1980	1991	1996
X - Itapuã	18.350	49.669	132.332	158.521
VII-Rio Vermelho	107.214	147.345	165.803	170.162
VIII - Pituba	8.923	36.975	63.852	68.373
IX - Boca do Rio	15.227	49.952	81.415	92.882
XVI - Subúrbio Ferroviário	68.987	127.324	217.682	232.553

Tabela 1: Evolução da população das Regiões Administrativas de Itapuã, Rio Vermelho, Pituba, Boca do Rio e Subúrbio Ferroviário, no período de 1970 a 1996: Fonte: PDDU, 2004

Estes dados demonstram que a população do entorno do Parque do Abaeté, que habita dentro dos limites da APA de mesmo nome, teve um alto índice de crescimento no período entre as décadas de 1970 e 1996. Neste período foram acrescentados 35.941 domicílios nesta região administrativa que tem uma área de 8.293,53 ha.

No que se refere à caracterização socioeconômica os resultados evidenciam uma realidade bastante distinta nesta região. Dados do PDDU 2004 revelam que 76,6% dos chefes de domicílios encontrados ali possuíam rendimentos de até 3 salários mínimos, destacando que, dentro deste percentual, 36,9% apresentou uma faixa de 1 a 3 salários mínimos. Os rendimentos superiores a 5 salários mínimos, quando somados, chegam a apenas 17,1%.

A preocupação com a expansão da população no entorno das dunas e lagoas do Abaeté motivou a constituição de um movimento de proteção ambiental desta área, o que culminou com a promulgação do Decreto Nº 5969/ 80 que criava o Parque da Lagoa e Dunas do Abaeté, conforme evidenciado nas entrevistas. O decreto de criação do parque expõe o tema através da seguinte afirmativa: “a área vem sendo depredada e desfigurada por invasões e loteamentos e clandestinos por falta de utilização e proteção especiais” (SALVADOR, 1980).

A problemática da ocupação da área, consoante ao processo de criação do parque do Abaeté, foi resgatada por um dos entrevistados, em depoimento transcrito a seguir:

“Esta é a ultima área de restinga de Salvador. O secretario da época, junto com o Governo do Estado perceberam que havia aqui um processo de ocupação urbana, isso aqui era muito ocupado por favelas, moradias irregulares e também moradias de médio e alto padrão. Isso aqui é bastante cobijado pela questão urbana, expansão urbana de moradia. Bom, aí o governo indenizou algumas casas que estavam aqui dentro do parque, demoliu estas casas, construíram o parque, fizeram reforma, ampliou, nesta configuração atual que é até hoje.” (E-01)

Essa ocupação urbana, motivada, segundo o entrevistado pela cobiça, gerou uma série de impactos estéticos e ambientais que começaram a incomodar, não somente os ambientalistas e as autoridades, mas também os visitantes que freqüentavam o local. Segundo um dos entrevistados, o processo de criação do parque se deu também por uma questão visual:

“As pessoas chegavam para visitar o parque, achavam bonito, a questão dela rústica, com as pessoas lavando na borda da lagoa, os animais circulando livremente. Mas também elas se queixavam dos resíduos encontrados no parque. Então, por isso aí, precisou o governo entrar com intervenção, as casas que tinham ao redor, eram casas sem nenhuma infraestrutura; então, as pessoas reclamavam muito da aparência; por conta disso aí, da má estrutura das casas e também do acumulo de resíduos.” (E-02)

Neste contexto situacional, o Parque do Abaeté foi criado com os seguintes objetivos, segundo um dos entrevistados:

“O objetivo foi a preservação de toda área, da própria qualidade da água da lagoa, retirada dos animais domésticos da lagoa, pois estes tinham doenças próprias de animais domésticos que poderiam ser transmitida aos animais que ficam soltos na vegetação. E ouvi falar também que eles queriam trazer mais movimento para o local, por que antes só quem vinha aqui eram os turistas e os moradores locais, agora o número de visitantes é bem maior.” (E-02)

Com relação ao que o parque do Abaeté deve conservar, obtivemos as seguintes respostas:

“Então, essas pessoas vivem aqui no parque, elas se divertem aqui e elas comercializam o seu produto aqui também. Então, a gente precisa preservar a flora, mas precisa também não entrar com muito peso na questão ambiental e tirando estas pessoas de resolverem seus problemas e dificuldades financeiras. É o que nós temos aqui muito, os ambulantes que nós temos são da própria comunidade, hoje a gente não pode tirar o direito deles de comercializarem seus produtos. Então, quando a gente pensa em preservação, a gente pensa na preservação deste pessoal também, e da família.” (E-02).

“A última área de restinga de Salvador” (E-01), afirmou um dos entrevistados, o qual demonstrou uma certa preocupação voltada para a integração entre a conservação de meio ambiente e a relação com a comunidade do entorno como indicado nos transcritos que se seguem:

“Olha, não é só conservar, conservar faz parte também, mas primeiro entender né? Primeiro fazer um diagnóstico pra entender o mecanismo do ambiente como é que ele funciona, identificar o que ta degradado, o que está conservado e planejar a partir daí quais são as áreas que se precisa recuperar e manter o que já está bom.” (E-01)

“Hoje a gente está pensando assim, em trabalhar mais a educação ambiental. Agora sobre preservação a gente quer preservar tudo, a gente quer preservar fauna, a gente quer preservar flora, e quer também preservar as pessoas. Por que eu disse preservar as pessoas, o ser humano? Porque a gente tem a comunidade que vive aqui no entorno do parque, as três comunidades que eu tenho aqui atualmente são a Baixa da Soronha, Nova Brasília, a Baixa do Dendê. (E-02)

As ações para a conservação do Parque do Abaeté foram descritas segundo duas concepções distintas. Uma concepção deriva em ações para a conservação do parque que se dão de acordo com “decretos com base num estudo preliminar”, como afirma um entrevistado, ou seja, os conhecimentos técnicos e científicos obtidos a partir do estudo preliminar, associado à legislação, possibilitam usar de maneira mais eficaz os recursos naturais. O outro entrevistado reportou uma concepção que considera a relação ser humano /natureza numa perspectiva das relações sociais; relações estas, que

determinam as transformações na natureza e na sociedade. E, como tal, devem ser consideradas na proposição de ações educativas voltadas à conservação.

“Nós fazemos aqui alguns trabalhos, para poder desenvolver neles uma outra forma de trabalhar que não seja o que eles comercializam mais aqui que é bebida alcoólica, então estamos tentando desenvolver alguns trabalhos com eles para que eles procurem uma outra atividade que sejam mais relacionadas a questão ambiental, os produtos por meio artesanal, e aí a gente vem desenvolvendo com as escolas, com os centros comunitários. Quando falam de meio ambiente as pessoas só pensam na fauna e na flora e esquecem que tem a comunidade, então eu sei que a gente não pode ficar invadindo os espaços dos animais, mas a gente não pode de maneira nenhuma esquecer que o ser humano precisa de algumas proteções, principalmente aquelas pessoas que não tiveram oportunidades...” (E-02).

3.5.2.2 Parque da Cidade Joventino Silva (PCJS)

O Parque da Cidade está situado entre duas regiões administrativas RA VII – Rio Vermelho e RAVIII – Pituba, as quais possuem áreas de 697,70 ha e 797,66 ha, respectivamente. Quanto à evolução da população destas regiões que compõem o entorno do parque os dados podem ser observados na tabela 1.

No período de 1970 a 1996, surgiram 24.520 e 17.194 novos domicílios, nas RA´s VII e VIII, respectivamente. Da região do Rio Vermelho, os assentamentos que têm maior influência no parque, formando um entorno direto, são a Invasão Nova República, bairros de Santa Cruz e Nordeste de Amaralina, caracterizados por apresentarem população de baixa renda, com condições de infraestrutura e segurança precárias. Os dados do PDDU (2004) indicam que 66,6% dos chefes de domicílios da Região do Rio Vermelho têm um rendimento de até 3 salários; 14,36% não tinham rendimento e 3,7% dos chefes de domicílio têm rendimento de mais de 20 salários. A RA da Pituba compreende o bairro de mesmo nome, considerado bairro nobre de Salvador. Nesta região 86,8% dos chefes de domicílio estão situados na faixa de rendimentos superiores a 3 salários mínimos.

Ao narrar o processo de criação do Parque da Cidade, um dos entrevistados, salienta a redução da área ocupada pelo mesmo, da seguinte forma:

“Isso aqui era uma fazenda de Joventino Silva, que era o dono desta fazenda. Então, ele vendeu uma parte para a prefeitura e outra parte ele comercializou, vendendo lotes. Mas a parte que foi vendida à prefeitura tinha um milhão e 200 mil metros quadrados. Com o passar do tempo, esta área foi invadida aos poucos e hoje resta apenas 75 ha, ou seja setenta e 5 mil metros quadrados. Na verdade, a fazenda ia até Brotas; aí pegava Brotas, Pituba, esta área toda. E a área que foi invadida foi exatamente esta área do fundo; hoje temos Santa Cruz, o Areial, invasão da Nova Republica, tudo isso dentro da área do parque da cidade.”(E-05)

O Parque Joventino Silva, embora possua aspectos naturais de relevante importância para a conservação ambiental, não foi criado como uma unidade de

conservação. O objetivo de sua criação, como registrado no decreto de criação, e segundo todos os entrevistados foi:

“Inserir uma área com vegetação bem no centro da cidade, numa área nobre e que seria uma área para lazer, entretenimento e até para estudo”. (E-05)

“Foi que se criasse uma área de lazer para a população, e beneficiar os moradores da Santa Cruz, do Nordeste de Amaralina, da própria Pituba. (E-08)

“Área de lazer para a população, não só a população do entorno do parque como também Salvador inteiro” (E-09).

Segundo a lei Nº 3.525/85, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador para o período até 1992, o Parque Joventino Silva foi classificado na categoria de Parque Setorial. Vale ressaltar que, atualmente, o parque é classificado pelo Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural – SAVAM, subsistema de Áreas de Conservação como parque urbano.

Diante das perguntas sobre o que se pretende conservar no Parque da Cidade os técnicos e gestor, expressaram as seguintes respostas:

“O parque pretende conservar as dunas, a restinga e os remanescentes de mata atlântica que existe aqui. Aqui temos muitos micos, tucanos, diversas cobras, teiús, tatus, tínhamos dois jacarés no pântano que havia no fundo; pássaros diversos. Com relação à flora, nos temos aqui jacarandás, ipês, sucupiras, jatobás, pau-brasil, sem contar as frutíferas porque aqui era o pomar de Joventino Silva; aqui nos temos mangueiras, jaqueiras, cajueiros, tamarineiros, sapotizeiros e mais uma infinidade. Na realidade, isso para a gente é uma dor de cabeça, né, porque agora está chegando o período de frutas e vai ser uma agonia: é o pessoal subindo nas arvores e jogando pau, é terrível, mas a gente tem que administrar isso da melhor maneira possível.” (E-05)

“As áreas verdes, a preservação da natureza, o cuidado maior é justamente com as arvores que é o que tem de mais relevante e de mais essencial para o ser humano aqui.” (E-08)

“Mata Atlântica, estoque de frutas, apesar de que o pessoal não deixa.” (E-09)

Com relação às ações para a conservação do parque, observou-se o predomínio, entre os entrevistados de uma concepção baseada no desenvolvimento de estratégias preservacionistas. Estas estratégias tem como objetivo a proteção da natureza em seu estado original, intocado, sem a interferência humana, também descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (CUNHA e COELHO, 2005, DIEGUES, 2000a). Esta visão pode ser ilustrada nos transcritos que se seguem:

“Embora o parque tenha um número muito reduzido de funcionários, a gente procura manter um nível satisfatório de fitossanidade. Fora isso, a gente está sempre replantando áreas degradadas, a gente está sempre fazendo uma poda e adubação, principalmente, nas plantas ornamentais; a gente está sempre coibindo a ação dos vândalos que vêm retirar as frutas e, às vezes, até cortam os galhos das arvores e, às vezes, até tentam tirar madeira de

árvores da mata atlântica. Então, a gente procura de todas as maneiras preservar isso com dedicação e afinco.” (E-05)

“Fizemos um trabalho de irrigação aqui para que não fossem devastadas as árvores. Nós temos aqui também como trabalho de preservação ações de cuidado para que não entre aqui pessoas na tentativa de tentar algum vandalismo de cortar, de erradicar; então, a gente tem estes cuidados cercando a área todas e colocando vigilância para que isso não venha ocorrer, para que não haja depredação das áreas do parque.” (E-08).

Estas afirmações dos técnicos e do gestor do Parque da Cidade se coadunam com a perspectiva preservacionista das políticas ambientais nas décadas de 1970 e 1980, as quais visavam a criação de unidades de conservação com estratégias coercitiva e punitiva, de regulação e controle, para evitar a utilização dos recursos naturais a serem protegidos das atividades humanas. Nesta abordagem, os problemas ambientais deveriam ser enfrentados mediante a implementação de um conjunto de leis rigorosas sobre o uso e acesso à terra e da exclusão de grupos sociais de ecossistemas considerados frágeis e ameaçados (CUNHA e COELHO, 2005).

3.5.2.3 Parque Metropolitano de Pituaçu (PMP)

De acordo com os entrevistados o Parque Metropolitano de Pituaçu, foi criado para preservar a barragem do rio Pituaçu, que tinha como objetivo fornecer água para a cidade de Salvador, como registra a gestora do parque:

“A demanda inicial para criar este parque era fazer o barramento do rio Pituaçu para disponibilizar água para uso humano, mesmo. Isso aqui é um lago artificial, o barramento do rio Pituaçu foi feito para atender a população de Salvador, e junto com isso preservar os remanescentes de Mata Atlântica”.

Por ser uma área sujeita a gestões públicas, depois da sua criação em 1973, foram publicados novos decretos reduzindo sua área. Este fato demonstra que a concepção dos gestores públicos no momento de criação do parque ainda não era a de instituir uma unidade de conservação.

“Em 1973 o parque foi criado através de decreto, pelo então governador Roberto Santos, e esse decreto passou por vários ajustes. De acordo com o primeiro decreto os limites do parque eram Avenida Jorge Amado, Avenida Pinto de Aguiar, Avenida Luiz Vianna Filho e Avenida Otávio Mangabeira; quer dizer, o Imbuí saiu de dentro do parque, quer dizer, toda aquela área era do parque, mas o parque foi doando alguns pedaços, alguns terrenos e isso foi reduzindo o parque. Hoje o parque tem 430 ha, 200 ha só de espelho d’água”. (E-03).

“O parque foi criado com aproximadamente 600 ou 650 ha; hoje o parque tem oficialmente, 380 ha, mas depois do decreto de 1973 foram publicados aproximadamente 10 decretos, todos diminuindo a área do parque. Concessão pra um, concessão pra outro, concessão para um empreendimento, para uma universidade, para uma atividade, para hospital, para terceiros. Então, o parque oficialmente perdeu a metade da sua área

original, ele está espremido mesmo e, mesmo assim, continua sendo muito pressionado” (E-04)

O decreto Nº 5158, de 1977, altera o decreto original de criação do Parque de Pituacú, definindo então um novo zoneamento para a área do parque. Este zoneamento foi alterado algumas vezes em decretos publicados posteriormente. Com base no texto do decreto Nº 5158/77, o parque possui oito zonas: zona do horto metropolitano; zona de extensão cultural; zonas de lazer 1,2 e 3; zona das artes; zona de habitação; zona de orla marítima.

O artigo 6 desse decreto estabeleceu a concessão de áreas do parque para construções abrigassem as atividades da à Zona de Extensão Cultural: Museu de Ciência e Tecnologia; unidade de extensão de ensino, citada pelos entrevistados como Universidade Católica de Salvador; unidade de extensão cultural; biblioteca; anfiteatros; laboratórios científicos; planetários; praças de exposição.

O artigo 7 desse decreto aponta a Zona de Lazer 1 como área destinada à preservação ecológica. Tal como no Parque da Cidade, o Parque de Pituacú, dentre seus objetivos originais se constituía em um espaço de lazer para a população de Salvador, evidenciando a necessidade de estabelecer no Brasil uma política específica de conservação de áreas protegidas.

As falas dos entrevistados sobre os objetivos de criação do parque, ratificam essa visão:

“Objetivo para lazer, contemplação, preservação, diversão”(E-03)

“Mas o principal objetivo era esse, o recurso hídrico para consumo humano. Além disso, a intenção era ter um espaço de lazer na cidade com qualidade ambiental. Já que a gente tem aqui remanescente de mata atlântica, alguns exemplares de fauna ainda, e o recurso hídrico, se pensou em disponibilizar isso à população como um espaço de lazer de qualidade. Aí, foi decretado o parque e ele passou a ser um parque urbano, um parque que tem o objetivo de atender as comunidades de Salvador e aos turistas que vem à cidade de Salvador.” (E-04)

O pensamento ambientalista que nas décadas de 1970 e 1980 ainda estava se consolidando no mundo, só veio ganhar força no Brasil na década de 1990, reforçando a criação dos parques urbanos numa perspectiva preservacionista. Consoante o processo de criação do Parque da Cidade, na mesma época, em que vigorava o pensamento preservacionista, também foi criado o Parque de Pituacú.

Nesse período (década de 1970) a população da Região Administrativa da Boca do Rio (RA), que corresponde ao entorno do parque exercia uma pressão sobre o mesmo. Com o aumento populacional ocorrente no período de 1970 a 1996, registrado na tabela1, foram acrescentados à região, no mesmo período, 21.714 domicílios. Por estar localizada num ambiente próximo à praia e com uma vasta área de mata atlântica, a RA da Boca do Rio atraiu e continua a atrair pessoas com diferentes níveis sociais.

Segundo os dados do PDDU 2004, quase metade dos chefes de domicílios (45,7%) estão situados na faixa de nível econômico relativamente baixo, com rendimentos de até três salários mínimos. No entanto, 43, 5% têm um rendimento superior a cinco salários mínimos, o que demonstra que nesta área também existem famílias de classes medias e altas.

O crescimento populacional nesta área e a demanda pela terra evidenciam a importância de se conservar os recursos que ainda existem no parque e de buscar o diálogo com a população do entorno. O Parque de Pituaçu é um fragmento de mata atlântica que possui grande riqueza em termos de biodiversidade, conforme pontuam estas respostas, sobre o que o parque pretende conservar:

“O parque tem uma biodiversidade fabulosa, desde resquícios de mata atlântica; você vê que aqui ainda tem mata atlântica, porque você vê que aqui existiam várias fazendas, vários sítios que foram desapropriados para transformar em parque. E dentro disto aqui, você tem uma diversidade de árvores que vai do ipê, tem sucupira, a massaranduba, pau d’arco, angelim, uma infinidade...E como teve estes sítios, também você tem algumas frutíferas como mangueira, cajueiro, jamelão, mangaba. E na biodiversidade da fauna você tem jacaré do papo amarelo, tem bicho preguiça, tamanduá, tatu, camaleão, teiú, várias espécies de peixes na lagoa, embora os peixes originais que tinham aqui, que são os nativos né, como piabas, cambotá, acará, estes peixes foram ... quando a lagoa recebeu exóticos de várias espécies como tucunaré a tilápia e a traíra. Estes peixes como são predadores carnívoros, vorazes, isso acabou até com os pitus que deu nome a lagoa. Porque Pituaçu é camarão grande.” (E-03)

“A gente ainda tem aqui alguns lugares com um grau de conservação regular para médio com alguns exemplares típicos de mata atlântica de espécies como espécies clímax, mas a maioria destes lugares já foram ocupados por sítios e foram desmatados a vinte , trinta anos atrás para pastos, pra cultura de subsistência, plantio de coco, então ele é muito modificado ele é muito alterado, mas a gente ainda tem um pedacinho de restinga interessante e a própria mata atlântica. E fauna também, a gente tem aí algumas espécies até de mamíferos, tem o macaco prego de peito amarelo, que é uma espécie ameaçada de extinção, muitas cobras a gente encontra neste espaço.” (E-04)

“Aqui no parque a gente pretende preservar tudo, aqui nós somos completamente contra a qualquer tipo de construção no parque. O parque é uma das poucas áreas, unidades de conservação de mata atlântica que existe dentro da capital baiana; é a maior área, na verdade, e então, a gente pretende cultivar isso aqui tudo.” (E-07)

Esta riqueza atribuída ao parque se reflete na perspectiva dos entrevistados, quanto às ações para a conservação do parque, como indicado nos transcritos que se seguem:

“Como foi um parque que tem o intuito de preservar e manter dentro da cidade este resquício de mata atlântica, então pode-se ver que nós estamos recuperando esta área e pode-se observar que estes resquícios estão se recuperando desde então. Em relação à lagoa, nós estamos fazendo uma

campanha junto com a comunidade de preservação das nascentes da lagoa.” (E-03)

“Temos como objetivo inserir a comunidade e toda a população baiana a enxergar isso aqui como o quintal da casa de todos nós e sabendo preservar tudo. A partir do momento que a gente faz alguns eventos de cunho ambiental e social integrando a comunidade com o parque; principalmente que a gente plantou mais de duas mil mudas, isso traz para a comunidade em geral uma consciência e a vontade de preservar aquilo que nada mais, nada menos é do que o quintal da casa deles, de todos nós. O parque, infelizmente, tem algumas invasões de classe A e de classe C, que visivelmente foram construídas há mais de 10 anos atrás... então quando você desperta esse interesse da comunidade em preservar a mata atlântica, desperta também o interesse da comunidade como fiscal, de não deixar que as invasões ocorram e que denunciem se verem algum tipo de invasão. E quanto às invasões que estão aqui, isto cabe ao CRA, tomar as devidas providências, pois é um órgão de fiscalização. Isso cabe ao CRA, não cabe à administração do parque” (E-07)

Como é possível observar, estas respostas mostram que a presença da comunidade na conservação do parque passa a ser valorizada, caracterizando uma estratégia conservacionista que trata do uso humano dos outros organismos e dos ecossistemas abandonando a visão naturalista e concebendo a conservação como:

“o manejo do uso humano de organismos e ecossistemas, com o fim de garantir a sustentabilidade desse uso. Além do seu uso sustentável, a conservação inclui proteção, manutenção, reabilitação, restauração e melhoramento de populações (naturais e ecossistemas).” (WRI/IUCN/PNUMA 1992, p.228)

3.5.2.4 Parque de São Bartolomeu (PSB)

O Parque São Bartolomeu está inserido no Subúrbio Ferroviário e tem como seu entorno a Região Administrativa XVI, de mesmo nome. Esta RA é caracterizada pela predominância de lares com baixos rendimentos financeiros, condições precárias de saneamento básico, educação e saúde. Comparado a outras regiões administrativas, esta é a que apresenta maior concentração de pobreza, com 80% das famílias possuindo renda de até 3 salários. Esta região é bastante populosa, e mediante os números indicados na tabela 1 podemos inferir tem ocorrido, desde a década de 1970, uma elevada pressão por parte das comunidades do entorno do parque e, conseqüentemente, são produzidos impactos ambientais negativos sobre os recursos que se deseja conservar. Quanto ao número de domicílios, foram acrescentados ao subúrbio ferroviário, 40.518 domicílios, neste período.

De acordo com o gestor do Parque de São Bartolomeu, não havia ocupação de sua área, antes do processo de implantação do mesmo. As outras questões para caracterizar o parque não foram respondidas, pois o entrevistado alegou não ter muito conhecimento sobre a história do parque, revelando não saber nem mesmo quando este foi criado. O gestor queixou-se da inexistência de uma sede que abrigue atualmente a

gerência do parque e registrou que as atividades realizadas se resumem à limpeza da área, e à fiscalização para conter as invasões.

Criado no final da década de 1970, a rica biodiversidade do Parque São Bartolomeu e sua abundante reserva de água potável foram motivos suficientes para a sua conservação. Segundo Angeoletto (2002), a ocupação do subúrbio ferroviário, onde o parque está inserido foi inicialmente promovida pelos engenhos de cana-de-açúcar nos núcleos de Paripe, Plataforma e Periperi. Até a implantação da rede ferroviária, a região pouco se diferenciava do restante do Recôncavo da Bahia.

Com a construção da Avenida Suburbana, começaram a se fixar novas residências, gerando uma expansão e até mesmo competição pelo território, aumentando a mancha urbana na região. Na década de 1980, implantou-se o loteamento Fazenda Coutos e surgiram duas grandes invasões: Bate Coração e Nova Constituinte. A partir de então, aumentaram o número de ocupações irregulares em áreas muito encharcadas e acidentadas, impróprias para habitar, caracterizada por uma pobreza extrema. Esse contexto sócio-econômico está relacionado a uma série de problemas relativos ao parque, a qual será posteriormente abordada neste documento (Angeoletto 2002).

3.5.3 Relação da comunidade com o espaço do parque antes da sua criação

Quando se perguntou sobre a ocupação do parque antes da sua criação, representantes dos parques da Cidade, do Abaeté, e dois do parque de Pituaçu, (78 %) afirmaram que a área era ocupada pela comunidade, enquanto que um dos entrevistados do parque de Pituaçu e o gestor do parque de São Bartolomeu (22%) registraram que isso não ocorria.

Sobre as formas de uso do espaço ocupado, para 22% dos entrevistados o local era utilizado para moradia e sustento, como referido na afirmação: *“Sempre foi utilizada pela comunidade, historicamente quem usava muito este espaço eram os pescadores, as lavadeiras, havia construções em torno do parque”* (E-01)

No entanto a maior parte dos terrenos, segundo os representantes dos parques (56%) era ocupada por sítios e fazendas, como exemplificam os trechos das entrevistas abaixo: *“Era uma fazenda, era fechada de propriedade exclusiva dos proprietários”* (E-05) *“Isso aqui era uma área privativa da família de Joventino Silva que fez uma doação à prefeitura para que fosse criado o parque.”* (E-08)

O curioso é que, segundo os entrevistados, estas áreas antes privativas de fazendas, passaram a ser ocupadas pela comunidade, quando a administração do espaço tornou-se pública:

“Depois que passou para a prefeitura o pessoal se achou no direito de invadir”(E-09);

“Depois da implantação do parque, começaram a haver invasões, mas tinha alguns lotes que a prefeitura cedeu para fazer uma horta comunitária, mas esta horta começou a apresentar alguns problemas dentro da comunidade mesmo. Dois ou três plantavam, mas 10 ou 20 que queriam colher só, daí começaram a ter divergências lá dentro mesmo. Com isso, tentaram umas duas ou três vezes construir na área, nós íamos lá e desmanchávamos. Foi assim que resolvemos ceder de vez as terras, a URBIS veio junto com a prefeitura para construir o muro e fazer drenagem, e aquele terreno foi incorporado ao terreno Nova Republica e nós fechamos todo de muro, essa área que antes tinha o canal. E então, o avanço da invasão não continuou por causa do muro, pois senão, com certeza, eles já teriam invadido.” (E-05)

No sentido da desapropriação da área para a implantação do parque, apesar da maioria dos gestores e técnicos não ter participado do processo de implantação dos parques, 56% afirmaram que a área era ocupada por moradias irregulares, anteriormente à sua criação. Por isso, segundo os entrevistados, não ocorreu resistência por parte da comunidade, quando da desapropriação daqueles imóveis para a implantação do parque. Por outro lado, 22% relataram a manifestação da resistência pela comunidade.

3.5.4 Gestão do conflito gerado pela desapropriação de imóveis pela administração do parque quando da sua implantação

Segundo 22% dos entrevistados, a administração do parque buscou solucionar o conflito gerado pela desapropriação dos imóveis situados na área do parque através do pagamento de indenização aos proprietários dos domicílios. No entanto, ainda existe situação de conflito e resistência em alguns parques, como registrado nos depoimentos que se seguem:

“Foram oferecidos outros locais com melhor drenagem, valorizaram e valoraram estas pessoas. Foram indenizados.” (E-02)

“Houve a desapropriação e indenização de parcela desta população, principalmente lá do Alto de São João e do Bate Facho, mas alguns não foram indenizados e então a situação fundiária do parque ainda é indefinida, e alguns que foram indenizados voltaram a ocupar a área do parque. Então, isto ainda é um conflito atual nosso, que a gente está tentando resolver ainda com mais diálogo do que com ação repressiva porque é uma situação muito mais social do que ambiental; não sei se mas, mais não é tão ambiental, é social também e a gente tem tentado achar uma solução pra este problema. O Parque foi criado com aproximadamente 600 ou 650 ha , hoje o parque tem oficialmente, 380 ha . Mas depois do decreto de 1973 foram publicados aproximadamente 10 decretos todos diminuindo a área do parque. Concessão pra um, concessão pra outro. Concessão para um empreendimento, para uma universidade, para uma atividade, para hospital, para terceiros. Então, o parque oficialmente perdeu a metade da sua área original, ele está espremido mesmo e, mesmo assim, continua sendo muito pressionado.” (E-04)

Dentre os entrevistados 22% afirmaram desconhecer como a administração do parque geriu a situação de conflito vivenciada no processo de sua criação.

3.5.5 Importância dos parques urbanos

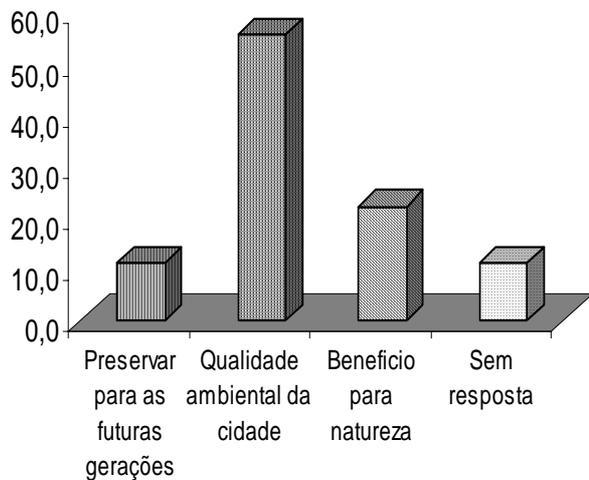


Figura 1 Representações sociais de gestores e técnicos sobre a importância dos parques urbanos. Salvador, BA, 2007

Quando os entrevistados foram questionados sobre a sua opinião em relação à importância dos parques, enquanto áreas protegidas, para a cidade, 56% relacionaram suas respostas à qualidade ambiental da cidade, baseado numa perspectiva em relação ao tempo presente, conforme registrado na figura 6. O depoimento que se segue traduz muito bem esta idéia:

“Eu acho que ela tem um papel fundamental pra manutenção da qualidade ambiental da cidade. Eu falo de clima, recurso hídrico, de paisagem, de cultura; é a função de urbanidade que estes espaços possuem até no imaginário da população. Porque aqui ele não está só na cabeça desta comunidade do entorno, Alto de São João, Bate Facho, Sítio do Pombal, mas o cara que mora na Ribeira, no IAPI, no Cabula, em Stela Mares sabe que tem à disposição dele um espaço com essa qualidade ambiental, que tem verde, que tem água que tem uma paisagem agradável e que ainda oferece algumas opções de lazer e recreação. Então, é extremamente importante para a cidade, para o funcionamento orgânico da cidade do ponto de vista ambiental e pro imaginário coletivo assim. Faz parte da cidade! Faz parte do cardápio de opções que o indivíduo vai ter como área que oferece um ambiente mais bacana, mais qualificado do ponto de vista ambiental, pro cidadão. E são pouquíssimos os espaços, não só na cidade de Salvador, mas em todas as capitais e todos os centros urbanos com tamanhos maiores; então, é muito importante reservar espaços como este. E para quem vem visitar a cidade, quem vem visitar Salvador não quer ver concreto né, quer ver praia, mas quer ver mata, quer ver água, quer ver bicho e a gente quase que não tem mais como oferecer isso como opção por isso este lugar ganha uma importância maior ainda” (E-04).

Esta associação do parque com a manutenção da qualidade de vida remete a uma concepção de *ambiente como recurso*. Visto como algo a ser gerenciado e como mantenedor da qualidade de vida, o ambiente passa a ser um “super-mercado” gratuito, disponível para suprir as necessidades do ser humano. Dentre as estratégias adotadas nesta perspectiva, normalmente se incluem as interpretações relacionadas com os patrimônios históricos, parques e museus (para se certificar de que o público admira e agradece os recursos) (SAUVÉ, 1997).

Como destacam Silva e Egler (2002, p.7), com relação ao valor dos parques urbanos, estes:

...são espaços importantes para a conservação dos elementos da natureza em duas perspectivas: uma é a real, dado que os parques funcionam como “preventivos” de danos ambientais, pois se mantém atributo natural de uma dada localidade e; outra é a potencial, uma vez que a manutenção desses elementos é importantes para amortecer ruídos, embelezar o ambiente, melhorar o microclima local quanto à umidade e insolação, ajudar no controle de erosão, melhorar a qualidade do ar, proteger mananciais e outros...

Um percentual de 22% dos entrevistados relaciona esta importância ao benefício para a própria natureza, enquanto uma minoria 11% dentro de uma perspectiva de tempo em relação ao futuro, argumenta com base no conceito de desenvolvimento sustentável, que estes espaços devem ser preservados para as gerações futuras.

3.5.6 Impactos ambientais positivos existentes no parque

Nas respostas sobre os impactos ambientais existentes nos parques, poucos entrevistados (44%) conseguem enxergar os impactos ambientais positivos. Isto pode estar relacionado ao fato de que o termo “impacto ambiental” tem sido comumente utilizado mais para abordar alterações negativas do que positivas. Dessa forma, 22% dos entrevistados afirmaram que a área continua preservada apesar do elevado número de visitantes, e o mesmo número de respondentes pontuou como impacto positivo o envolvimento da comunidade no processo de gestão do parque.

“Sempre aparece alguém com uma proposta de ceder algumas mudas para a gente plantar. Até mesmo empresas como o Bompreço do Salvador Shopping; estiveram aqui alguns funcionários plantando umas mudinhas, já não tinha lugar para plantar nada, mas eu cedi um lugar e eles plantaram aqui 10 a 15 mudas. Tem uma pessoa que nos cedeu um Jacarandá da Bahia, uma árvore muito bonita; a pessoa que nos cedeu faz questão de vir aqui ver o desenvolvimento da planta. Temos as pessoas que contribuem até com idéias de fazer trilhas, de colocar uma plaqueta para identificar as nossas árvores dando nome popular, dando nome científico, origem.” (E-05)

Quanto às causas destes impactos, 22% dos entrevistados atribuem à existência do parque, 11% atribuem ao diálogo com a comunidade, e outros 11% ao maior grau de instrução da comunidade do entorno e, portanto, de sensibilização.

3.5.7 Impactos ambientais negativos existentes no parque

Quanto aos impactos ambientais negativos nos parques estudados foram registrados pelos técnicos e gestores: imóveis em situação irregular, geração de resíduos, retirada de recursos, falta de segurança, poluição e depredação do equipamentos.

Dentre estes, os principais impactos ambientais negativos, segundo os entrevistados (quadro 2), são, a existência imóveis em situação irregular, caracterizada por invasões habitacionais de moradores com altos e baixos rendimentos, e a retirada de recursos dentro dos limites do parque. Neste último, os casos mais preocupantes são a retirada de areia das dunas dos Parques do Abaeté e da Cidade

Quadro 2: Principais impactos ambientais negativos indicados pelos técnicos e gestores (n=9) dos parques urbanos. Salvador, Bahia, Brasil, 2007

Impactos ambientais negativos	Frequência %
1. Imóveis em situação irregular	33
2. Geração de resíduos	11
3. Retirada dos recursos	33
5. Poluição	22

Os depoimentos a seguir denunciam os impactos negativos nos parques:

- **Pressão urbana**

“Expansão urbana, Salvador hoje não tem muito para onde crescer. Essa é uma área extensa, nós estamos falando de 1800 ha de terra, aqui tá cercado por todo tipo de construção, desde favelas, até favelas modernas de alvenaria, não é mais aquele conceito de favela antiga que se tinha. Tá cercado, hoje essa área de restinga não tem contato nem com a mata atlântica nem mais com o mar. Eu acho que, se nós tivéssemos o conhecimento há algum tempo atrás, mais adequando aquela pista em frente à orla não mais existiria, ou seria de outra forma; você permitiria aí o contato do ecossistema marinho com a parte do ecossistema de restinga, e aí com a mata atlântica. E aí pode se ver que foi quebrada a conectividade entre os ecossistemas.” (E-01)

“Pressão urbana, por ser um parque urbano ele está cercado de habitação por todos os lados, só que esta vizinhança, ela foi se estabelecendo e se ampliando de uma maneira que a gente não tem mais como suportar esta pressão; ela chegou no limite. Então, ou nós resolvemos esta questão fundiária do parque, ou ele fatalmente vai deixar de existir como parque urbano. E aí, eu estou falando não só das invasões, mas das grandes casas dos grandes proprietários, que ocupam, que fazem muros, que loteiam e vendem. Então, esta pressão é uma das maiores pressões que a gente tem, se por um lado tem estes grandes, por outro lado nos preocupa mais ainda o das pessoas que não têm onde morar, que ocupam esta área porque não tem mais opção e que vivem no limite da pobreza; então, não têm o que comer, não têm o que vestir, não têm onde morar, e é muito difícil tratar este problema. A gente não pode, de jeito nenhum, tratar este pequeno que não tem nenhuma outra opção, igual a como trataríamos os grandes proprietários. Isso faz com esta pressão urbana seja um dos maiores impactos.” (E-04)

- **Retirada de recursos:**

“Destruição das dunas, eles levam a areia destas dunas para construção. As construções desta rua do fundo, na Santa Cruz, quase toda foi construída com areais das dunas do parque. Eles fazem comércio com esta areia, inclusive tem gente que sobrevive dessa areia do parque vendendo areia do parque.”(E-09)

“Tem gente da classe A que vem furto as mudas, vem aqui com saquinhos plásticos e quando vêem uma ixória-mirim, que é bonita, uma helicônia que dá flor, uma alpínia; aí vem e tiram e botam num saquinho, às vezes, nossos funcionários ficam até com vergonha de chamar atenção por que são pessoas de nível alto.”(E-05).

A poluição também é considerada um dos grandes impactos ambientais negativos nos parques urbanos de Salvador. Referente a este problema foram registrados os seguintes depoimentos:

“são 16 mil pontos de esgotos jogados na lagoa.” (E-03)

“Valas a céu aberto totalmente assoreada, e as águas de esgoto se espalham lá, formando um pântano. Além disso, a barragem do Cobre, quando chove ela enche, tem que abrir as comportas e isso lança muita água que se mistura ao esgoto e vira um charco enorme.” (E-06)

Dentre aqueles citados como segundo principal impacto ambiental negativos nos parques estudados, pelos técnicos e gestores, predominou a falta de segurança, a qual tem propiciado em um dos parques a ação de traficantes de drogas, conforme denunciou um dos entrevistados:

“Lá existem algumas quadrilhas de traficantes que se infiltram lá na área para fazer o tráfico de drogas. Então, eles se escondem na mata, vendem a droga, ou então até mesmo fumam. Inclusive alguns pequenos roubos que aconteceram lá, não aconteceram mais porque os traficantes disseram: ‘você estão fazendo estes roupinhos, pequenos furtos aqui e estão atrapalhando a gente porque estão chamando a polícia para cá’. Chegaram até a dar tiros em alguns ladrõezinhos de celular, de carteira, de tênis...Então, hoje que está lá...eles não mexem com a gente não, eles vendem e usam as drogas lá, mas não interferem no trabalho da gente não, e a gente acha até uma certa tranquilidade.” (E-06)

Como é possível observar, os parques estão também associados a um sentimento de medo e insegurança, motivado pela ocorrência de vandalismo e o medo de crimes em locais desertos (CHIESURA, 2004). Para Layrargues (2000 p. 14), “muitas vezes as investidas humanas nas áreas que deveriam ser mantidas em boas condições ecológicas, são realizadas por populações marginalizadas, pela absoluta impossibilidade de se utilizarem espaços urbanizados na própria cidade formal”

Não menos importante, a geração de resíduos e a depredação dos equipamentos são problemas recorrentes nestes parques.

As causas dos impactos ambientais negativos citadas pelos entrevistados foram: expansão urbana, questões sócio-econômicas, elevado número de visitantes, falta de diálogo, falta de educação, introdução de espécies exóticas, concessões de terras do parque por decreto, e outros. De acordo com o quadro 3, verifica-se que a falta de

educação e as condições econômicas constituem as causas associadas ao maior número de impactos ambientais apontados pelos técnicos e gestores dos parques estudados. A falta de educação, citada por 5 entrevistados, está associada aos seguintes impactos ambientais: imóveis em situação irregular, retirada dos recursos e depredação de equipamentos. Enquanto as condições econômicas, citadas por 3 pessoas relacionam-se à ocorrência de imóveis em situação irregular, à retirada de recursos e à falta de segurança. A expansão urbana, indicada por 4 pessoas, constitui a causa da presença de imóveis em situação irregular e de poluição nos parques.

Quadro 3: Causa dos impactos ambientais negativos existentes nos parques urbanos (n=9). Salvador, Bahia, Brasil, 2007

Impacto ambiental negativo	Causa dos impactos ambientais negativos							
	A	B	C	D	E	F	G	H
Imóveis em situação irregular	1/9	1/9	-	1/9	1/9	-	2/9	-
Geração de resíduos	-	-	2/9	-	-	-	-	-
Retirada dos recursos	-	1/9	-	-	3/9	1/9	-	-
Falta de segurança	-	1/9	-	-	-	-	-	1/9
Poluição	3/9	-	-	-	-	-	-	-
Depredação dos equipamentos	-	-	-	-	1/9	-	-	-
Legenda: A: Expansão urbana B: Questões sócio-econômicas C: Elevado número de visitantes D: Falta de diálogo com a comunidade E: Falta de educação F: Introdução de espécies exóticas G: Concessões de terras do parque H: Outros								

Em relação às invasões habitacionais deve-se salientar que há uma segregação residencial sustentada pelo mercado da terras, que reproduz as desigualdades sociais. Isto demonstra uma geografia social, elucidada nos impactos gerados nos parques de modo que os empreendimentos de alto valor aquisitivo, construídos irregularmente em áreas do parque estão situados em locais privilegiados esteticamente, enquanto as invasões de moradores excluídos socialmente, “moradores

do desespero econômico”, se inserem nas áreas periféricas do parque, geralmente situados ao fundo dos mesmos (ACSELRAD, 2007).

De acordo com o quadro 4, as ações sugeridas pelos gestores e técnicos para solucionar os impactos ambientais negativos nos parques são: Fiscalização e repressão, Educação ambiental, Formação de um conselho gestor, Ações de recuperação, Estabelecimento de parcerias, Diálogo com a comunidade.

A fiscalização e a repressão, apontadas por 8 respondentes, estão relacionadas à solução dos seguintes impactos: a ocorrência de imóveis em situação irregular, retirada de recursos, falta de segurança e depredação de equipamentos.

As ações de recuperação constituem alternativa útil para resolver a retirada de recursos e a poluição, segundo 03 entrevistados. Embora o cruzamento dos dados relativos as principais impactos negativos (quadro 2) e às causas dos referidos impactos (quadro 3) revele a necessidade do desenvolvimento de ações educativas e da redução das desigualdades sociais para que os problemas ambientais sejam solucionados, a educação ambiental foi citada por apenas dois entrevistados como a solução para o problema da geração de resíduos.

Vista dessa forma, à educação ambiental caberia apenas promover mudanças de comportamento do sujeito em sua relação cotidiana e individualizada com o meio ambiente e com os recursos naturais, pois as questões consideradas sociais demandam outro tipo de metodologia. (QUINTAS, 2004).

Dentre os impactos ambientais negativos, os imóveis em situação irregular e a retirada de recursos são provocados por um número maior de fatores, bem como demandam uma diversidade de ações para que os mesmos sejam solucionados.

Quadro 4: Ações sugeridas para solucionar os impactos ambientais negativos nos parques (n=9). Salvador, Bahia, Brasil, 2007.

Impactos ambiental negativo	Ações sugeridas para solucionar os impactos negativos					
	I	J	L	M	N	O
Imóveis em situação irregular	1/9	-	1/9	-	-	1/9
Geração de resíduos	-	2/9	-	-	-	-
Retirada dos recursos	4/9	-	-	1/9	1/9	-
Falta de segurança	2/9	-	-	-	-	-
Poluição	-	-	-	2/9	-	-
Depredação dos equipamentos	1/9	-	-	-	-	-
Legenda:						
I: Fiscalização e repressão						

J: Educação ambiental

L: Formação de um conselho gestor

M: Ações de recuperação

N: Estabelecimento de parcerias

O: Diálogo com a comunidade

3.5.8 Atividades realizadas no parque com a comunidade

Três parques realizam atividades com a comunidade, enquanto em um dos parques a falta de segurança inviabiliza o desenvolvimento de atividades educativas, segundo os depoentes. Um dos entrevistados relatou a dificuldade de realizar atividades educativas envolvendo a comunidade, o que leva uma atuação aquém do esperado:

“ Nós realizávamos muito, inclusive os funcionários daqui antes eram todos da comunidade. Isso acontecia justamente para integrar a comunidade com o parque, mas mesmo assim foi muito difícil. Aqueles que são da comunidade e trabalham aqui são ameaçados, as pessoas de lá acham que o fato de estarem aqui é para entregar a eles, as coisas que eles fazem de errado. Então, muita gente deixou de trabalhar no parque devido a esta perseguição. Mas já foi feita a educação ambiental com a comunidade, nós chamávamos a comunidade, a associação. Eles vinham e faziam todo este trabalho aqui com a gente (E-09).

Esta afirmativa ratifica o problema da falta de segurança como uma grave questão em relação à gestão de parques urbanos.

A maioria das atividades que os parques realizam são os projetos citados em 66% das entrevistas. Ações como programas, campanhas, cursos e seminários e pesquisas foram citados por poucos entrevistados.

As ações desenvolvidas nos parques Metropolitano do Abaeté, Joventino Silva e Pituaçú, estão caracterizadas no quadro 5, a partir das informações fornecidas pelos gestores e técnicos:

Quadro 5: Ações desenvolvidas nos parques Metropolitan do Abaeté, Joventino Silva e Pituaçu. Salvador, Bahia, Brasil, 2007

Parque	Ação	Público envolvido	Período de realização	Objetivo(s)	Resultado(s) alcançado(s)
Parque Metropolitan o Lagoas e Dunas do Abaeté.	Cursos de conscientização (treinamento): Coleta seletiva, conscientização com relação ao patrimônio do parque (equipamento físico, mas também a fauna e a flora, os recursos hídricos e as dunas.)	Publico interno: funcionários da limpeza e da vigilância patrimonial.	Dois ou três meses por semestre	Conscientizar os funcionários sobre o seu papel na preservação do meio ambiente.	Aumento da conscientização e compreensão do papel de cada funcionário no processo educativo do parque.
	Programa de recuperação de áreas degradadas	Publico interno: terceirizados e /ou, funcionários da Secretaria de Estadual de Meio Ambiente.		Recuperação de áreas degradadas e futuramente, de educação para as pessoas que visitam o parque, ensinar a plantar sementes, a não degradar.	Reconhecimento da organização administrativa do parque pela comunidade. Aproximação da comunidade em relação ao parque.
	Campanha educativa com os ambulantes.	Ambulantes	Contínuo	Deslocar os ambulantes que comercializavam seus produtos nas margens e no interior da lagoa.	Conscientização e deslocamento dos ambulantes. Diminuição do lixo.

	Eventos Culturais: (1) Grupos de Capoeiristas da região; (2) Projeto Cultural Abaeté em Evidência; (3) Projeto Feito Sem Saber (atividades de teatro, coral de natal, palestras para crianças e adolescentes da comunidade).	Artistas da comunidade, crianças e adolescentes da Baixa da Soronha. Aberto ao público em geral.	Sempre que há uma apresentação artística no Abaeté.	(1 e 2) Divulgação dos artistas da comunidade, elevando sua auto-estima; possibilidade de conseguir patrocínio para a carreira artística destas pessoas. (3) Mostrar para os adolescentes a valorização do ser humano. Afastá-los das drogas e de coisas que não trazem benefícios.	Obtenção de ajuda e apoio para os artistas e as crianças, envolvidos no evento (financeiro, alimentação e educação).
Parque da Cidade Joventino Silva	Eventos culturais: (1) Projeto Musica no Parque; (2) Viva Nordeste; (3) Exposição de Carros Antigos	(1 e 3) Aberto ao público. (2) Comunidade do entorno	(1 e 2) quinzenal (3) Uma vez por mês	(1) Atrair um maior fluxo de pessoas para o parque. (2) Apresentar os artistas que estão surgindo na região (3) Mostrar veículos que estiveram em circulação no passado, e que se conservam em condições de uso até os dias atuais ⁴	Aumento do número de visitantes no parque. O Viva Nordeste está suspenso temporariamente.

⁴ Obs: Todos os entrevistados salientaram que as atividades do parque não tem nenhuma chamada para as questões ambientais.

Parque Metropolitan o de Pituacú	Oficinas de jardinagem, viveiros comunitários, e venda de mudas e resto de podas.	Crianças e adolescentes do entorno do parque	Previsão de um ano	Resolver problemas sociais do entorno através da venda do produto, geração de renda para estas crianças. Suprir as necessidades das crianças, e compensar a perda de renda decorrente de não poder extrair seu sustento da lagoa.	Está em fase de implantação, ainda não tem resultados.
	Feira de produtos orgânicos e artesanato	Comunidade do entorno	Vai se tornar permanente em dezembro	Envolver a comunidade do entorno e os visitantes nas atividades do parque.	Maior interesse da comunidade pelo dia-a-dia do parque e participação, contribuindo com suas idéias. Criação de expectativa negativa a parte da população do entorno com relação às questões fundiárias.
	Projeto de tecnologias limpas de obtenção de energia		Contínuo		
	Cinema e Música no Parque.	Pessoas da comunidade que não tem condição de irem a um cinema	Uma vez por mês, mediante divulgação de agenda.	Oferecer lazer às pessoas da comunidade do entorno de modo gratuito.	
	Atividades de saúde e lazer como: Bicicletário, pedalinho, condicionamento físico, posto de atendimento de saúde.	População de Salvador e turistas.	Contínuo	Envolver toda a população e os visitantes nas atividades do parque.	

	Inserção da comunidade do entorno em atividades geradoras de renda (camelôs, estagiários, pessoal da limpeza).	Pessoas de baixa renda da comunidade do entorno.	Contínuo	Gerar renda para a população pobre do entorno e diminuir a violência na comunidade do parque.	Diminuição da violência.
--	--	--	----------	---	--------------------------

Como é possível perceber, a gestão dos parques tem buscado realizar, junto ao público interno e externo, ações visando desde a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura, geração de renda para a comunidade do entorno até a oferta de serviços de saúde e lazer. Deve-se ressaltar que os entrevistados no Parque da Cidade informaram que não há desenvolvimento de nenhuma atividade com vistas à conservação dos recursos naturais.

O gestor do Parque São Bartolomeu relatou a inexistência de ações/atividades coordenadas pela administração do referido parque e pontuou a ocorrência de ritos religiosos do candomblé, por iniciativa da comunidade.

A realização dessas ações têm possibilitado desconstruir a distância que se estabeleceu entre a população e o parque ao longo da sua história, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, desenvolvendo um sentimento de solidariedade e o senso de cuidado com relação ao parque.

Numa perspectiva da utilização dos eventos culturais como ferramenta de educação ambiental, princípios como a valorização da cultura e investimento em uma educação para sociedades sustentáveis podem ser o ponto de partida de um processo de gestão que visa uma revolução paradigmática no cenário ambiental mundial. Chegamos a um ponto em que não mais funciona o estabelecimento de uma fórmula pronta para o alcance da sustentabilidade do planeta, mas há de se entender que devem ser respeitadas as individualidades culturais de cada sociedade, para que se mantenha a sustentabilidade ecológica e social da mesma.

Cultura é um termo de difícil definição, no entanto, poderia ser conceituado como a maneira como concebemos o mundo e interagimos com ele. A cultura engloba todo o nosso sistema de crenças, de valores, de ideologias, de atitudes, de costumes, de práticas produtivas, de instituições e de relações sociais que se desenvolvem ao longo da história e se especificam em diferentes contextos geográficos e ecológicos (UNESCO, 1999; LEFF, 2000).

Deste modo, os princípios de uma “cultura ecológica” que mobilizam e conduzem os processos em direção a uma sociedade sustentável, estão enraizados em racionalidades culturais constituídas pelas diferentes formas de organização simbólica e produtiva dos povos. A degradação ambiental e a destruição de seus recursos, causados pelo processo de crescimento e globalização econômica, dissimulado atualmente pelo propósito de um “desenvolvimento sustentável”, estão associados à desintegração de valores culturais, ideologias e práticas produtivas das sociedades tradicionais (LEFF, 2000).

Assim, ações que visem respeitar e divulgar a cultura local, como os projetos dos parques Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté e Metropolitano de Pituaçu e Joventino Silva, podem ser, além de veículos de promoção social, um campo de diálogo para a construção de uma sociedade sustentável, como ressalta Vecchiatt (2004 p. 94) ao resgatar a importância do fator cultural em todos os setores da sociedade, independente da distância social, econômica e territorial.

“Pensar na cultura como fator de desenvolvimento significa valorizar identidades individuais e coletivas, promover a coesão em comunidades e levar em consideração que as características da cultura podem ser um fator de crescimento em determinado território, como é o caso de diferentes regiões rurais com relação aos produtos agrícolas, seus costumes e paisagens aproveitadas pelo turismo. Assim, não há fronteiras territoriais. A cultura é tão essencial em grandes metrópoles como em áreas rurais. Em cada local, diferentes agentes são envolvidos, com tarefas e formatos variados e, conseqüentemente, resultados distintos. Mas os processos são sempre muito similares, envolvendo, por meio de parcerias de meio e longos prazos, os agentes públicos, privados e do terceiro setor.”

É importante ainda resgatar o papel da cultura na utilização de práticas produtivas que atendam a sustentabilidade ecológica e propiciem a geração de renda para a comunidade.

“... a cultura está integrada dentro das condições gerais de uma produção sustentável; as identidades étnicas e os valores culturais, assim como as práticas comuns para o manejo coletivo da natureza, foram e são a base para o desenvolvimento do potencial ambiental para o desenvolvimento sustentável de cada região e cada comunidade. A cultura se converte em um princípio ativo para o desenvolvimento das forças produtivas em um paradigma alternativo de sustentabilidade; a produtividade ecológica e a inovação tecnológica estão interligadas a processos culturais que definem a produtividade social de cada comunidade; e esta, por sua vez, se une para gerar uma economia global alternativa, fundada nas forças produtivas da natureza e nos sentidos criativos da cultura.” (LEFF, 2000, p.60)

Desta forma, a valorização da cultura constitui pressuposto fundamental em projetos que visam a inserção de práticas sustentáveis em comunidades que habitam o entorno de áreas protegidas, e se encontram muitas vezes em situação de conflito com os objetivos de conservação. Para tanto, uma ferramenta a ser utilizada é a da gestão territorial ambiental e participativa, enquanto uma forma de validar a inserção da cultura nas comunidades.

3.5.9 Programa de Educação Ambiental (PEA)

Atualmente, nenhum dos parques estudados têm um Programa de Educação Ambiental. Não obstante, (78%) dos entrevistados afirmaram que já houve um PEA no parque onde trabalham. Para (22%) dos entrevistados, o PEA está em fase de projeto.

Quanto à pergunta sobre quais as dificuldades encontradas para a implantação de um Programa de Educação Ambiental no parque (figura 7), a questão financeira se mostrou como a principal dificuldade, sendo apontada por 33% dos gestores e técnico, enquanto, 22% dos depoentes, acusaram a carência de recursos humanos. Esta, segundo um dos entrevistados é motivada pela falta de vontade política, senão vejamos:

“nós temos um horto que fornece mudas para toda a cidade de Salvador e estamos sem funcionários para molhar as plantas e elas estão morrendo secas. Antigamente, só de pessoal terceirizado nós tínhamos mais de 26 pessoas aqui. Hoje, só temos 7 pessoas, porque a atual gestão colocou todo mundo para fora e não colocou mais ninguém, a dificuldade é realmente para mim é a vontade política, porque se chegasse alguém aqui com vontade política aqui seria um lugar ótimo para se implantar um programa de educação ambiental” (E-09).

Um índice de 22% não respondeu a esta questão, e igual percentual de entrevistados (22%) respondeu que não poderia enumerar as dificuldades, pois ainda não haviam tentado implantar o PEA no parque em que atuam, conforme resposta a seguir:

“não estamos vendo nenhuma dificuldade em relação à educação ambiental, porque não tentamos fazer. A ação mais próxima de educação ambiental que a gente encontra é a formação do conselho gestor, que não deixa de ser uma atividade de educação ambiental por que a gente traz informação do parque, traz informação da população, discute sobre os problemas, mas não estamos sentindo dificuldades. Acredito que quando da formação de um programa de educação ambiental a gente não sinta dificuldades” (E-04).

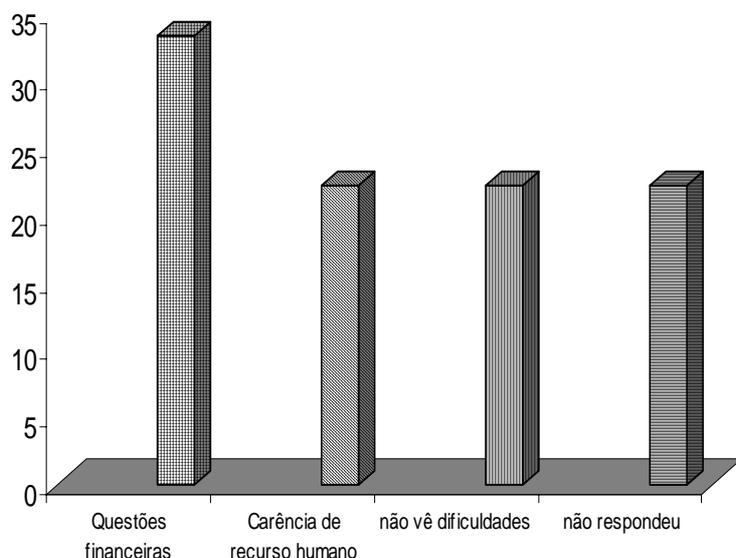


Figura 1 Dificuldades para a implementação do PEA, segundo gestores e técnicos dos parques urbanos (n=9). Salvador, BA, 2007.

Estes resultados

demonstram a dificuldade em

se estabelecer no âmbito das instituições governamentais um entendimento apropriado sobre o papel da educação ambiental na conservação destes parques e na emancipação das comunidades que vivem no seu entorno. Assim como foi expressado por um dos entrevistados (E-09), um dos maiores entraves para a implantação de um PEA em parques urbanos é a questão política, visto que funcionários de determinados cargos públicos são geralmente deslocados a cada nova gestão, tendo seus projetos engavetados devido à substituição dos mesmos.

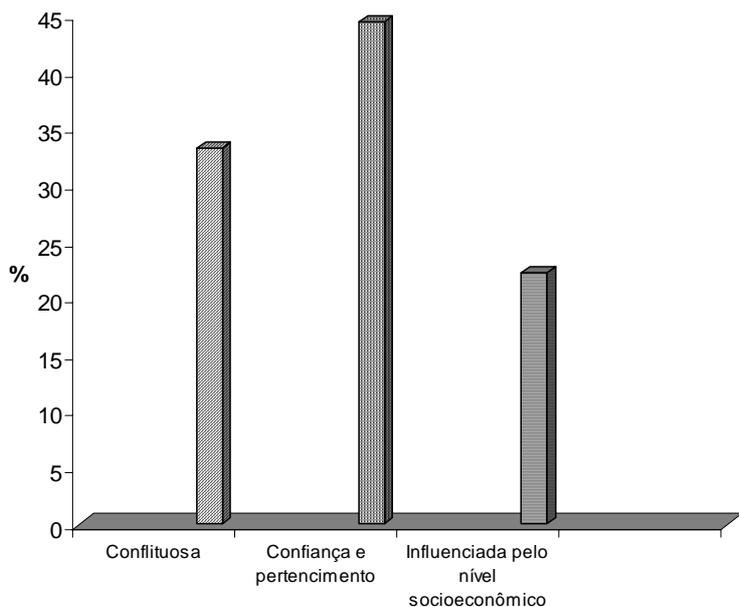


Figura 1 Relação da comunidade com o parque na atualidade, segundo os gestores e técnicos dos parques urbanos. Salvador, Bahia. 2007

3.5.10 Relação da comunidade do entorno com o parque

Segundo 44% dos entrevistados, (figura 8) a relação da comunidade do entorno com o parque, atualmente é de confiança e pertencimento. Este sentimento decorre das ações de valorização do entorno que vêm sendo desenvolvidas nos parques, como assinala o depoimento que se segue:

“A relação é boa, antes eles não tinham a liberdade aqui no parque; hoje eles têm esta liberdade aqui no parque. Por que eles têm esta liberdade? Porque na minha visão eles usam este parque e vivem do movimento de pessoas do parque. Se eles vivem desse movimento de pessoas, eles têm como manter suas atividades econômicas para manter seu sustento e através de uma conversa com eles, os fiz entender que quem usa, preserva. A partir daí, a relação tem sido muito boa, temos feito muitas reuniões com estas pessoas e eles têm gostado muito.” (E-02).

Embora não venham sendo desenvolvidas atividades com a população do entorno, no Parque de São Bartolomeu, o sentimento de pertencimento se dá em função do significado religioso que este parque tem na vida dos habitantes:

“A comunidade frequenta muito o parque, porque como eu disse, eu não sei precisar a quantidade, mas sei que não tem menos de vinte terreiros ali próximos ao Parque de São Bartolomeu, tem vários. Inclusive o Juca Ferreira prometeu ajudar os terreiros próximos, na conservação dos templos, na manutenção dos terreiros. Então, ele prometeu dar uma ajuda substancial a esse pessoal, e ali tem um acesso quase que diário, quase todos os dias eles vão lá, ou porque vão visitar, ou porque vão oferecer oferendas, ou porque vão fazer algum evento, sempre tem. Às vezes, eles nos solicitam que plante algumas plantas, umas árvore típica, nós plantamos, eles pedem para plantar novas árvores; então, sempre acontece esses eventos lá no parque.” (E-06)

Como visto na caracterização dos parques, um fato típico é a diferença econômica entre os vizinhos do parque, por este motivo 22% dos entrevistados entendem que esta relação é influenciada pela condição sócioeconômica, conforme a afirmativa abaixo:

“A relação do pessoal classe A e B é muito boa. Fora casos isolados, eles vêm, dão opiniões, contribuem doando mudas, procurando

informações, visitam a nossa maquete, perguntam sobre o parque, fazem caminhadas desde às 6 horas da manhã. Já a classe C, a relação não é muito boa, por que o interesse deles é de retirar o que podem daqui para obter lucro e até as pessoas que vêm aqui eles furtam; então, o parque para eles só serve para este tipo de ação, vandalismo mesmo, ou porque vão destruir pelo simples prazer de destruir ou porque querem tirar proveito.” (E-05)

Para outros 33% dos gestores e técnicos esta relação é conflituosa, conforme relatado no trecho que se segue:

“As pessoas de bem têm um bom relacionamento com o parque. As pessoas de bem! Mas só que infelizmente aí tem muita gente que não é do bem, e eles ameaçam, ficam fazendo piadinhas pra gente, fazendo gesto como se fosse revólver, ameaçam o gestor dizem que vão matar ele. Isso porque eles acham que o parque pertence a eles, essa briga é por que eles vêm aqui querendo depredar tudo, a gente reclama, eles dizem que o parque é deles. Portanto, essa relação é conturbada.” (E-09)

3.5.11 Conflitos ambientais presentes nos parques

Segundo os gestores e técnicos dos parques urbanos desse estudo, são encontrados conflitos pelo uso do espaço, ações de ambientalistas, e em decorrência da violência. O principal conflito ambiental está relacionado ao uso do espaço (56%), já que estas áreas estão sujeitas à ocorrência de invasões, como já fora discutido antes. Estes dados ratificam a importância dessa questão nos parques urbanos estudados, visto que esta também foi citada como um dos principais impactos negativos do parque. Além do uso da terra para moradia, o uso da terra para criação de animais e plantio de hortas, de forma indiscriminada, foi um dos conflitos relatados pelos entrevistados:

“Nós temos animais soltos na área, bovinos e cavalos e tudo. Tem um criador de bovinos dentro da área que solta os animais e os animais andam soltos por lá, comem tudo e destroem tudo, dentro de vala, fora da vala. Então, tem outras pessoas que estão fazendo um benefício, mas benefício para eles próprios, eles fazem hortas, mas usam a água do esgoto para molhar as hortaliças, alface, agrião, etc, dentro da área do parque. Época de São João é terrível, a gente fica doído atrás desse pessoal, pois eles ficam tirando as madeiras para vender as madeiras pra fogueira, mas quando não tem a seca, eles tiram com bastante antecedência para secar e quando chegar no período eles utilizarem.” (E-06)

Segundo um dos depoentes o conflito relacionado aos ambientalistas existe desde a criação do parque do Abaeté. Devido à concepção de área protegida como natureza intocável (TOZONI-REIS, 2004; CUNHA E COELHO, 2005; DIEGUES, 2000a; BENSUSAN, 2006), cuja presença humana é inadmissível, estes ambientalistas tem se oposto às ações de conservação ocorrentes no parque. O ambientalismo é “concebido como um conjunto de movimentos sociais de múltiplas

orientações e posicionamentos simbólicos e de apropriação material”, são visões que dependem da concepção de ambiente de seus militantes, por esta razão ele pode se dar de modo conflitante e diverso, e não monolítico e harmônico como se espera (LOUREIRO, 2005a).

A violência, também abordada como impacto ambiental negativo foi indicada por 22% dos gestores e técnicos. Senão vejamos:

“Aqui o que mais tem é conflito. Nós somos até ameaçados aqui dentro. Agora mesmo tem uma mangueira e um funcionário foi ameaçado por causa desta mangueira. Ladrões assaltam veículos na avenida e correm para dentro do parque. retirada de areias de dunas para a construção.”
(E-05)

Estes fatos demonstram que o entendimento de um problema ambiental não se dá apenas por seus aspectos ecológicos, “mas também pelo conflito de interesses existente entre os diversos atores sociais em questão” (LAYRARGUES, 2000 p.16).

3.5.11.1 Razões para a existência de conflitos nos parques

Em resposta ao porque acontecem os conflitos, questões ligadas à economia, como o modelo de desenvolvimento capitalista de um lado, e a pobreza de outro, são apontadas pelos entrevistados (45%) como principal causa dos conflitos ambientais. Considerando que o conflito pelo uso do espaço, seja por especulações imobiliárias para a construção de condomínios de luxo, ou por moradias irregulares que serve de abrigo para quem não tem onde morar, foi indicado como o principal conflito existente nos parques, estes dados apontam a necessidade da ocorrência de mudanças estruturais na sociedade como fundamental a solução dos mesmos.

A falta de conhecimento e de oportunidades educacionais foi apontada como segundo principal motivo para a ocorrência de conflitos segundo 33% dos técnicos e gestores.

A análise dos dados demonstra a existência de uma percepção divergente de interesse, ou disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relações por eles mantidas com seu meio natural caracterizando a situação de conflito, (PERSSON, 2006; CUNHA, 2003, LAYRARGUES, 2000), a qual evidencia:

três dimensões básicas a serem consideradas no entendimento e na análise destes conflitos: o mundo biofísico e os ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico, interdependente entre estes dois mundos. Ocorrem conflitos pelo controle dos recursos naturais, conflitos derivados dos impactos ambientais e sociais decorrentes de determinados usos, e também aqueles ligados aos usos e apropriações dos conhecimentos ambientais. CUNHA (2003 p. 83)

Neste sentido é importante que os gestores e técnicos que atuam nos parques urbanos considerem a oposição entre as partes interessadas a respeito dos

valores, os interesses, qualidades pessoais, ao argumento profissional ou o papel (PERSSON, 2006) nas ações de planejamento e gestão ambientais.

O reconhecimento da existência de conflitos nos parques não significa, em uma perspectiva democrática e dialógica, que seja impossível ocorrer negociações e busca de consensos que resultem na resolução de um problema identificado, mas sim compreender que os acordos se dão em uma base conflitiva na qual nos movemos e que a capacidade de buscar o diálogo, a aproximação e o respeito define o amadurecimento da participação social e política existente em uma sociedade (LOUREIRO 2005a).

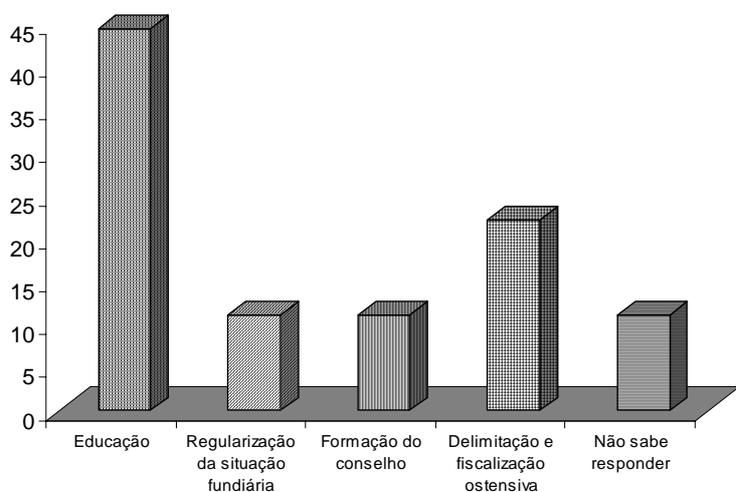


Figura 1 Ações para negociar os conflitos ambientais nos parques, segundo os gestores e técnicos dos parques urbanos. Salvador, Bahia. 2007

3.5.11.2 Ações para a negociação dos conflitos no parque

No sentido de negociar os conflitos ambientais os entrevistados sugeriram ações tais como: atividades educativas, regularização da situação fundiária, formação do conselho gestor, a delimitação e fiscalização ostensiva dos parques. Esta

última, citada por 22% dos depoentes, de acordo com a figura 9, evidencia uma perspectiva arbitrária e preser vacionista, orientando a gestão do parque e a resolução das questões ambientais.

Numa abordagem preservacionista, conservar a biodiversidade significa minimizar futuras extinções, preservando intactos os processos vitais que mantêm a diversidade biológica em ecossistemas livres de distúrbios. Desta forma, suas propostas insistem na delimitação de áreas em que a presença humana seja proibida e argumentam em favor da internacionalização da proteção da natureza, sob os cuidados de uma instituição supranacional, com fundos dos países desenvolvidos e com força policial para evitar ataques externos às áreas protegidas (CUNHA e COELHO, 2005).

A educação ambiental foi reconhecida por 45% dos entrevistados como a principal ação a ser implementada na resolução dos conflitos ambientais. Temos plena convicção de que:

A educação é um dos meios humanos que garantem aos sujeitos, por maior que seja o estado de miséria material e espiritual e os limites de

opções dados pelas condições de vida, o sentido de realização ao atuar na história modificando-a e sendo modificados no processo de construção de alternativas ao modo como nos organizamos e vivemos em sociedade.(LOUREIRO, 2005b, p. 1490)

A partir de um planejamento participativo em educação ambiental que considere o “lugar” a partir do qual cada grupo social interage no ambiente será possível, o enfrentamento do conflito, tendo por base as potencialidades locais e os pontos de aglutinação dos grupos sociais inseridos em uma determinada situação, gerando, dessa forma, processo social, econômico e de preservação ambiental, viáveis e adequados às necessidades dos atores envolvidos.

Dentro desta abordagem, é especialmente útil a sequência de seis passos para a transformação de um conflito, sugerida por Loureiro (2005 a, p. 22):

... identificação e definição do conflito; clarificação do que é constitutivo do problema e do conflito, segundo a perspectiva das partes envolvidas; geração de processo que resultem em idéias e alternativas; avaliação coletiva das alternativas criadas, a partir de critérios definidos e aceitos pelos atores sociais; negociação das bases que assegurem o cumprimento do que for acordado; realização de ações planejadas, reconhecendo o esforço das partes e estabelecendo os métodos de avaliação e monitoramento do processo.

Com isso, pode-se inferir que a gestão ambiental participativa tem uma contribuição importante nessa mudança de paradigma. Ao se propor a gestão ambiental, torna-se um pressuposto pensar em meio ambiente como um bem comum. O enfoque da gestão ambiental deve ser sistêmico, considerando as partes e o todo, entendendo que a visão mecanicista, reducionista, não é eficaz para a gestão de realidades que são sistêmicas, complexas, interativas e interdependentes. Desta forma, o que se concebe é a gestão ambiental como um processo de negociação entre forças convergentes e divergentes, que se manifesta no espaço da participação, que atua na construção realidade sócio-ambiental (GUIMARÃES, 2003).

Vale salientar que a participação na negociação de conflitos representa e possibilita a ação interativa entre as forças que se complementam e se contrapõem numa realidade vista como totalidade. Portanto, é fundamental a conquista de mecanismos participativos para a gestão, que garanta a participação dos segmentos sociais mais fragilizados (movimentos populares) no processo de negociação (relações desiguais de poder), já que os setores públicos e privados têm maior capacidade de ocupar o espaço da participação no processo de gestão. Ou seja, significa a ampliação do espaço democrático em nossa sociedade (GUIMARÃES op cit.).

De forma equivocada, a participação pública tem sido expressa em termos de sugestões feitas ou reclamações sobre planos que já tenham sido aprovados.(PERSSON, 2006). No entanto, uma conservação mais sustentável, com todas as suas incertezas e complexidades, não pode ser considerada sem que todos os atores estejam envolvidos nos processos contínuos de aprendizado (PIMBERT e PRETTY, 2000). É nessa instância que se insere a Educação Ambiental como um instrumento potencial de gestão, por sua capacidade de intervir no processo de construção social da realidade (GUIMARÃES, 2003).

No sentido da resolução de conflitos entre uma unidade de conservação e a comunidade que habita o seu entorno a formação de um conselho gestor, citado por 11% dos respondentes, tem um papel muito importante. Os conselhos gestores em unidades de conservação como espaços públicos são definidos por lei como o caminho político para uma gestão integrada e democrática.

3.5.12 Importância da educação ambiental no relacionamento da comunidade do entorno com o parque

As categorias que emergiram dos depoimentos dos gestores e técnicos dos parques urbanos de Salvador, demonstram que, segundo os entrevistados, a educação ambiental é importante na aquisição de conhecimento aliado às mudanças de comportamento (22%), na integração entre a comunidade e o parque (45%) e como alternativa para a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento econômico e para as gerações futuras(22%). Um dos entrevistados reconhece a importância da educação ambiental no parque onde trabalha, mas afirma que, pelas dificuldades encontradas esta se torna difícil de ser implementada.

Considerando as percepções dos técnicos e gestores como subsídios para a formulação de um programa de educação ambiental destinado aos parques urbanos, é importante distinguir as formas segundo as quais pode ser desenvolvida esta práxis. Primeiro, a educação para a **gestão e controle ambiental** que serve predominantemente ao interesse técnico, é baseada na ciência empírica-analítica e está em coerência com a noção de educação **sobre** o ambiente. Esta perspectiva da práxis da Educação Ambiental, estabelece o sujeito ecológico como fundamental (SANTOS et al, 2000). De acordo com Sato (1997 p.186), “é a concepção positivista que favorece a aquisição de experiências e conhecimentos na área natural e seus problemas correlatos (ênfase no domínio cognitivo)”. A noção de educação ambiental como uma educação sobre o ambiente demonstra claramente a base de certas práticas, cujo maior interesse é transmitir conhecimentos como forma de

conservação das espécies. Um “jargão” bastante conhecido deste tipo de práxis é o do “conhecer para preservar”.

A segunda forma, a educação para a **conscientização e interpretação ambiental**, serve predominantemente ao interesse prático, e tem como base a ciência hermenêutica e interpretativa. A noção mais coerente para sua práxis é a da educação **no** ambiente. Práticas de ecoturismo, visitação a parques e áreas protegidas, se pautam neste pensamento. Os envolvidos obtêm principalmente conscientização, mas nem sempre são levados a desenvolver conhecimento, competência, responsabilidade e ação. A perspectiva da educação no ambiente, dentro da concepção construtivista, “desperta valores e motivações que considerem um ambiente mais adequado e com utilização de atividades no ambiente imediato (afetivo)” (HUCKLE, 1993; SANTOS *et al*, 2000; SATO, 1997).

A terceira perspectiva está relacionada à **educação para a sustentabilidade**. Conforme discutido neste documento, esta concepção serve predominantemente ao interesse emancipatório e está baseada na ciência crítica. Neste caso, a noção mais coerente da práxis de educação ambiental é a educação **para** o ambiente. Isto pressupõe, que a Educação Ambiental deve ser crítica, intencional e deve permitir a participação **para** o ambiente. As práticas derivadas desta perspectiva estimulam a assunção de uma posição política pelos envolvidos, vistos como cidadãos e construtores da sua realidade. Os indivíduos envolvidos são conscientizados, adquirem conhecimento, competência, responsabilidade e capacidade de ação, podendo se tornarem multiplicadores do processo. Para Sato (1997, p.187) “é a vertente reconstrutivista que promove a aquisição de habilidades e competências para agir e resolver os problemas ambientais (ênfase na participação).”

3.5.13 Concepção de Meio Ambiente

As representações sociais de meio ambiente dos entrevistados foram classificadas em três categorias, estabelecidas a partir das concepções da relação ser humano-natureza definidas por Tozoni-Reis (2004) (sujeito natural, sujeito cognoscente e sujeito histórico) e os contextos natural, técnico e sócio-histórico de Brügger (2004).

A partir da análise respostas dos entrevistados podemos chegar aos seguintes resultados: 50% possuem uma concepção **cognoscente**, 25 % concepção **natural** e 25% concepção **sócio-histórica**.

As frases abaixo denotam uma concepção natural de ambiente:

1. “Meio Ambiente é toda essa vegetação preservada. Existe um pouco de poluição que não deveria existir, por causa dos carros da avenida e dos carros que entram aqui. Além disso, nós temos ainda um esgoto aberto, próximo ao portão aberto; ali tem um mal cheiro terrível isso contribui negativamente para que nós tenhamos um meio ambiente sadio.” (E-05)

2.” Meio ambiente pra mim é vida, não existe nada melhor do que a gente respirar um ar puro, num lugar de área verde onde a gente possa estar observando a natureza, então eu acho que é vida (E-08)

Esta concepção de meio ambiente pressupõe a igualdade entre todos os elementos da natureza como condição para voltar ao equilíbrio natural. O ser humano é representado como um “vilão” que necessita reencontrar seu lugar, naturalmente determinado. Esta concepção é adotada pelos preservacionistas, cuja visão da integração ser humano- natureza é a volta do mesmo ao “paraíso perdido” (TOZONI-REIS, 2004; CUNHA e COELHO, 2005; DIEGUES, 2000 a; BENSUSAN, 2006). A relação com o ambiente é determinada pela vontade subjetiva dos indivíduos (TOZONI-REIS, 2004).

Expressões como “vegetação preservada”, “poluição que não devia existir”, “meio ambiente é vida”, “area verde”, e “natureza”, fazem parte do núcleo das representações sociais destes indivíduos, atendendo a um pressuposto naturalista e preservacionista em suas ações. Deste modo, as estratégias de conservação adotadas por tais indivíduos terá sempre um caráter preservacionista. A expectativa quanto a atuação dos diversos atores sociais no processo de educação ambiental se dará dentro desta perspectiva de forma conservadora, como será visto adiante, influenciando uma praxis de educação no ambiente, reduzida a atividades de conscientização e interpretação ambiental.

A concepção cognoscente foi encontrada em respostas semelhantes às registradas abaixo:

“Antes eu tinha uma visão muito superficial; antes de estar trabalhando com esta questão, ambiente para mim não significava nada, era uma questão secundária. Hoje o meio ambiente para mim, é importante em todos os aspectos, de biodiversidade. A biodiversidade é o que nos mantêm vivos. Quanto maior a quantidade de espécies neste planeta vai se manter o equilíbrio em todas as circunstâncias ambientais, que são extremamente necessários, primeiro para garantir a minha vida. Eu preciso de um teor de oxigênio de 18 a 21% para poder respirar com qualidade; eu preciso ter água de qualidade para atender as minhas necessidades fisiológicas de beber água e produzir os meus alimentos. Eu preciso de solo, um solo com a fertilidade necessária para poder produzir os alimentos que vão atender a minha demanda de necessidade. Não estamos falando de ... estamos falando só de necessidades. Se este meio ambiente não estiver em equilíbrio as minhas necessidades, as de meus semelhantes, de meus filhos e de minha família estarão comprometidas.” (E-01)

“Acho que o meu ambiente significa exatamente tudo, ... A partir do momento que você cuida de uma simples árvore ..., você está ajudando salvar o planeta. São simples ações como essa, meio ambiente é exatamente o fato de fazer simples ações como essa, de melhoria ao meio ambiente; você consegue mudar parte de um país, mudar parte do mundo. Acho que as pessoas estão dormindo ainda quando se fala em meio ambiente; poucos sabem, mas a água está acabando. As pessoas não conhecem o que é efeito estufa, aquecimento global, mudanças climáticas que são coisas totalmente diferentes. As pessoas esquecem de estudar isso aí e estão deixando a oportunidade passar, esquecendo que elas vão ter filhos, vão ter netos que, de repente, não alcance isso aí, não alcance a história que ele deixou. Então, nos conscientizar e salvar o planeta o quanto antes para não termos um futuro duvidoso.(E-07)

Nesta concepção de meio ambiente, a *cognoscente*, o conhecimento é considerado como mediador da relação ser humano-natureza, de forma imediata, direta, automática e mecânica. Esta tendência revela um caráter utilitarista, o ambiente é um recurso para a sobrevivência da relação dos indivíduos com o ambiente. De acordo com Sauv  (1997), a concepção de *ambiente como recurso*, visto como algo a ser gerenciado e como mantenedor da qualidade de vida. O ambiente passa a ser um “super-mercado” gratuito, disponível para suprir as necessidades do ser humano. Os princípios do desenvolvimento sustentável, pressupostos pela Comissão de Brundtland (1987) estão baseados nesta concepção, devido à referência de que devemos tomar decisões corretas para assegurar os recursos para a geração atual e futura.

As características definidoras dessa concepção são encontradas no núcleo das representações destes entrevistados em frases tais como: *“Se este meio ambiente não estiver em equilíbrio as minhas necessidades, as de meus semelhantes, de meus filhos e de minha família estarão comprometidas.”* e *“as pessoas não conhecem o que é efeito estufa, aquecimento global, mudanças climáticas que são coisas totalmente diferentes, as pessoas esquecem de estudar”*

Pensamentos como estes refletem uma estratégia conservacionista tradicional. De acordo com Cunha e Coelho (2005), as diferenças na abordagem conservacionista em relação ao paradigma preservacionista para a proteção ambiental podem ser resumidas em cinco aspectos centrais: (1) as comunidades locais deixam de ser vistas como saqueadoras da natureza, passando a ser valorizadas pelas suas práticas e culturas como atores sociais importantes para a conservação dos recursos naturais; (2) a natureza passa a ser concebida como recurso e as estratégias de conservação passam a se basear na noção de manejo sustentado; (3) os agentes da sociedade civil adquirem um papel de colaboradores das instâncias governamentais na elaboração da políticas e da gestão ambiental,

clamando por estruturas mais participativas de tomada de decisão; (4) a distribuição de custos e benefícios entre grupos sociais distintos passa a ser uma preocupação do movimento ambientalista.

Com relação a práxis da educação ambiental, geralmente os projetos fomentados por tal concepção são baseados num processo educativo sobre o ambiente, eminentemente traduzido em ações de gestão e controle ambiental.

Não obstante o que foi discutido anteriormente, esta pesquisa quer elucidar uma concepção de meio ambiente que é marcada pelo entendimento da inserção do ser humano mediada pelas condições históricas, políticas, sociais, econômicas e culturais. Como explicita Brügger (2004, p.56),

“ Embora a expressão “meio ambiente” seja amplamente confundida com natureza, mesmo nos meios acadêmicos, a questão ambiental diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza – qualquer sociedade e qualquer natureza -, e isso inclui também as relações dos seres humanos entre si. Incluindo as relações dos seres humanos entre si e destes com a natureza...”

A resposta abaixo, reflete esta idéia:

“Meio Ambiente pra mim é todo mundo, é tudo que existe, eu não consigo ver a preservação, sem a preservação do ser humano e vice-versa. Eu acho que a gente não pode trabalhar o meio ambiente; só o meio ambiente, a gente tem que trabalhar o ambiente como um todo. A gente tem que trabalhar também as pessoas; a gente deve ter responsabilidade com o meio ambiente e também ter responsabilidade com as pessoas, com o ser humano. Então, você não vai gostar mais de um animal, mais de uma planta do que de um ser humano; por isso, em algumas coisas, eu não sigo muito rente com o pessoal que trabalha com meio ambiente. Por que existe um radicalismo quando se trata do meio ambiente, porque meio ambiente é só animal e planta, esses tem que ser protegidos. Mas o ser humano que está passando necessidade e que não tem esta necessidade, não tem este respeito; mas como é que você respeita a fauna e a flora e não respeita o ser humano? Eu acho que tudo isso é o conjunto, eu acho que deve ser o todo não a metade.” (E-02)

A concepção sócio-histórica de meio ambiente indica a relação marcada pela intencionalidade dos sujeitos. Nesta concepção estão presentes as condições históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais. A idéia síntese é que essa relação é construída pelas relações sociais, onde a história e a cultura são condicionantes e mediadoras, conferindo-lhe um caráter sócio-histórico. Por ser uma relação marcada pela intencionalidade dos sujeitos na conservação ou na geração de impactos, o desenvolvimento de tecnologias aparece como um instrumento desta relação, estabelecendo a relação entre a cultura e a história (TOZONI-REIS, 2004).

No trecho do depoimento visto acima pode ser observada a preocupação do entrevistado com a predominância das concepções natural e cognoscente, entre os ambientalistas, mencionados, nesta fala como *radicalismo*. O ambiente em sua concepção natural e cognoscente afasta o ser humano dos objetivos da conservação, levando-os muitas vezes a encarar a conservação da biodiversidade como inimiga. Uma perspectiva que evidencia preocupação com o ser humano enquanto sujeito histórico poderá ter resultados mais eficientes no sentido da conservação ambiental.

Deste modo, a abordagem de educação ambiental se fará de forma crítica, emancipatória e transformadora. Sua praxis estimulará programas educacionais para o ambiente, gerando responsabilidade e reflexão entre as partes envolvidas.

O cruzamento dos dados referentes às ações de conservação desenvolvidas nos parques estudados (vide item 3.5.2 Caracterização dos Parques e seu entorno) e às concepções de meio ambiente dos entrevistados permite inferir que a concepção de meio ambiente dos gestores e técnicos que ali atuam influencia a definição/planejamento das atividades voltadas à conservação desenvolvidas no âmbito dos parques urbanos.

3.5.14 Concepção de Educação Ambiental

A concepção dos entrevistados de educação ambiental dos entrevistados reflete as concepções de meio ambiente que os mesmos possuem. A partir dos resultados, podemos ver que, embora 25% dos entrevistados apresentem uma concepção sócio-histórica de meio ambiente, apenas 13% têm uma concepção emancipatória de educação ambiental. Provavelmente este resultado a ineficiência dos cursos de formação em educação ambiental. Sendo assim, 87% dos entrevistados têm uma concepção **conservadora** da educação ambiental, caracterizada pela abordagem superficial das relações sociais e de poder; pouca ênfase nos aspectos políticos e históricos; falta de entendimento dialético da relação sociedade-natureza, na qual os aspectos naturais e sociais são tratados como esferas distintas; baixa problematização da realidade; sobrevalorização das soluções tecnológicas e do conhecimento científico; e, ênfase na educação como processo comportamentalista e moral, baseada em vivências práticas ou alternativas de cunho místico (LOUREIRO, 2005 a e b). Senão vejamos:

“Educação ambiental pra mim deveria ser uma coisa prioritária, deveria ser uma coisa a ser tratada todos os dias, desde a casa da gente. Começar a separar o lixo, a gente não tem o costume de nada disso; se joga bateria até de celular, pois eu já vi muito no lixo. Então tudo isso aí

está embutido para prejudicar o futuro, prejudicando os solos, a humanidade, tudo isso. Então, a educação ambiental para mim é muito importante, acho que na minha vida é fundamental. Começa de casa, é separar as coisas, o que é lâmpada é com lâmpada, bateria com bateria, orgânico com orgânico. A gente tem que começar de dentro de casa; quando a gente começar a educação ambiental dentro de casa, a gente vai entender melhor as coisas. Acho que os meios de comunicação, a tv, o rádio deveriam todos os dias deveriam falar sobre educação ambiental.” (E-09)

Como é possível perceber o núcleo das representações sociais desta resposta está na mudança de comportamento, muito enfatizada na concepção conservacionista.

Por outro lado, a educação ambiental para uma gestão sustentável dos parques urbanos de Salvador proposta neste estudo é a emancipatória. A educação ambiental **emancipatória**, que também pode ser chamada crítica ou transformadora é caracterizada pela abordagem política na busca da realização da autonomia e liberdade humana em sociedade, de modo a redefinir a relação do ser humano com as demais espécies e com o planeta. A educação ambiental emancipatória torna pública as questões ambientais, entendidas como inerentemente sociais e históricas. Pauta-se na valorização da democracia e do diálogo na explicitação dos conflitos ambientais, em busca de alternativas que considerem o conhecimento científico, o conhecimento popular, as manifestações culturais e uma nova ética nas relações sociedade – natureza.

É a ferramenta, o processo extremamente importante pra gente conhecer estas pessoas que vivem aqui há 10, 20, 30, 40, 50 anos. É dialogar com elas, estabelecer um canal de comunicação, trazer mais informações do parque para estas pessoas, ouvir sobre o pensamento que elas tem sobre esta área, o sentimento que elas tem e tentar integrar estes saberes. É o que a secretária propõe como gestão, montar esta gestão integrada, acho que a educação ambiental é o caminho para se montar esta gestão integrada para o parque. Acho que a educação ambiental tem este papel e vai ajudar muito a gente se for pensada com este viés, estar integrando conhecimentos e saberes e estar propondo soluções e propostas, não só pela SEMARH, mas ouvindo sempre e considerando sempre a comunidade como um todo. (E-04)

A ênfase na participação social e no exercício da cidadania e a preocupação concreta em estimular o debate e o diálogo entre ciências e cultura popular, redefinindo objetos de estudos e saberes são outras características da educação ambiental emancipatória. O entendimento de alguns processos se torna indissociado como: produção e consumo, ética, tecnologia e contexto sócio-histórico; interesses privados e interesses públicos. Há também uma busca de ruptura e transformação dos valores e práticas sociais contrários ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade. (LOUREIRO, 2005 a e b).

3.6. Considerações finais

As conclusões obtidas a partir da análise das representações sociais dos gestores e técnicos dos quatro parques envolvidos no estudo estão apresentadas a seguir, considerando os objetivos da pesquisa.

Na fase exploratória desta pesquisa podemos constatar que muitos dos parques criados no município de Salvador não tem um funcionamento efetivo, ou porque não foi implementado ou porque não dispõe de uma administração atual. Sendo considerados como parques de papel. Por entender que estas áreas são de grande relevância ecológica e de grande importância para a cidade, sugerimos a formulação de políticas públicas que viabilizem a implementação e o funcionamento destes parques.

Possivelmente estes fatores estejam ligados ao próprio perfil dos órgãos que os administra. As equipes gestoras dos parques ligados à administração estadual é relativamente recente, visto que a maioria dos entrevistados foram alocados para estes parques na administração atual. Quanto aos parques de administração municipal, estes são administrados pela Secretaria de Transportes e Infra-estrutura, dessa forma, evidencia-se que, para uma melhor efetividade da gestão destes parques, os mesmos deveriam ser transferidos para competência da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente do município de Salvador.

A criação dos parques Metropolitano de Pituacú, Joventino Silva, Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté, e, de São Bartolomeu foi pautada no paradigma preservacionista, visando conservar áreas remanescentes da mata atlântica, dunas e restingas, afetadas pelos impactos ambientais negativos decorrentes da urbanização da cidade de Salvador.

A diversidade de formação profissional dos gestores e técnicos que atuam nos referidos parques, remete ao caráter interdisciplinar da questão ambiental, cuja abordagem exige a contribuição de diferentes áreas do conhecimento. Possivelmente, a ausência de formação em educação ambiental, associada às representações sociais de meio ambiente baseadas na concepção natural e cognoscente, e, de educação ambiental pautada na perspectiva conservadora, bem como o paradigma que orientou o processo de criação desses parques urbanos, se expressam em uma abordagem preservacionista no processo de gestão destas unidades de conservação.

A predominância da concepção cognoscente de meio ambiente entre os entrevistados, evidenciada pela visão utilitarista do mesmo, explica a importância

para a manutenção da qualidade de vida e para as gerações futuras atribuída aos parques urbanos.

A existência de imóveis em situação irregular, caracterizada por invasões habitacionais, e a retirada de recursos têm se constituído historicamente nos principais impactos ambientais negativos presentes nos parques, estabelecendo uma situação de conflito com a comunidade do entorno. Como reflexo dessa relação conflituosa, o sentimento de medo gerado pela falta de segurança, denunciado como o segundo principal impacto ambiental negativo nos parques tem preocupado os gestores e técnicos.

Apesar da falta de educação, da expansão urbana e das condições econômicas terem sido indicadas como as razões para a ocorrência dos impactos ambientais negativos presentes nos parques, os gestores e técnicos elegeram as ações de fiscalização, repressão e recuperação como as mais eficientes para solucionar os referidos impactos, ratificando a predominância da concepção preservacionista na gestão de unidades de conservação, entre os entrevistados.

Segundo os entrevistados, a realização de atividades com a comunidade por parte dos parques, visando a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura, a geração de renda e a oferta de serviços de saúde e lazer têm contribuído para o desenvolvimento do sentido de confiança e pertencimento pela comunidade do entorno e visitantes em relação ao parque, influenciando positivamente no relacionamento daquela com o parque.

Com relação à implementação de eventos culturais no espaço dos parques estudados, estes podem se constituir em veículos de promoção social e em ferramenta de educação ambiental, possibilitando deflagrar um processo de gestão territorial ambiental participativa, fundado na valorização da cultura e concretizado na inserção de práticas sustentáveis envolvendo a comunidade do entorno.

Embora os gestores e técnicos reconheçam a importância da educação ambiental na mediação do relacionamento da comunidade do entorno com o parque, apontando-a como a principal ação a ser implementada na resolução dos conflitos vivenciados nos parques, nenhum deles desenvolve um Programa de Educação Ambiental na atualidade. Não obstante a carência de recursos financeiros e humanos, que dificultam a implementação de um Programa de Educação Ambiental, este fato sugere que o potencial dessa prática educativa no tratamento das questões evidenciadas não tem sido devidamente valorizado pelos entrevistados.

No sentido de fomentar a gestão ambiental participativa, enquanto um campo dialógico para a negociação de conflitos e a construção de sociedades sustentáveis,

este trabalho investigatório deverá ser ampliado, incluindo o desenvolvimento de pesquisa de representações sociais da comunidade do entorno, comunidade visitante e ambientalistas com os respectivos parques.

Finalmente, os dados analisados indicam a necessidade de realização de um curso de formação em educação ambiental dirigido aos gestores e técnicos, possibilitando superar a perspectiva conservadora de educação ambiental, predominante entre os entrevistados. Desse modo, estes seriam instrumentalizados para o desenvolvimento de ações educativas junto à comunidade do entorno, numa perspectiva emancipatória, visando construir coletivamente um processo de gestão territorial ambiental participativa nas unidades de conservação.

A prática da educação ambiental emancipatória, pautada na análise das dimensões históricas, sociais e políticas da questão ambiental e na valorização da democracia e do diálogo na explicitação dos conflitos viabilizaria o amadurecimento da participação social e política da comunidade e a negociação de alternativas sustentáveis de gestão dos parques estudados.

Além disso, a constituição de um fórum de gestores seria uma iniciativa importante no sentido de oportunizar o compartilhamento de experiências e fomentar a construção de uma gestão participativa com os diversos atores envolvidos com os parques.

3.7 Referências:

- ACSELRAD, Henri. 2007. Vigiar e Unir – a agenda da sustentabilidade urbana? In: **Revista Veracidade**. Salvador, ano 2, nº2, jul.. Disponível em: http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=6 Acesso em: 19 outubro 2007
- AMARAL, Weber A. N. et al. Políticas Públicas em Biodiversidade: conservação e uso sustentado no país da megadiversidade. **International Studies on Law and Education**, nº1, 1999. Disponível em: http://www.hottopos.com/harvard1/politicas_publicas_em_biodiversi.htm. Acesso em 23 de dezembro de 2007.
- ANGEOLETTO, Fabio. 2002. A atuação de gestões municipais e organizações não-governamentais no Parque Metropolitano de Pirajá (Salvador, BA). **Caderno CEAS: Salvador**, nº 199, 43-57, mar/abr,.
- ARAÚJO, Cristiano, et al. 2003. Fungos micorrízicos arbusculares em espécies de Melastomataceae no Parque Metropolitano de Pituáçu, Salvador - Bahia – Brasil. In: **Sitientibus série Ciências Biológicas** v.3 nº8 115–119..
- BABBIE, Earl. 1999. **Métodos de pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 519p.
- BARBIN, Henrique S. 1999. **Estudos das transformações na conformação dos maciços arbóreo-arbustivos do parque da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – Universidade de São Paulo, através de fotografias aéreas verticais e levantamento florístico de épocas distintas**. 1999. 94p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba,
- BENSUSAN, Nurit. 2006. **Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 176p.
- BAHIA. **Lei Nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências. Disponível em: < www.grh.ufba.br/download/2005.2/Lei10431.pdf > Acesso em 3 outubro 2007
- BAHIA. **Resolução N.º1.660 de 22 de maio de 1998**. Aprova o Plano de Manejo e o Zoneamento da Área de Proteção Ambiental das Lagoas e Dunas do Abaeté.
- BRASIL. **Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>> Acesso em 17 abril 2005
- BRÜGGER, 2004. Paula. **Educação ou adiestramento ambiental**. 3 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 200p.
- CARVALHO, Isabel. 2005. Discutindo a educação ambiental a partir do diagnóstico em quatro ecossistemas no Brasil. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 2, 301-313, maio/ago.
- CHIESURA, Anna. 2004. The role of urban for the sustainable city. **Landscape and Urban Planning**, n. 68, 129-138
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). 1991. **Nosso Futuro Comum**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,.
- CUNHA, Ícaro. 2003 Conflito ambiental em águas costeiras: Relação porto – cidade no Canal de São Sebastião. **Ambiente & Sociedade** – v. 6, nº. 2, 84-97, jul./dez
- CUNHA, Luís, H. e COELHO, Mª Cecília N. 2005. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, Sandra B. e GUERRA, Antonio J. T. (org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 2ª ed. p.43-79 Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,
- DIEGUES, Antonio Carlos, 2000a **O Mito da Natureza Intocada**. 3 ed, São Paulo: HUCITEC/NUPAUB – USP, . p.161

- _____.2000b. Etnoconservação da Natureza: Enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antonio C(org.) **Etnoconservação: Novos Rumos para a Conservação da Natureza**. p 1 – 44, São Paulo: HUCITEC/NUPAUB – USP
- ECOPLAM.1999, **Intervenção no Parque Joventino Silva**: estudo preliminar de impacto ambiental. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, agosto, 71p.
- FRANCO, Maria L. P. B. 2005. **Análise de conteúdo**. 2ª ed. Brasília: Líber Livre Editora, 79p.
- GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental e a Gestão para a Sustentabilidade. 2003 In. SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michèle - **A Contribuição a Educação Ambiental à Esperança de Pandora**.2 ed. p. 184 -195, São Carlos: RiMa Editora
- _____. Armadilha paradigmática na educação ambiental. 2006. In: LOUREIRO, Carlos F. et al. (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. p.15-29. São Paulo: Cortez.
- HUCKLE, John. Environmental education and sustainability: A view from critical theory. In: FIEN, John (ed). **Environmental Education: a pathway to sustainability**. Disponível em:<<http://john.huckle.org.uk/download/2406/Huckle93Oz.doc>> Acesso em: 20/09/2006
- JOLLIVET, Marcel; PAVÉ, Alain. 1997.O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: VIEIRA, Paulo F.; WEBER, Jacques (org.) **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez
- LAYRARGUES, Philippe P.2002. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos sócioambientais.In: LOUREIRO, C. F. B et al. (orgs). **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. 3 ed. São Paulo: Cortez.
- LEFF, Enrique. 2000. Espacio, lugar y tiempo: la reapropiación social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidad ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Editora da UFPR, n. 1, 57-69, jan-jun.
- LOBODA, Carlos R.; DE ANGELIS, Bruno L.D. 2005. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência - Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**, Guarapava, v. 1 nº 1, 125-139 Jan/Jun. Disponível em: <www.unicentro.br/editora/revistas/ambiencia/v1n1/artigo%20125-139.pdf >Acesso em 9 novembro 2007
- LOUREIRO, Carlos F. B. (org.) 2005ª. **Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação**. 2ª ed, Rio de Janeiro:Ibama, 60p.
- _____. 2005b. Complexidade e Dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, 1473-1494, Set./Dez., Disponível em<<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 8 maio 2007
- _____.2004. Educação Ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. In: **Gestão em Ação**, Salvador, v.7, n.1, jan/abr.
- _____. 2006. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos F. et al. (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. p. 104-161, São Paulo: Cortez.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. 1986. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU
- MILLER Jr, G. T. 2007.**Ciência Ambiental**. São Paulo: Thomson Learning.
- MINAYO, Maria C.S.(org.) et al. 2002. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 80p.
- NIEMELÄ , Jari. Ecology and urban planning. **Biodiversity and Conservation**, nº 8, 119-131. 1999
- _____. Is there a need for a theory of urban ecology? **Urban Ecosystems**, nº3, 57-65, 1999b.

- NILON, Charles H. et al. Editorial: Understanding urban ecosystems: A new frontier for science and education. **Urban Ecosystems**, nº3, 3-4, 1999.
- OLIVEIRA-ALVES, Alder, et al. 2005. Estudo das comunidades de aranhas (Arachnida: Araneae) em ambiente de Mata Atlântica no Parque Metropolitano de Pituacu – PMP, Salvador, Bahia. In: **Biota Neotropica** v5 (n1a) . Disponível em: < <http://www.biotaneotropica.org.br/v5n1a/pt/abstract?inventory+BN006051a2005>> Acesso em 20 novembro 2007.
- PERSSON, Jesper. 2006. Theoretical reflections on the connection between environmental assesment methods and conflict. **Environmental Impact Assessment Review** , nº. 26, 605-613,
- PÁDUA, Suzana M. e SÁ, Laís M. 2002. O Papel da Educação Ambiental nas Mudanças Paradigmáticas da Atualidade. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº. 102, p.71-83, jan./jun.
- PIMBERT, Michel P. e PRETTY, Jules N. 2000. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio C(org.) **Etnoconservação: Novos Rumos para a Conservação da Natureza**. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB – USP.
- PMS/SETIN. **Cadastro organizacional: Secretaria Municipal dos Transportes e Infra – Estrutura – SETIN**. Disponível em: www.sead.salvador.ba.gov.br/sead2/doc_pdf/estrutura_pms/setin.doc Acesso em 25 de janeiro de 2008.
- QUINTAS, José S. 2004. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, Philippe P. **Identities da educação ambiental brasileira**. p.113-140, Brasília:Ministério do Meio Ambiente.
- REIGOTA, Marcos. 2004, **Meio Ambiente e Representação Social**. 6 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 87p. (Questões da nossa época, vol. 41)
- _____. **O que é Educação Ambiental**. 2004, 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 63p. (Coleção primeiros passos)
- ROSSET, Franciele. 2005 **Procedimentos Metodológicos para estimativa do Índice de Áreas Verdes Públicas**. Estudo de Caso: Erichim, RS. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 60p
- SALVADOR. **Decreto nº 5.158 de 20 de junho de 1977**. Aprova o Plano Geral de Aproveitamento da área da Represa de Pituacú, cria o Parque Metropolitano de Pituacú.
- SALVADOR. Decreto nº 5.969 de 06 de agosto de 1980. Cria o Parque das Lagoas e das Dunas do Abaeté.
- SALVADOR. **Lei 3525 de 11 de setembro de 1985**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador para o período até 1992.
- SALVADOR. **Lei N.º 6586 de 03 de Agosto de 2004**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU e dá outras providências. Disponível na internet: < <http://www.seplam.pms.ba.gov.br/pddua/>> Acesso em 3 outubro 2007
- SANTOS, José E. et al. 2000. Environmental education praxis toward a natural conservation area. **Revista Brasileira de Biologia**, Rio de Janeiro, V 60, nº 3, 361-372
- SANTOS, Rosely F. et al. 2002, Educação e Planejamento Ambiental: Uma relação conceitual. In. SANTOS, José Eduardo dos; Sato, Michèle - **A Contribuição a Educação Ambiental à Esperança de Pandora**, São Carlos: RiMa Editora p. 225-242
- SATO, Michèle. 1997 **Educação para o ambiente amazônico**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 246p

SAUVÉ, Lucie. 1997. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. Revista de Educação Pública, São Paulo, v. 10, p. 15-21 jul/dez, Disponível em www.cecae.usp.br/recicla/Lucie_Sauve.pdf> Acesso em: 10 agosto 2005

SCALISE, Walnyce. 2002. Parques Urbanos - Evolução, Projeto, Funções e Usos. **Revista Assentamentos Humanos**, Marília, v. 4, n. 1, p17-24,.Disponível em: <http://aprender.unb.br/mod/resource/view.php?id=26770>>. Acesso em 9 novembro 2007

SEMARH. Portal da Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.semarh.ba.gov.br/> . Acesso em 25 de janeiro de 2008

SILVA, Luciene J. M; EGLER, Ione. 2002. O estudo da percepção em espaços urbanos preservados. In: **I ENCONTRO da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE** nº1 Indaiatuba Disponível na internet : http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/index.html#9> Acesso em 15 setembro 2007

SOLECKI, William D.; WELCH, Joan M.1995. Urban parks: green spaces or green walls? **Landscape and Urban Planning**, nº 32, 93-106

SOUSA, Geneci B. e MOTA, José A. 2006. Valoração econômica de áreas de recreação: o caso do Parque Metropolitano de Pituáçu, Salvador, BA. In: **Revista de Economia**, Curitiba: Editora UFPR v. 32, n. 1, ano 30, 37-55, jan./jun.

SPINK, Mary J. 1999.Desvendando as teorias implícitas: Uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs) **Textos em Representações Sociais**. 5ª ed., Petrópolis: Editora Vozes. p

TOZONI-REIS, Marília F. 2004. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: Autores Associados, 171p.

UNESCO, 1999. Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. In. **Conferência Internacional sobre meio ambiente e sociedade: educação e conscientização pública para a sustentabilidade**. Brasília: Ed. IBAMA, 118p.

VECCHIATTI, Karin. 2004. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. **São Paulo em Perspectiva**, v.18 n.3, 90-95

VEIGA, José E. e EHLERS, Eduardo. Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural. In: MAY, Peter H. et al.(org.) **Economia e Meio Ambiente: Teoria e prática**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

WRI,UICN,PNUMA. 1992. **Estratégia global da diversidade: diretrizes para estudar, salvar e usar de maneira justa a riqueza biótica da Terra**. Fundação o Boticário de Proteção à Natureza, 232 p.

4. Lista de Figuras

Figura 2 Fotografia aérea da cidade de Salvador, Bahia, Brasil. 2007	62
Figura 2. Fotografia aérea da Lagoa do Abaeté, inserida no Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté, Salvador, Bahia, Brasil, 2007.....	63
Figura 3 Fotografia aérea do Parque Municipal Joventino Silva, Salvador, Bahia, Brasil, 2007.....	63
Figura 4 Fotografia aérea do Parque Metropolitano de Pituaçu, Salvador, Bahia, Brasil, 2007.....	64
Figura 5 Fotografia aérea do Parque de São Bartolomeu, Salvador, Bahia, Brasil, 2007.....	64
Figura 6 Representações sociais de gestores e técnicos sobre a importância dos parques urbanos. Salvador, BA, 2007.....	83
Figura 7 Dificuldades para a implementação do PEA, segundo gestores e técnicos dos parques urbanos (n=9). Salvador, BA, 2007.....	96
Figura 8 Relação da comunidade com o parque na atualidade, segundo os gestores e técnicos dos parques urbanos. Salvador, Bahia. 2007.....	97
Figura 9 Ações para negociar os conflitos ambientais nos parques, segundo os gestores e técnicos dos parques urbanos. Salvador, Bahia. 2007.....	100

5. Lista de Quadros

Quadro 1: Variáveis e categorias definidas a partir das entrevistas.	67
Quadro 2: Principais impactos ambientais negativos indicados pelos técnicos e gestores (n=9) dos parques urbanos.	85
Quadro 3: Causa dos impactos ambientais negativos existentes nos parques (n=9).....	87
Quadro 4: Ações sugeridas para solucionar os impactos ambientais negativos nos parques (n=9).....	88
Quadro 5: Ações desenvolvidas nos parques Metropolitano do Abaeté, Joventino Silva e Pituaçu	90

6 . Lista de Tabelas

Tabela 1: Evolução da população das Regiões Administrativas de Itapuã, Rio Vermelho, Pituba, Boca do Rio e Subúrbio Ferroviário, no período de 1970 a 1996.	72
--	----

7. Apêndice

Roteiro de entrevista semi-estruturada para o estudo das representações sociais de meio ambiente, educação ambiental e áreas protegidas de gestores, técnicos e conselho gestor de parques urbanos do município de Salvador/Bahia, Brasil.

Local da entrevista:

Nº de referência:

Data:

Horário:

PERFIL DO ENTREVISTADO

1. Nome:		2. Sexo:	
3. Profissão:		4. Escolaridade:	
5. Função/setor:		6. Instituição/ Secretaria	
7. Já fez algum curso de formação em educação ambiental? () SIM () Não			

CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE

8. Nome da área protegida:

8. Bioma:

9. Desde quando existe o parque?

10. Como se deu a sua criação?

11. Qual o objetivo de sua criação do parque?

12. O que se pretende conservar?

13. De que forma? Quais as ações?

14. A área era utilizada pela comunidade anteriormente à implantação do parque?

() SIM

() NÃO

15. Se a resposta para a questão anterior for SIM, quais eram as formas de uso?

16. Houve desapropriação de imóveis da comunidade?

() SIM

() NÃO

17. Há registro de resistência da comunidade do entorno quando da criação e implantação do parque?

() SIM () NÃO () NÃO SEI

18. Se sim, como a administração do parque geriu a situação / conflito?

19. qual a sua opinião sobre a implantação de áreas protegidas, como esta, em centros urbanos como a cidade de Salvador?

() SIM () NÃO () NÃO SEI

20. Se sim, por quê?

IMPACTOS AMBIENTAIS (POSITIVOS E NEGATIVOS)

21. Quais os principais impactos ambientais existentes nesta área? Cite em ordem de gravidade/importância.

IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS

22. Quais os principais motivos destes impactos?

IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS

23. Que ações são realizadas para solucionar tais impactos negativos?

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

24. São realizadas pela administração do parque / parceiros atividades envolvendo a comunidade e/ou visitantes?

() SIM () NÃO

25. Se a resposta for sim, quais os tipos de atividades realizadas?

- a. Programas
- b. Projetos
- c. Campanhas
- d. Encontros/seminários/congressos
- e. Cursos
- f. Pesquisas
- g. Outras atividades _____

26. Caracterize as ações desenvolvidas quanto:

Ação	Público envolvido	Período de realização	Objetivo(s)	Resultado(s) alcançado(s)	Instituição promotora/executora

27. Existe algum documento (relatório, proposta, cartilhas, vídeos, etc.) relacionado a tais ações?

28. Existe um Programa de Educação Ambiental (PEA) no parque?

- a. () SIM
- b. () NÃO, JÁ TEVE
- c. () NUNCA TEVE
- d. () Está em projeto

29. Se a resposta anterior for “b, c ou d” qual ou quais as dificuldades encontradas para a implementação de um Programa de Educação Ambiental (PEA)?

- a. () questões financeiras
- b. () falta de recurso humano
- c. () falta de interesse

d. () falta de resultados positivos

e. () falta de continuidade

f. () outras, quais:

30. Qual a relação da comunidade do entorno com o parque, atualmente?

CONFLITOS AMBIENTAIS

31. Você identifica algum conflito ambiental na área, nos dias de hoje? Qual (is)?

32. Em sua opinião porque existe conflito?

33. Você sugere alguma ação para negociar esses conflitos ambientais?

34. Qual a importância da Educação Ambiental no relacionamento da comunidade do entorno com o parque?

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

35. Para você, o que significa Meio Ambiente?

36. Para você, o que significa Educação Ambiental?

Muito obrigada por sua colaboração!